

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
NÍVEL DOUTORADO

LEANDRO SILVA VARGAS

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E ESPORTE ADAPTADO: A QUESTÃO DA  
INCLUSÃO E DA INSERÇÃO SOCIAL

São Leopoldo

2011

LEANDRO SILVA VARGAS

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E ESPORTE ADAPTADO: A QUESTÃO DA  
INCLUSÃO E DA INSERÇÃO SOCIAL

Tese apresentada como requisito parcial para  
a obtenção do título de Doutor, pelo Programa  
de Pós-Graduação em Ciências Sociais da  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos –  
UNISINOS

Área de atuação: Identidade e Sociabilidade

Orientador: Profa. Dra. Marília Veronese

São Leopoldo  
2011

*Dedico esta tese a minha esposa Carolina e minha filha Fernanda.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por me permitir acreditar e ter fé em Cristo, o Senhor da Vida.

À minha filha Fernanda e a minha esposa Carolina, pela tolerância dos dias e das noites ausentes, pelo amor e carinho recebidos nesse tempo...

À minha mãe, por me dar oportunidade de viver, de ser cristão e de ser feliz; ao meu pai (*in memoriam*), a quem acompanho todos os dias em pensamento; tenho certeza de que está muito orgulhoso do seu filho.

Ao Centro Universitário Metodista do IPA, que me proporcionou esse momento de aprimoramento profissional.

Ao colega e amigo Alex Pizzio, que me incentivou a encarar esse desafio.

Ao Colégio Metodista Americano, por “Educar-me e Ensinar-me a Viver” e por tantos anos vividos como aluno e docente.

Aos meus queridos amigos e amigas, colegas colaboradores, que têm acompanhado a minha trajetória como educador nas instituições metodistas de educação.

À professora Doutora Marília Veronese, querida orientadora, que me adotou, orientou e que me desafiou a conquistar mais uma etapa em minha trajetória de formação acadêmica.

Ao professor Doutor Edison Gastaldo, que me acompanhou como orientador e amigo durante minha trajetória no programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos.

Ao professor Doutor José Rogério Lopes, que acompanhou a minha caminhada durante o período em que estive no programa de Ciências Sociais da UNISINOS.

À Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, onde entrei em março de 2005 e de onde saio, neste momento, com muito orgulho de ter sido aluno. Sem dúvida, esses anos foram de grande crescimento pessoal.

Aos momentos de persistência, coragem e fé que me permitiram enfrentar os desafios e as dificuldades como pesquisador.

## RESUMO

Esta tese é fruto de uma pesquisa realizada com três grupos que praticam esporte adaptado de forma regular; ela discute, a partir de uma perspectiva etnográfica, a relação do esporte adaptado e das pessoas com deficiência com as instituições que oferecem esse tipo de modalidade esportiva. Foram avaliados os tipos de atividades esportivas oferecidas pelas instituições, quais os seus benefícios, como elas acontecem e como é o acesso das pessoas nessas instituições. Esta investigação buscou identificar os diferentes modos de percepção do trabalho desenvolvido pelos grupos que oferecem atividade esportiva adaptada, tanto na perspectiva das instituições quanto na da comunidade (dos participantes). A pesquisa também aborda a questão da acessibilidade nas ruas, no transporte coletivo e, inclusive, dentro das instituições. Além disso, mostra a importância da família para a permanência dos participantes na atividade esportiva adaptada e relata qual tem sido o papel da mídia; esta tem dado visibilidade a eles somente quando há competições, como o Parapan e a Paraolimpíada, o que reforça a discussão sobre a inclusão das pessoas com deficiência.

Palavras-chaves: esporte adaptado; pessoa com deficiência; inclusão social

## **ABSTRACT**

This paper is the product of research work carried out with three groups that practice adapted sports on a regular basis. From an ethnographic standpoint, it discusses the relationship adapted sports and people with a disability have with the institutions that offer such sports. We looked into the types of sport activities the institutions offer, their benefits, how they take place, and what people's access to these institutions is like. This investigation sought to identify the different ways the work carried out by the groups offering adapted sport activities is seen both by the institutions and the community (of participants). Our research also addresses the issue of accessibility in the streets, public transportation and even inside the institutions. Additionally, it shows how important families are to ensure participants keep on practicing adapted sports, and what the media's role has been. The latter has been giving visibility to athletes with a disability only when there are competitions, like the Parapan and the Paralympics, which furthers the discussion about the inclusion of people with a disability.

Key Words – adapted sports – people with a disability - social inclusion

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1.....	30
Fotografia 2.....	56
Fotografia 3.....	56
Fotografia 4.....	82
Fotografia 5.....	83
Fotografia 6.....	84
Fotografia 7.....	85
Fotografia 8.....	85
Fotografia 9.....	86
Fotografia 10.....	87
Fotografia 11.....	88
Fotografia 12.....	89
Fotografia 13.....	90
Fotografia 14.....	119
Fotografia 15.....	130
Fotografia 16.....	132
Fotografia 17.....	151
Fotografia 18.....	163

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- ABDA - Associação Brasileira de Desporto para Amputados
- ABDC - Associação Brasileira de Desporto para Cegos
- ABDEM - Associação Brasileira de Desporto para Deficientes Mentais
- ABRADECAR - Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas
- ANDE - Associação Nacional de Desporto para Deficientes
- CBBC - Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeira de Rodas
- CID - Classificação Internacional de Doenças
- CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde
- COB - Comitê Olímpico Brasileiro
- CO-RIO - Comitê Organizador dos XV Jogos Pan-americanos Rio 2007
- CP-ISRA - Cerebral Palsy International Sports & Recreation Association
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBSA - International Blind Sports Federation
- CORDE - Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
- ICC - International Co-ordination Committee of World Sports Organizations for the Disabled
- ICIDH - International Classification of Impairments, Disabilities and Handicaps
- INEGI - Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática
- IPC - Comitê Paraolímpico Internacional
- ISMWSF - International Stoke Mandeville Wheelchair Sports Federation
- ISOD - International Society for Orbital Disorders
- OMS - Organização Mundial da Saúde
- ONU - Organização das Nações Unidas
- ORPISPCD - Oficina de Representación para la promoción e Integración Social para Personas con Discapacidad
- PCNE - Pessoas com Necessidades Especiais
- PPGCS - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais
- SICORDE - Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- UPIAS - Union of the Physically Impaired Against Segregation



## Sumário

1 INTRODUÇÃO .....	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO .....	17
2.1 Noção de deficiência e estigma .....	17
2.2 Esporte adaptado, inclusão, exclusão .....	28
2.3 Esfera pública .....	42
2. 4 Movimento paraolímpico e história social do esporte.....	51
3 METODOLOGIA .....	71
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS .....	108
4.1 Acessibilidade e deslocamento (Políticas Públicas).....	108
4.2 Participações em treinos e competições .....	113
4.3 Relação dos participantes com as instituições parceiras e professores .....	131
4.4 Inclusão pelo esporte .....	133
4.5 A relação dos participantes com a família.....	142
4.7 Esporte adaptado, rendimento, saúde ou participação?.....	150
4.8 O significado da mídia no esporte adaptado.....	155
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	165
REFERÊNCIAS.....	172

## 1 INTRODUÇÃO

Durante a minha vida profissional, como educador da área de Educação Física, tenho observado questões sociais que adquiriram nuances específicas dentro do contexto do esporte adaptado, as quais geraram um mote desafiador para uma investigação que possibilite articular teoria e prática em busca de subsídios que apontem para uma possível transformação social relacionada às pessoas com deficiência. Nesse sentido, sob a luz das Ciências Sociais, desenvolvi esta pesquisa, que remete a uma análise dos processos de inserção social das pessoas com deficiência por meio do esporte adaptado e uma possível “inclusão social” por intermédio dessa prática esportiva.

Para tanto, é importante ressaltar que, nas mais diversas sociedades, ao longo da história, houve uma espécie de “seleção natural” com relação às pessoas portadoras de deficiências. Loucos, leprosos, aleijados, cegos etc., eram estigmatizados e afastados do convívio social. Em Esparta, por exemplo, os deficientes eram totalmente excluídos e sacrificados.

No começo da humanidade, o processo seletivo era baseado na capacidade física de forma geral. O processo denominado por Darwin de seleção natural, conforme argumenta Glat (1998), aponta a questão de que, quando surgiram os primeiros seres humanos, somente os mais fortes e com maior capacidade de lidar com eficiência com o meio ambiente sobreviveram. No entanto, a partir do momento em que começa a ocorrer o desenvolvimento da civilização, com os avanços tecnológicos e científicos, em especial aqueles relacionados à medicina e à saúde, a sociedade tornou-se mais propensa a buscar soluções para os considerados “não normais”.

Atualmente, no chamado mundo "civilizado", as pessoas com deficiência, em sua maioria, são excluídas das responsabilidades sociais, dos privilégios, das vantagens e das oportunidades de trabalho também das oportunidades afetivas. Segundo Glat (1998), sob o ponto de vista da evolução filogenética,<sup>1</sup> o processo de

---

<sup>1</sup> Segundo o Dicionário Priberam: Filogenético do adj., relativo à filogenia, do Gr. *phýllon*, folha + *gen*, r. de *gígnomai*, gerar. S.f. sucessão genética das espécies orgânicas. Segundo Jorge (2007, s.p.), “A filogenia é o estudo das relações evolutivas entre os organismos, que surgiu com Darwin, junto com o conceito de ancestralidade entre espécies”. [Nota Nossa]

seleção natural, com o passar dos tempos, tomou uma nova forma: de seleção natural física, passou a ser uma seleção 'natural' (1998, p. 18-19). Com o progresso material da civilização, percebe-se que um enorme contingente de indivíduos, apesar de sobreviverem fisicamente, não tem condições de lidar com a independência e a sobrevivência social. Nesse sentido, cabe considerar que o isolamento social desses indivíduos persiste, pois a sociedade exerce mecanismos de controle social que garantem que a grande maioria aceite as normas estabelecidas.

Os indivíduos com características físicas ou comportamentais que não se enquadram, ou que não se conforma com as leis e/ou as normas sociais ou, ainda, que as violam, deixam de ser reconhecidos como membros efetivos do grupo social, transformando-se em indivíduos estigmatizados e marginalizados.

Segundo Goffman (1988), os gregos, por intermédio dos seus conhecimentos de recursos visuais, foram os responsáveis pela criação do termo estigma, o qual se referia “[...] a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar algo de extraordinário ou mau sobre o *status* moral de quem os apresentava” (p. 12). Quando o portador tinha sinais, feitos por meio de cortes ou de fogo, no corpo, era um indicativo de que este indivíduo era um escravo, um criminoso ou um traidor, ou seja, uma pessoa marcada, que deveria ser evitada, principalmente, em lugares públicos.

Já na era cristã, foram acrescentados dois níveis de metáfora ao termo: “[...] o primeiro deles referia-se a sinais corporais da graça divina que tomavam a forma de flores em erupção sobre a pele; o segundo, uma alusão médica e religiosa, referia-se a sinais corporais de distúrbios físicos” (p. 12). O autor ressalta que o termo, nos dias atuais, é usado amplamente de maneira semelhante ao sentido original, no entanto, sua aplicação é mais incisiva à própria desgraça do que à evidência corporal.

De acordo com Glat (1998), os portadores de necessidades especiais constituem uma classe socialmente construída de desvio. Portanto, essa situação não difere da de outros grupos estigmatizados, como, por exemplo, os grupos compostos por aidéticos, homossexuais e as minorias étnicas, entre outros.

Os indivíduos que constituem tais grupos têm, de alguma forma, seu convívio físico ou moral distanciado do cotidiano da sociedade, sendo excluídos das

“oportunidades e experiências abertas às demais pessoas consideradas ‘normais’ (p. 20)”. Pode-se considerar que as pessoas com deficiência se encontram em uma situação mais grave, já que a violação da norma é permanente.

Enquanto

[...] outros grupos de desviantes podem, por diversos mecanismos, tentar se conformar com as normas sociais (por adesão ao padrão, ou encobrimento de suas diferenças), os deficientes – por suas características intrínsecas – representam, na maioria dos casos, uma violação crônica do padrão humano de normalidade, independente da cultura ou momento histórico específico (GLAT, 1998, p. 20).

Segundo a autora, a negação do chamado “padrão de normalidade” não está restrito somente ao comportamento bizarro ou não produtivo, embora tais fatores sejam importantes na construção do estigma das pessoas com deficiência. Assim, as desviantes, que encontram dificuldades ou não que conseguem se adaptar a normas e/ou valores culturais vigentes em sua comunidade, são considerados anormais e, conseqüentemente, são isoladas e marginalizadas.

Goffman argumenta (1988, p.15) que:

por definição, um indivíduo [...] com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida.

São três os tipos de estigma que podem ser relacionados de formas diferentes: o primeiro está relacionado às várias formas de deformidades físicas; o segundo, à questão das culpas de caráter do indivíduo, vistas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, falsas crenças, desonestidade, como, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, entre outras; a terceira forma de estigmas são os tribais, de etnia, nação e religião.

O estigmatizado pode buscar corrigir a condição em que se apresenta por formas indiretas de esforço individual, por intermédio do domínio de áreas muitas vezes consideradas, segundo Goffman, como “[...] fechadas, por motivos físicos e circunstanciais, à pessoa com seu defeito” (1988, p. 19). Essa situação pode ser ilustrada com o portador de deficiência física “[...] que aprende ou reaprende a

nadar, montar, jogar tênis ou pilotar aviões [...]”, ou com o deficiente visual “[...] que se torna perito em esqui ou em escalar montanhas”.

Conforme Ribeiro, os movimentos inclusivos no Brasil, especialmente os relacionados às pessoas com deficiência, têm crescido efetivamente na última década. Esses movimentos têm buscado mecanismos que possam atender às metas inclusivas e que permitam haver uma melhor integração em relação à diversidade humana. Nesse sentido, a sociedade deve procurar estar preparada, como um agente ativo, pronto para as mudanças; ela deve estar disposta a enfrentar os estereótipos e o comportamento opressivo e discriminatório existente no meio social.

Estereótipos são crenças, conjuntos de ideia, rótulos usados para determinadas situações, de uma forma mecânica, sem questionamentos. Aqui, vale diferenciar preconceito de estereótipo. Preconceito pode ser considerado um tipo de estereótipo; vem a ser uma ideia estereotipada que as pessoas têm antes do contato com a situação. Depois de conhecer a realidade, a ideia que elas têm sobre essa determinada situação passa a ser chamada de estereótipo (Paim, 2006).

Em relação a esse aspecto, as instituições públicas e privadas têm utilizado o esporte adaptado como uma ferramenta para mobilizar a sociedade quanto ao potencial da pessoa com deficiência, buscando, por intermédio da utilização do esporte adaptado, quebrar barreiras atitudinais da sociedade em geral, bem como dos familiares e até das próprias pessoas com deficiências, procurando elevar a sua autoestima e torná-las emancipadas pessoal e socialmente. Nessa perspectiva, o esporte adaptado apresentaria a possibilidade de demonstrar que deficiência não é sinônimo de incapacidade.

A Atividade Física Adaptada não se preocupa unicamente com o grupo que historicamente tem sido denominado de incapaz ou especial. Para Teixeira (2006, p.11):

a ênfase, atualmente, está nas diferenças individuais e interações com o meio ambiente manifestado como físicas, mentais, sociais ou problemas emocionais que afetam a aquisição de um estilo de vida saudável, ativo e com lazer, integração e inclusão.

O conceito Atividade Física Adaptada, não é exclusivamente utilizado para significar uma parte essencial de conhecimento multidisciplinar, mas significa, também, um fundamento teórico para pesquisa e programação estratégica, que procura promover atividades físicas para pessoas com deficiência.

O esporte adaptado é uma das mais eficientes formas de estímulo à prática da autoestima, autoexpressão e autoconfiança, pois representa uma das portas de entrada na sociedade e, ainda, contribui para o processo de reabilitação. É uma alternativa lúdica e mais prazerosa, que busca melhorar a qualidade de vida e a saúde física e emocional dos participantes, além de ser considerada uma das ferramentas mais importantes no apoio às pessoas com deficiência, visto que colabora para que elas possam traçar objetivos e ser reconhecidas pela sociedade como capazes. É importante salientar que os praticantes do esporte adaptado, em sua grande maioria, não são pessoas que têm como foco o esporte de alto rendimento, mas, sim, o interesse na melhoria da qualidade de vida e no bem-estar, objetivando uma melhor participação social.

Esta pesquisa tem o propósito de verificar a dimensão relacional do esporte adaptado, isto é, o modo pelo qual as práticas paradesportivas se constituem como ambientes de interação social para seus/suas praticantes”.

O referido estudo tem como tema a inserção social dos portadores de necessidades especiais por meio do paradesporto em três grupos distintos: *futsal, para pessoas com deficiência visual; basquete, para cadeirantes e natação, para pessoas com deficiências*. Foram analisadas as seguintes instituições: Associação de Cegos do Rio Grande do Sul (ACERGS), Grupo RS e o Centro Universitário Metodista IPA. Estas instituições, de forma geral, pretendem com esses projetos criar mais um espaço de consolidação de práticas sociais inclusivas, objetivando a prevenção da saúde e a promoção da qualidade de vida dos seus participantes, além de promover o convívio da sociedade com as diferenças.

A ACERGS é uma entidade que atua no Rio Grande do Sul há mais de 40 anos, filantrópica, sem fins lucrativos; atende pessoas deficientes visuais de ambos os sexos e de todas as idades, sejam elas associadas ou não. Busca promover a participação da família dos seus atendidos, bem como da comunidade em geral, nas

atividades proporcionadas pela associação, conforme descrito em seu endereço eletrônico.<sup>2</sup>

O Grupo RS Paradesporto, conforme o seu presidente, Sr. Luiz Portinho, foi fundado, em 27 julho de 2005, por pessoas com deficiência física que praticavam esporte adaptado, além de amigos e parentes destas. É uma instituição sem fins lucrativos e, atualmente, não conta com recursos ou aporte de verbas públicas. No entanto, a instituição possui projetos aprovados pela Prefeitura Municipal, via Conselho Municipal de Esportes, que concede isenção fiscal de IPTU e ISSQN para patrocinadores e/ou apoiadores que tenham interesse em colaborar com a equipe de basquete para cadeirantes.

Atualmente, o projeto conta com quatro modalidades de esporte adaptado: basquete em cadeira de rodas, halterofilismo, natação e atletismo. Os atletas da instituição têm disputado as principais competições paradesportivas do calendário nacional, destacando-se a equipe de basquete em cadeira de rodas, que está colocada entre as 20 melhores do país.

De acordo com o Centro Universitário metodista IPA, promotor do projeto Paradesporto – Modalidade Natação, o objetivo de suas ações é oferecer um espaço de consolidação de práticas sociais inclusivas, visando à prevenção da saúde e à promoção da qualidade de vida da comunidade interna e externa, em consonância com os princípios da Educação Metodista. O projeto que a instituição desenvolve procura oferecer oportunidades de desenvolvimento integral a professores e paratletas, por intermédio da construção do senso de responsabilidade e do respeito aos semelhantes, da realização e do aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento físico-artístico-cultural, em uma relação construtiva e fraterna.

Este projeto visa, também, ao atendimento de pessoas da comunidade com deficiência, objetivando a prática desportiva e recreativa, de condicionamento e manutenção física, como também o treinamento e a competição, adequados às necessidades e aos graus de funcionalidade dessas pessoas.

Nesse sentido, busquei mapear a atuação das instituições em relação às pessoas com deficiência e à comunidade por intermédio de seus projetos. A partir

---

<sup>2</sup> HISTÓRICO da ACERGS. Disponível em: < <http://www.acergs.org.br> > Acesso em 29 out. 2008.

desse mapeamento, foram aferidas as características socioeconômicas e demográficas dos participantes, os tipos de benefício recebidos e como se processaram os vínculos entre as instituições e a sociedade. Levei em conta, nesse processo, se as pessoas com deficiência atendidas pelas instituições, por meio de seus projetos, sentem-se integradas e acolhidas, se esses projetos têm proporcionado inserção na escola, no trabalho, se essas instituições, efetivamente, proporcionam socialização, cidadania e resgate da autoestima e quais são suas possibilidades e os seus limites para a socialização dos seus atendidos.

A especificidade do objeto em questão justifica-se a partir do momento em que se procura desempenhar um papel transformador na sociedade, construído pela prática solidária. Nesse contexto, é importante o papel das instituições que procuram exercitar a cidadania, formando uma sociedade que reconheça, respeite e valorize as diferenças.

Verifica-se, nas últimas décadas, o crescimento, em todo o país, de instituições socializadoras que buscam resgatar a cidadania e a autoestima de pessoas com deficiência. Nessa perspectiva, essas instituições passam a ser sinalizadoras de possíveis processos de “inserção social”.

Optei pela realização deste estudo com três grupos distintos de pessoas com deficiência, haja vista a intenção de dar prioridade às práticas voltadas ao atendimento de necessidades sociais emergentes, em caráter de ações exemplares, efetivadas em torno de programas e projetos construídos com base em critérios científicos, tecnológicos e em experiências comunitárias.

No referencial teórico, são analisados quatro delineamentos gerais: o primeiro, refere-se à noção de deficiência e estigma; o segundo, trata dos assuntos relacionados ao paradesporto inclusão e exclusão; o terceiro, do desenvolvimento do estudo na esfera pública; o quarto refere-se à descrição do movimento paraolímpico e à história social do esporte, buscando situar o objeto em discussão.

A metodologia a ser utilizada, no decorrer do estudo, está fundamentada em um trabalho de campo etnográfico. São abordadas as questões da pesquisa qualitativa, dando ênfase ao processo da pesquisa etnográfica e suas características. Depois, as fases da investigação que serão percorridas no decorrer da pesquisa; em seguida são descritos os instrumentos de coleta de informações e sua utilização, enfatizando a questão do futsal para pessoas com deficiência visual,



do basquete para pessoas com deficiência física e da natação para pessoas com deficiências de forma geral, desde que a(s) limitação(ões) não apresente(m) problemas para esse tipo de esporte.

Projetos como esses, ligados ao paradesporto, poderão proporcionar a construção de conhecimentos na área das ciências sociais, voltados à educação para a saúde e certamente, desencadearão novos processos de construção do conhecimento, como o da Pedagogia do Movimento Humano, vinculado às demandas solicitadas por esse público que possui restrições físicas, mentais e sensoriais temporárias e ou permanentes.

Diante das situações apresentadas, o problema que esta tese se propõe a enfrentar parte das seguintes premissas:

a) existem discursos na sociedade que consideram os indivíduos com deficiência como pessoas negativamente diferentes, assim definidas por sua incapacidade de realizar determinadas atividades, sejam elas esportivas ou relacionadas ao seu convívio diário; estas são chamadas de “deficientes” ou “portadoras de deficiência”;

b) as atividades esportivas adaptadas são apresentadas, no discurso midiático, como elementos de atribuição de valor simbólico aos/às praticantes. A partir de sua prática estes indivíduos receberiam reconhecimento, valor moral e, até mesmo, suporte financeiro; o esporte adaptado é apresentado como uma grande “solução” para os problemas de relacionamento social das pessoas com deficiência;

c) apesar dos múltiplos discursos acerca do tema, as políticas públicas de promoção de atividades esportivas adaptadas, assim como as políticas públicas relativas à prestação de serviços essenciais às pessoas com deficiência (como transporte, acessibilidade etc.), continuam a ser precárias e insuficientes.

Pergunta-se: como se configura o esporte adaptado em meio a um universo de atividades para as pessoas com deficiência, que relações de poder perpassam essas práticas esportivas e de que modo os participantes atribuem sentido a elas?

A intenção deste estudo é a de sofisticar o olhar sobre essas práticas sociais, evidenciando um ponto de vista "nativo" sobre elas, para além do campo discursivo midiático e suas muitas contradições.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Noção de deficiência e estigma

Pode-se considerar que, através dos séculos, conforme Diniz (2007), vários foram os termos utilizados para denominar as pessoas com algum tipo de deficiência, alguns injuriosos, como “mongol”, “aleijado”, “retardado”, “manco”, entre tantos outros. Atualmente, busca-se o uso de expressões que não insultem esse público, como “pessoa com deficiência” ou “pessoa portadora de deficiência”. Apesar disso, como relata a autora, “[...] ainda hoje não há consenso sobre quais os melhores termos descritivos” (p.20).

Diniz (2007) ainda aponta que, para a consolidação acadêmica dos estudos sobre deficiência, o primeiro curso de graduação, fundamentado nas referências bibliográficas dos teóricos do modelo social, foi o curso "A Pessoa Deficiente na Comunidade", desenvolvido pela Universidade Aberta (Open University), no Reino Unido, em 1975.

Devido ao caráter democrático da Universidade Aberta, o curso alcançou grande sucesso entre os alunos com deficiência, para os quais eram oferecidas aulas a distância. Já o primeiro curso de pós-graduação foi promovido pela Universidade de Kent, também no Reino Unido, onde, pela primeira vez, houve o registro da expressão "estudos sobre deficiência" (*disability studies*); este curso delineava o campo disciplinar de pesquisas sociológicas e políticas tendo como tema a deficiência. Considera-se que aquele momento foi de “[...] estruturação acadêmica dos estudos sobre deficiência, e os escritos eram esparsos e pouco acessíveis” (Diniz, 2007, p.32).

Em 1986, foi fundado o primeiro periódico científico especializado em estudos sobre deficiência – o “Disability, Handicap and Society” –, diferente das revistas científicas que tinham compromissos com o modelo médico e a

especialização em subáreas do conhecimento, como a medicina da reabilitação, a educação especial e a psicologia.

Desde então é publicado trimestralmente, tendo, como membro do conselho editorial majoritário, um acadêmico deficiente. Seu compromisso é o de “procurar promover o modelo social, além de estimular que acadêmicos e pesquisadores deficientes escrevam sobre a experiência da deficiência”.

Em 1993, ocorre a mudança do título do periódico para “Disability and Society”. A mudança do nome foi atribuída ao

“[...] processo político de negociação do vocabulário sobre a deficiência, no qual se verificou que diferentes comunidades de deficientes viam conotação depreciativa na expressão de língua inglesa handicap” (Diniz, 2007, p.33).

Visando a justificar a importância da atenção merecida à linguagem, os editores passaram a fazer uma vigilância conceitual, visto que já haviam acontecido movimentos promovidos por grupos de mulheres e de minorias raciais contra expressões relativas ao sexismo e racismo. Os editores consideraram de grande importância que estudos sobre a deficiência assumissem compromissos semelhantes.

Ao final dos anos 1990, já havia escassez de etnografias e estudos históricos sobre a vida de deficientes em outras culturas e épocas. O modelo social tinha como base raros relatos que comprovassem a tese de

“que nem sempre os deficientes foram oprimidos, excluídos ou considerados anormais. Dados que atestassem etnográfica e historicamente que a segregação social dos deficientes não era um fenômeno absoluto e universal” (DINIZ, 2007, p.36-37).

Dessa forma, fortaleceu-se o argumento de que a opressão era um fenômeno sociológico, não sendo determinado pela biologia do corpo com lesões.

A inclusão de outras formas de lesões foi considerada um tema prioritário para os idealizadores da Upias<sup>3</sup>, de forma que a nova definição de deficiência proposta pela entidade ficou: Deficiência: desvantagem ou restrição de atividade provocada pela organização social contemporânea, que pouco ou nada considera as pessoas que

---

<sup>3</sup> Union of the Physically Impaired Against Segregation

possuem lesões e as exclui das principais atividades da vida social. (DINIZ, p.37, 2007)

A ausência de adjetivação das lesões tinha como objetivo recusar o modelo médico, que as classificava estabelecendo categorias – física, mental, sensorial e psicológica, entre outras –, além de gradações de intensidade – leve, moderada, grave, subdividindo, dessa forma, os deficientes em grupos, de acordo com as especialidades biomédicas de tratamento e cuidado.

Segundo a International Classification of Impairments, Disabilities and Handicaps (ICIDH), lesão, deficiência e handicap deveriam ser entendidos como:

1. lesão: é qualquer perda ou anormalidade psicológica, fisiológica ou anatômica de estrutura ou função;
2. deficiência: é qualquer restrição ou falta resultante de uma lesão na habilidade de executar uma atividade da maneira ou da forma considerada normal para os seres humanos; e
3. handicap: é a desvantagem individual, resultante de uma lesão ou deficiência, que limita ou dificulta o cumprimento do papel considerado normal.

Considerava-se que havia uma relação de dependência entre lesão, deficiência e handicap; além desses três níveis, havia a ideia de doença, categorizada pela Classificação Internacional de Doenças (CID). O vocabulário proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS) representava um retrocesso para as conquistas do modelo social: a deficiência seria resultado de uma lesão no corpo de um indivíduo considerado anormal. Tais conceitos, tidos como nocivos para a descrição da deficiência, como o de anormalidade, tornaram-se o centro de debates.

Os teóricos do modelo social consideraram que houve uma ruptura nas conquistas políticas que vinham sendo implementadas, especialmente no Reino Unido e nos Estados Unidos. Os 20 anos seguintes foram de acirrados debates. A ICIDH considerou o conceito de handicap inadequado, assim como o de lesão e de deficiência.

A revisão da ICIDH teve início na década de 1990 e encerrou-se em 2001, com a divulgação da Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde (CIF). Este processo de revisão teve a participação de diversas entidades

acadêmicas e de movimentos sociais de deficientes, e foi tema de seminários em vários países, onde várias versões parciais do documento foram discutidas.

A CIF considerou que a melhor maneira de se referir aos indivíduos que experimentam algum nível de limitação funcional ou restrição é com o termo “deficiência”, que expressa um fenômeno multidimensional que resulta da interação entre as pessoas e seus ambientes físicos e sociais.

No Brasil, o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolidando as normas de proteção e dando outras providências. Diz, no Capítulo I das Disposições Gerais, no Art. 1º que

“A Política Nacional para a Integração da **Pessoa Portadora de Deficiência** compreende o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das **pessoas portadoras de deficiência**”. (CORDE<sup>4</sup>, 1999, [s.p.]) [grifo nosso].

Conforme o Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência – SICORDE<sup>5</sup> (1996) –, o termo central é deficiência, e corresponde, em inglês, a Disability e, em espanhol, a Discapacidad. Portanto, o termo “people with a disabilities (também people with a disabilities)” ou “personas con discapacidad” são traduzidos como “pessoa com deficiência, pessoas portadoras de deficiência” também como “portadores de deficiência”.

A **ORPISPCD**<sup>6</sup> considera que o termo deficiência é genérico e refere-se a todos os segmentos, não importando o tipo de sequela ou a característica da deficiência. Quando se utiliza o termo *pessoa com deficiência*, está-se fazendo referência a surdos, cegos, paralisados cerebrais, paraplégicos e outros. Da mesma

---

<sup>4</sup> Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, é o órgão de Assessoria da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, responsável pela gestão de políticas voltadas para a integração da pessoa portadora de deficiência, tendo como eixo focal a defesa de direitos e a promoção da cidadania (CORDE, 2007).

<sup>5</sup> O SICORDE é o Sistema de Informações da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), da Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH, Presidência da República, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD/ONU e da Agência Brasileira de Cooperação - ABC, Ministério das Relações Exteriores.

<sup>6</sup> Oficina de Representación para la Promoción e Integración Social para Personas con Discapacidad, ligada à Presidência da República do México.

forma, pode-se fazer alusão aos diferentes tipos de deficiência por meio dos termos *deficiências físicas, sensoriais, orgânicas ou mentais*.

O termo *pessoa com deficiência*, aceito pelos técnicos do SICORDE, é considerado como mais uma nomenclatura existente, sendo adotado por algumas instituições que atendem deficientes. Mas ainda estão em uso termos carregados de preconceito, como aleijado, mutilado, inválido e anormal, entre outros.

Independentemente dos termos, a maneira como as palavras de referência às pessoas deficientes são utilizadas na frase ou na expressão podem transmitir uma mensagem negativa ou positiva. Segundo a SICORDE (1996), a utilização de termos, para escrever ou falar, que enfatizam o que as pessoas com deficiências não podem fazer, contribui para que se mantenham com os velhos preconceitos. Se a ação for contrária à anterior, caso se escreva e fale sobre as capacidades que elas têm, certamente essa prática difundirá a conscientização de que estes indivíduos buscam crescimento e desenvolvimento.

Conforme Lima, Souza e Trevisan (2003 p. 1), são vários os fatores sociais que influenciam “o processo de desenvolvimento psicossociomotor do sujeito que tem algum tipo de deficiência”; um deles é o da estigmatização.

O estigma refere-se às pessoas com deficiência que sofrem preconceitos e são marcadas pelo fato de não representarem um padrão de normalidade frente à sociedade. Isso diz respeito a indivíduos com amputações de membros, ou portadores de pequenas deficiências físicas, por intermédio das quais se caracterizam os estigmas.

Alguns desses indivíduos têm deficiências congênitas; outros, adquiriram-nas ao longo da vida, diferença que, acredita-se, tenha reflexos na maneira de lidar com as referidas limitações, já que, no primeiro caso, os indivíduos nascem e crescem com um autoconhecimento, enquanto que, no segundo, é necessário viver um processo de readaptação de padrões de funcionalidade, estéticos, comportamentais e também de valores e conceitos sobre “normalidade” etc.

Lima, Souza e Trevisan (2003 p.1) afirmam que “esses paradigmas não são privilégios do nosso século; eles percorrem um longo caminho de nossa história, estando presentes em muitos períodos do desenvolvimento social”.

Segundo Goffman (1988), para os gregos o significado de estigma era: “[...] sinais corporais com os quais se procurava evidenciar algo de extraordinário ou mau

sobre o status moral de quem os apresentava” (p. 12). Esses sinais eram um indicativo de que esse indivíduo era um escravo, um criminoso, uma pessoa marcada que deveria ser evitada, principalmente, em lugares públicos.

Na era cristã, foram acrescentados dois níveis de metáfora ao termo:

“[...] o primeiro deles referia-se a sinais corporais da graça divina que tomavam a forma de flores em erupção sobre a pele; o segundo, uma alusão médica a essa alusão religiosa, referia-se a sinais corporais de distúrbios físicos” (GOFFMAN, 1988, p.12).

O autor ainda ressalta que o termo, nos dias atuais, é usado amplamente de maneira semelhante a do sentido original. No entanto, sua aplicação modificou-se um pouco, sendo mais incisiva à própria desgraça do indivíduo do que à marca ou à evidência corporal.

Ainda segundo o autor, acredita-se, por definição, que um indivíduo

“[...] com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fizemos vários tipos de discriminações, através das quais, efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida” (GOFFMAN, 1988, p.15).

Nesse sentido, são utilizados termos adaptados, no discurso diário, que representam características para o estigma, como aleijado, retardado, entre outros, sem preocupação com o seu significado original.

Ainda vivemos em um mundo em que o padrão de beleza é ter um corpo forte e sadio. O sujeito estigmatizado é reconhecido como diferente, identificado como enfraquecido, tornando-se, assim, mais exposto, conforme afirmam Lima, Souza e Trevisan (2003). Matos e Luz (2009 p.494) afirmam que a aparência física está diretamente ligada “à confiança que as pessoas depositam no sujeito”.

Para Goffman (1988), o estigmatizado pode buscar corrigir a condição em que se apresenta através de formas indiretas ou de esforço individual, por meio do domínio de áreas, muitas vezes consideradas como:

[...] fechadas, por motivos físicos e circunstanciais, a pessoa com seu defeito. Ilustra essa situação com o portador de deficiência física [...] que aprende ou reaprende a nadar, montar, jogar tênis ou pilotar aviões [...], ou pelo deficiente visual [...] que se torna perito em esquiar ou em escalar montanhas (GOFFMAN, 1988, p.19).

Goffman (1988) explica, também, duas possibilidades sobre o encobrimento, dizendo que é possível que ninguém conheça a existência de um mal estigmatizante que aflige um indivíduo, nem ele mesmo, e, nesse caso, o sociólogo também não tem interesse nele, exceto como um recurso de controle para aprender as implicações primárias de controle ou objetivas do estigma. Outra possibilidade é de que o estigma seja escrupulosamente visível e conhecido só pela pessoa que o possui, e que esta não conte nada sobre ele a ninguém, o que, mais uma vez, reforça a questão de importância menor para o estudo do encobrimento.

De maneira semelhante, deve ficar claro que, se um estigma fosse sempre aparente de imediato para qualquer uma das pessoas com as quais o indivíduo tem contato, então o interesse por ele também seria limitado. Embora, assim, pudesse haver algum interesse na questão de até que ponto uma pessoa pode se isolar do contato e, mesmo assim, funcionar livremente na sociedade. A extensão em que essas possibilidades existem é, logicamente, difícil de ser determinada. Para Matos e Luz (2009, p.494), “o enfraquecimento da consciência coletiva, do espírito de solidariedade e dos valores coletivos têm provocado fragmentação dos laços sociais, levando os sujeitos a supervalorizarem o corpo, como o companheiro ideal e fiel”, o que contribui para a estigmatização.

De acordo com Glat (1998, p.20):

ao se discutir a questão da integração das pessoas com deficiências, é preciso ter em mente que elas se constituem como uma categoria socialmente construída de desvio (OMOTE, 1994). Logo, a sua situação é similar em vários aspectos à problemática enfrentada por outros grupos de pessoas estigmatizadas, como os alérgicos, ex-presidiários, homossexuais, minorias raciais, etc. Todos esses indivíduos, por uma razão ou outra, são afastados física ou moralmente do convívio cotidiano da sociedade, deixando de usufruir, conseqüentemente, das oportunidades e experiências abertas às demais pessoas consideradas ‘normais’.

O autor afirma que as pessoas com deficiência se encontram em uma situação mais agravada, já que a violação da norma é permanente:

[...] enquanto outros grupos de desviantes podem, por diversos mecanismos, tentar se conformar com as normas sociais (por adesão ao padrão, ou encobrimento de suas diferenças), os deficientes – por



suas características intrínsecas – representam, na maioria dos casos, uma violação crônica do padrão humano de normalidade, independente da cultura ou momento histórico específico (GLAT, 1998, p. 20).

Segundo a autora, a negação do chamado “padrão de normalidade” não está restrita somente ao comportamento bizarro ou não produtivo, embora tais fatores sejam importantes na construção do estigma das pessoas com deficiência.

Dessa forma, os indivíduos “diferentes”, que encontram dificuldades ou não conseguem se adaptar às normas e/ou aos valores culturais vigentes em sua comunidade, são considerados anormais; conseqüentemente, isolados e marginalizados.

Para Matos e Luz (2009 p.498), a sociedade hoje é “individualista, competitiva e meritocrática”, e “as pessoas tendem a ter vergonha de depender do outro”, sentem vergonha “do compromisso mútuo de cuidado”, “bloqueando significativamente a solidariedade e a cooperação”. Os autores ainda afirmam que, hoje em dia, “cuidar do outro num sistema que difunde a indiferença como ‘força’ soa como um absurdo. Como nos mercados, em que o vencedor leva tudo, a indiferença e a falta de apoio mútuo têm produzido pessoas descartáveis.” (2009 p.498)

Goffman (1988) disserta a respeito dos alinhamentos intragrupais e exogrupais; o primeiro, refere-se aos grupos, no sentido amplo de pessoas situadas em uma posição semelhante, e isso é a única coisa que se pode esperar já que o que um indivíduo é, ou poderia ser, deriva do lugar que ocupam os seus iguais na estrutura social. Em relação ao segundo, o dos alinhamentos exogrupais, o autor explica que o indivíduo estigmatizado se percebe na perspectiva do grupo formado pelos “normais” e a sociedade mais ampla que eles constituem.

Goffman (1988) destaca que o estigma envolve não tanto um conjunto de indivíduos concretos que podem ser divididos em duas pilhas, a de estigmatizados e a de normais, quanto um processo de dois papéis no qual cada indivíduo participa de ambos, pelo menos em algumas conexões e em algumas fases da vida.

Acredita-se que todos estão, em várias situações, em posição de estigmatizados, pois todos têm fraquezas, podendo ser de diferentes naturezas. O autor explica que em algumas fases da vida pode-se ser menos do que os ditos

normais. Tal expressão está de acordo com o pensamento de Negrine (1998) quando questiona se pode haver alguém que não tenha necessidades especiais.

Assim, é possível refletir e repensar as diferenças a partir da cultura na qual se é aprendiz. Nesse caso, a cultura da separação, da exclusão tem favorecido o preconceito e as dificuldades de convivência.

Esses preconceitos e dificuldades de convivência, criados pela estigmatização, geram conflitos sociais nesses indivíduos favorecendo a exclusão. Os estudos de Axel Honneth no desenvolvimento de sua teoria de reconhecimento apontam que, para ocorrer o reconhecimento da individualidade de um indivíduo, este deve se encontrar em uma situação de conflito, pois, de acordo com Honneth, os sentimentos de injustiça e de desrespeito desencadeiam os conflitos sociais que baseiam sua teoria.

Segundo Honneth (2003), o reconhecimento social pode ser classificado a partir de três etapas: a primeira é a do amor, a segunda é a do direito e a terceira seria a de estima social. Cada uma das etapas necessariamente depende da outra para acontecer. A etapa do amor remete ao autorreconhecimento, a etapa do direito remete ao reconhecimento recíproco e a etapa da estima social nos remete ao indivíduo como pertencente de uma “função social estabelecida, definida e aceita pela sua sociedade”. (PEREIRA NETO 2010, p.163)

A primeira etapa de formação do reconhecimento de um sujeito é a do amor. Conforme Honneth (2003), é por meio de uma relação amorosa que amadurece a primeira

relação de reconhecimento recíproco, constituindo um pressuposto necessário para todo o desenvolvimento posterior da identidade, uma vez que confirma o indivíduo em sua natureza instintiva particular, propiciando-lhe com isso uma medida indispensável de autoconfiança (p.81)

Por outro lado, Honneth (2003 p.81) afirma que,

em um quadro de interação estreitamente limitado como o da família, nada está preparado a instruir o sujeito acerca das funções que os direitos intersubjetivamente garantidos devem assumir no contexto da vida social.

Para ele, se esse indivíduo não desenvolve consciência sobre “normas universalizadas de interação” (p.82), não “aprenderá a conceber a si mesmo como uma pessoa dotada de direitos intersubjetivamente válidos” (p.82).

Evidencia-se que esse sujeito deve fazer parte de um contexto social de relacionamentos sociais para que possa construir seu reconhecimento por meio do amor e de laços afetivos, não apenas familiares, mas de amizade, pois, ao interagir socialmente, ele se torna capaz de ver a si próprio como uma pessoa dotada de direitos e deveres naquela sociedade em que está inserido, proporcionando a segunda etapa de formação do reconhecimento: a do direito.

Já a segunda etapa de construção do reconhecimento de um sujeito

é representada através do direito, ou de uma relação de caráter jurídico, que é explicada assim como as outras, através das mesmas premissas do reconhecimento recíproco, ou seja, o desenvolvimento de um autorrespeito e de um respeito ao próximo. (PEREIRA NETO, 2010, p. 161).

Isso faz com que o indivíduo se sinta autônomo e perceba que a construção do seu reconhecimento é feita de direitos e deveres ligados aos direitos do próximo.

Ao perceberem que os outros indivíduos, através desse contexto, também são possuidores de direitos válidos em sua comunidade, os indivíduos passam a se entender também dessa forma, consolidando assim o seu autorrespeito. [...] Ao perceberem seus direitos e deveres, os indivíduos, de fato, tornam-se agentes do reconhecimento de forma ativa e passiva, ou seja, reconhecem e são reconhecidos, permitindo então que a perspectiva de cooperatividade e de justiça se estabeleça através de uma dinâmica de relacionamento social. (PEREIRA NETO, 2007, p. 70.)

Sendo assim, Honneth (2003, p.80) diz que isso significa que “todo sujeito humano pode ser considerado portador de direitos, quando reconhecido socialmente como membro de uma coletividade”.

Ressalta, mais uma vez, a importância de o sujeito estar incluído numa sociedade para obtenção do seu reconhecimento, independentemente de seu estigma social. A partir do momento em que ele se vê como portador de direitos e deveres perante sua sociedade, está garantindo seu reconhecimento através do outro, partindo, assim, para a terceira etapa da construção do seu reconhecimento: a da estima social.

Para Pereira Neto (2010, p.163), a terceira perspectiva ou etapa de reconhecimento, a da estima social,

é construída a partir de uma percepção das particularidades constitutivas do indivíduo e fazem dele uma pessoa, com uma função social estabelecida, definida e aceita pela sua sociedade.

Sobre isso, Pereira Neto (2010, p.161) diz que “apesar de se originar no reconhecimento das propriedades pessoais de um indivíduo, essa etapa manifesta-se por meio dos valores sociais ou das funções e contribuições solidárias e coletivas dessas propriedades”. Condições estas que expressariam as relações de um sistema social e que implicariam, segundo Pereira Neto (2010, p.80), “uma estima mútua determinada por valores comuns” e que poderiam vir “a caracterizar essa forma de reconhecimento e esse caráter coletivo pela solidariedade.”.

Essa perspectiva ou etapa de reconhecimento, por ser construída por meio de relações coletivas, conforme Pereira Neto (2010, p.72) traz uma ideia “de que é produzindo um valor socialmente aceito acerca das capacidades próprias e individuais que [...] essa forma de reconhecimento concretiza a autonomia do indivíduo.”

Assim, após o processo de reconhecimento em suas três etapas, a do amor, a do direito e a da estima social, o indivíduo torna-se autônomo, ou seja, está recebendo a condição de reconhecimento social pelos aspectos singulares do sujeito.

Evidencia-se a importância do esporte adaptado para esses sujeitos estigmatizados pela sociedade, para, assim, construírem um ambiente próprio para o convívio social, livre de rótulos e preconceitos, em que estarão definitivamente incluídos e não sofrerão discriminação, nem exclusão.

## 2.2 Esporte adaptado, inclusão, exclusão

Especialmente nas últimas décadas, o termo inclusão vem ganhando destaque. Para Duarte (2005), este termo surge como uma palavra de ordem nas lutas sociais das pessoas consideradas “excluídas” pela deficiência, etnia, por gênero, ou outras formas que ocorrem por meio de desvios dos padrões impostos pela estrutura econômica e social. Essas “exclusões”, por vezes, são veladas; portanto, despercebidas, não sendo vistas na sociedade como casos de exclusão social.

Desse modo, a ambiguidade e abrangência do conceito de exclusão social que fazem dele um *mot valise*<sup>7</sup>, como salientam Edgar Morin e Robert Castel, fazem com que seja amplamente utilizado para destacar o papel de fatores sociais e processos institucionais que levam à pobreza e à privação e principalmente à injustiça social. Além disso, a noção de exclusão social transfere a responsabilidade pelas circunstâncias adversas do plano individual para processos sociais e institucionais que, ao imporem obstáculos ao desenvolvimento de determinados indivíduos e grupos sociais, restringem seu acesso à plena participação na vida social, econômica, cultural e política da sociedade (2004, p.17-18)

Quando se fala na busca por uma sociedade igualitária, é feita a referência a um ambiente em que diferenças, diversidade, cooperação, qualidade de vida e direito de pertencimento se fazem presentes.

Nessa esteira, atenta-se para o fato de existirem esforços de organismos internacionais para que ocorra a inclusão de pessoas com deficiências. No caso do Brasil, a Constituição Federal e os documentos legais surgidos, a partir da sua promulgação, delinearão novas questões a respeito do acesso e da acessibilidade de pessoas com deficiência, seja no campo da educação, do trabalho ou da inclusão social.

Nessa perspectiva, pode-se considerar que a intenção da inclusão está presente na legislação que orienta a sociedade. A aplicação e o cumprimento das normas, assim como em outras áreas, ainda não é um senso comum, tanto no que compete ao poder público, quanto no que compete à iniciativa privada e ao comportamento social.

---

<sup>7</sup> Literalmente “mala” ou “valise”, ou seja, um conceito que é usado para fazer referência a uma série de situações diversas. [nota dos autores]

Medidas de assistência social à pessoa com deficiência estão garantidas nas na Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993), como o pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que atinge um universo de 2,5 milhões de pessoas, com um investimento social de cerca de R\$ 8 bilhões.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social em vigor,

O BPC constitui uma garantia de renda básica, no valor de um salário mínimo, tendo sido um direito estabelecido diretamente na Constituição Federal e posteriormente regulamentado a partir da LOAS, dirigido às pessoas com deficiência e aos idosos a partir de 65 anos de idade, observado, para acesso, o critério de renda previsto na Lei. Tal direito à renda se constituiu como efetiva provisão que traduziu o princípio da certeza na assistência social, como política não contributiva de responsabilidade do Estado. Trata-se de prestação direta de competência do governo federal, presente em todos os municípios.

A acessibilidade também é garantida pela Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critério básicos para a promoção da acessibilidade a pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”. O que se vê, no entanto, são calçadas que não oferecem condições de mobilidade para pessoas com deficiência. E, mesmo nos espaços adaptados, as obras físicas, muitas vezes, não condizem com os padrões necessários para a circulação ou segurança do cidadão deficiente.

No transporte coletivo, há alguns anos, divulga-se a aquisição ou o início de circulação de ônibus com acesso para deficientes. A lógica da tabela de horários, porém, é restritiva e, em alguns casos, impeditiva da participação do deficiente em atendimentos de saúde e ou em programas de desenvolvimento e inclusão, como os projetos de esporte adaptado. Para deslocar-se fora da sua residência, a pessoa com deficiência ainda precisa vencer as barreiras da rua, como calçamento e rebaixamento de meio-fio, inadequados em sua maioria, e, para utilizar o transporte coletivo, adequar-se a intervalos que ultrapassam uma hora.

Fotografia 1. Rampa de acesso a calçada na Rua Érico Veríssimo, Porto Alegre.



Registrado pelo autor, 2011

Cabe destacar, no entanto, o movimento social e político existente, resultado da pressão exercida pelos segmentos que representam as pessoas com deficiência e os direitos humanos, para a criação de leis e mecanismos que gerem a equidade e condições dignas de convívio e integração na sociedade. A cidadania está agindo, questionando-se, mudando sua forma de expressão e ação. Há um esforço para que o processo tenha sucesso, já que a justiça social estará na origem da convivência.

A respeito da inclusão, da acessibilidade e das redes sociais, deve-se levar em conta que a inclusão é um sentimento (ou uma percepção pessoal) intransferível, muitas vezes, difícil de ser mensurada. O que se costuma verificar, contudo, é que o sentimento de estar incluído, mesmo quando ocorre com frequência, não ocorre em todos os momentos do cotidiano.

Pode-se considerar, também, que surgem situações desagradáveis que provocam, em maior ou menor intensidade, certa frustração.

Para Cláudia Werneck (2007, p.1):

A inclusão é incondicional, é fazer do mundo um mundo para TODOS mesmo, sem tirar ninguém. Integração é inserir um grupo de “excluídos”. Por exemplo, preparar uma pessoa com deficiência para estudar em um colégio regular. Ela não precisa de preparo – o que entende ser necessário o conceito de integração. Todos são aptos para vivenciarem situações comuns – é o que pressupõe o conceito de inclusão.

No Brasil, a desigualdade social é significativa, produto da exclusão social. Fazer parte de uma classe social desfavorecida significa, na maioria das vezes, não ter o direito à escolha. Nesse aspecto, o assistencialismo passa a ser visto como benefício de governo e não como direito do cidadão. Nesse contexto, o que difere entre estar excluído ou não, “passa pelo direito à garantia de acesso a determinados segmentos que poderão facilitar o desenvolvimento de se estar efetivamente se sentindo incluído” (DUARTE, 2005, p.28).

É sabido que a exclusão econômica é produzida pela não inserção de um indivíduo no mercado de trabalho ou por uma inserção precária, implicando em dificuldades de acesso à propriedade, ao capital, à educação, à capacitação profissional e ao emprego. Esses fatos resultam na existência de unidades domiciliares cujos rendimentos mostram-se insuficientes à sobrevivência desse grupo familiar.

A inclusão e a exclusão social não são fenômenos isolados. Eles são encontrados em articulações complexas no contexto específico de cada cultura. Vale, aqui, atentar ao fato econômico por trás dos movimentos inclusivos, considerando, principalmente, os países periféricos, como o Brasil.

As orientações do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e de outros organismos financeiros internacionais são explícitas em apontar as vantagens econômicas, por exemplo, de todas as crianças serem colocadas na rede regular de ensino. Deduz-se que o gasto com o ensino especial é minimizado, gerando economia no sistema educacional. Dessa forma, houve uma “corrida” dos países periféricos na promulgação de leis e decretos para garantir a inclusão em todos os níveis. É a inclusão por decreto, e não por transformação social. Inclusão essa que as minorias, ao longo do tempo, sempre reivindicaram das mais variadas formas. (DUARTE, p.28. 2005).

Se, de um lado, decretos e leis brasileiras estabelecem responsabilidades aos governos e à sociedade como um todo, favorecendo a conscientização, pelo tecido



social, sobre os direitos dos “excluídos”, por outro, não atendem adequadamente as necessidades de todos. É importante considerar que a inclusão apresente uma rede de suporte em várias áreas, como acesso e acessibilidade à saúde, à educação, à assistência social, ao transporte, à justiça, entre outros, e que não fique restrita a questões do campo da educação, como ocorrido frequentemente.

Portanto, acredita-se que, para ocorrer o processo de inclusão, é necessário que as redes sociais estejam preparadas, sejam elas escolas, unidades básicas de saúde, centros comunitários, entre outros. Dessa forma, o processo envolverá uma rede que dará suporte às demandas dessa população.

A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios, mobiliário e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas; portanto, também da própria pessoa com deficiência (SASSAKI, 1997, p 42).

Alguns autores apontam para o fato de que deve haver “[...] atenção à pessoa com deficiência” como: a prevenção; a estimulação precoce; a habilitação; e muito mais a reabilitação; a formação profissional; e ainda o acesso ao mercado de trabalho e a programas de geração de rendas; residência; além de abrigos de proteção e do atendimento à pessoa com deficiência no próprio domicílio e serviços de informação e aconselhamento.

Ainda se faz necessário também o amplo acesso aos bens e equipamentos sociais para que a inclusão possa ocorrer.

Para Manzini (2005), uma das interpretações que distingue acesso de acessibilidade é que o primeiro termo parece refletir um desejo de mudança e a busca a algum objetivo; parece estar também relacionado à questão da atitude em relação à exclusão. Já o termo acessibilidade parece refletir algo mais concreto, palpável. O conceito de acessibilidade se sedimenta em situações que podem ser vivenciadas nas condições concretas das interpretações.

A acessibilidade e a inclusão são inseparáveis. Portanto, “garantir o acesso a...” é fundamental para o profissional que trabalha em educação. Ele tem de propiciar acesso ao aprendizado por meio de estratégias de ensino e de conteúdos adequados ao nível cognitivo dos deficientes e também, propiciar acesso às

atividades físicas, de esporte e lazer, por meio de políticas públicas; isso é basilar para o processo inclusivo.

Estar incluído significa ter acesso a bens sociais e ter participação social efetiva. Sob esse viés, a educação física, por meio de seus conteúdos: esporte, jogos, ginástica, dança, lutas, entre outros, pode ser um meio eficiente nesse processo. Considera-se que educação física pode colaborar de várias maneiras na vida de alunos com deficiência: no processo de reabilitação, na “pós-reabilitação, na transição para a vida adulta, no desenvolvimento da autonomia e da independência, entre outros”.

Importa, nesse ponto, considerar que o trabalho com educação física não deve ser relativo, e sim específico para que a inclusão se processe; é importante conhecer as particularidades de cada deficiência para haver uma estruturação de programas e para que se possam entender as dificuldades inerentes de cada deficiência.

No esporte adaptado, a vivência do ganhar ou perder, o sentimento de pertencimento a uma equipe, a descoberta de possibilidades motoras, a autonomia durante a prática do esporte adaptado, a cooperação, a independência, seja ela na piscina ou em outros jogos adaptados, podem proporcionar sentimentos de que se está incluído e de que as diferenças podem coexistir. Conforme Melo e Lopes (2002), “As atividades físicas, esportivas ou de lazer propostas às pessoas com deficiência possuem valores terapêuticos, evidenciando benefícios tanto na esfera física quanto psíquica (p. 1)”.

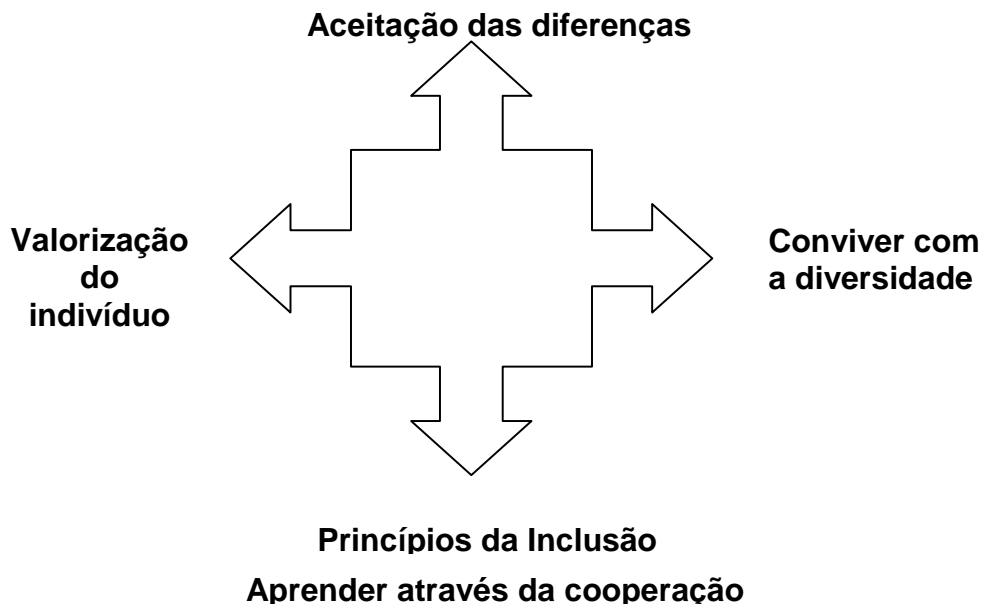
Para Ribeiro (2001), o avanço promovido pela inclusão está em movimento bilateral, já que tanto as pessoas quanto a sociedade buscam resolver os problemas com o objetivo de igualar as oportunidades para todos, respeitando as necessidades de cada um.

Como a inclusão passou a ser um desafio para todos os segmentos da sociedade, os profissionais da educação física, também inseridos nesse contexto, estão diante de uma situação, que, até então, não era discutida; é, portanto, inédita e merece atenção. Ao utilizar a palavra inédita, não se está aqui abordando as atividades da educação física, esporte, lazer e recreação para pessoas com deficiência, pois, neste caso, não existe inclusão. O que ocorre é a oportunidade de

grupos de pessoas que apresentam deficiência participarem entre si de algumas atividades que a educação física oferece.

Nesse sentido, salienta a autora, o sistema inclusivo proporciona a participação de pessoas com deficiência em ambientes que eram considerados exclusivos apenas para os “normais”. Sob esse aspecto, é importante que o profissional de educação física busque compreender o processo pelo qual a inclusão ocorre. Sasaki (1997 apud Ribeiro, 2001, p.35) apresenta os princípios da inclusão conforme figura abaixo:

Figura 1 - Princípios da Inclusão: aceitação, valorização, convivência e princípios.



Nessa perspectiva, argumenta a autora, o esporte, por intermédio de suas dimensões sociais, poderia viabilizar uma ação inclusiva, Considerando que as “[...] atividades esportivas fizeram e ainda fazem parte do processo de construção do homem no seu meio cultural” (Ribeiro, 2001. p. 35), a busca pela inclusão por meio da prática da atividade esportiva, para que esta ocorra efetivamente, torna importante que todos os envolvidos façam parte da atividade. Ainda, argumenta a autora que:

A existência de objetivos pessoais que atendam às características interesse ou ainda às necessidades individuais, tornará o esporte interessante para todos. O respeito às diferenças poderá gerar fontes de análises interessantes e complexas por parte de todos os presentes, criando momentos propícios para discussões sobre como

lidamos com a diversidade e como tornar possível e produtiva, para ambos, esta convivência (Ribeiro, 2001, p. 36).

Os profissionais que atuam diretamente com esporte deveriam buscar, na opinião do autor supracitado, sensibilizar os pais, responsáveis, professores, alunos, esportistas, entre outros, sobre a proposta inclusiva. Os envolvidos deveriam buscar informações e respostas para as várias questões que os inquietam em referenciais teóricos da área e com as pessoas que estão envolvidas diretamente no trabalho de inclusão, principalmente, o próprio indivíduo com algum tipo de limitação.

Desde que a humanidade passou a viver de forma coletiva e a dar um sentido à vida em comunidade, pode-se dizer que a exclusão e os excluídos sempre existiram. Por meio do ostracismo, da proscricção, nas várias formas de escravatura ou de exílio, ocorreram manifestações de rejeição, distinção, separação dos que dominavam as funções econômicas, sociais, culturais e políticas dos que tinham pouco domínio ou dos que não os tinham de todo.

De acordo com Castel (2004, p.37-38):

[...] é incontestável que existiram sociedades de exclusão. [...] Expulsão ou condenação à morte dos heréticos, caça às bruxas, execução de criminosos de "direito comum" (aí compreendidos frequentemente os crimes contra bens), banimento ou prisão de vagabundos e sediciosos, repressão de "desvios" sexuais, como a bigamia ou a sodomia, e mesmo de casos que hoje seriam qualificados de patológicos como a lepra ou a loucura... toda uma gama de procedimentos de exclusão foi vista nesse espaço europeu entre os séculos XIV e XVIII<sup>8</sup>.

Segundo Stoer, Magalhães e Rodrigues (2004, p.27)

“O conceito de exclusão social integra a dureza e o drama das formas estruturais de desqualificação societal, como se constata tanto no que diz respeito ao fordismo e à marginalização social de certos grupos como no pós fordismo, na medida em que gera formas novas de desigualdade e de diferenciação”.

---

<sup>8</sup> Poder-se-ia tomar o exemplo do "Século de Ouro" espanhol, que, graças à santa aliança da Inquisição e de uma monarquia particularmente forte, representa sem dúvida, para a Europa, o modelo mais acabado de uma sociedade de exclusão. O período é enquadrado por duas medidas massivas, a expulsão dos judeus, em 1592, e a dos descendentes dos conquistadores muçulmanos, os Mouros, em 1606. Mas, nesse intervalo de tempo, ocorreram outras formas de repressão religiosa, política e moral. Essas medidas concorreram para manter a Espanha, por longo tempo, no imobilismo e no obscurantismo (Redondo e outros, 1983). [Nota do autor]

A exclusão do mercado de trabalho, para Bulla (2004), é a primeira manifestação de exclusão social desse ponto de vista; a noção de exclusão social não pode ser identificada como um fenômeno novo no capitalismo. Assim, o conceito de exclusão social adquire nova visibilidade quando ocorre uma recessão econômica motivada pela política neoliberal<sup>9</sup> que é globalizante, a partir da segunda metade da década de 1970, com a instauração da flexibilização produtiva, a precarização das relações de trabalho e a progressiva perda de direitos sociais conquistados.

A exclusão se manifesta pela perda do lugar conquistado na responsabilidade pública social e pela discriminação, quando não respeitado o direito à diferença. A ideia de exclusão social se constitui no contraponto da concepção de universalidade e dos direitos sociais; configura-se como negação da cidadania. Nesse sentido, para Bulla (2004, p. 41), excluídos são:

[...] todos aqueles que são rejeitados de nossos mercados materiais ou simbólicos, de nossos valores. Logo, os excluídos não são simplesmente aqueles rejeitados física, geográfica e materialmente, ou os alijados dos processos sociais que não têm acesso a bens e serviços, mas são também aqueles cujos valores não são reconhecidos socialmente, logo são excluídos culturalmente.

Podem-se dividir as dimensões da exclusão social em três: a econômica, a sociocultural e a política. A econômica refere-se ao desemprego e à precarização crescente das relações de trabalho, que provocam processos de desfiliação, ou seja, de não integração ao mundo do trabalho, trazendo conseqüentemente uma ruptura progressiva da inserção social. A pobreza, segundo Dupas (2001, p.24), é “uma face fundamental da exclusão”.

A dimensão sócio-cultural refere-se à participação nas redes primárias, instituições e organizações, além da participação na constituição de normas e valores socialmente aceitos como válidos. O imaginário social associa a situação de pobreza ou desemprego à marginalidade, violência e deficiência, criando, assim, situações de discriminação. Inclui-se, nessa dimensão, a discriminação por gênero,

---

<sup>9</sup> Galvão apud Cruanhes (2000, p. 91) afirma que o mercado é o centro da prática neoliberal e conseqüentemente do consumo. Afirma o autor que: “O neoliberalismo defende a liberdade de mercado (*laissez-faire*) e a abertura de fronteiras (*laissez-passer*), acima das liberdades políticas e dos direitos sociais. Dá-se ênfase à competitividade, aos grupos econômicos, às privatizações e à abertura dos mercados mundiais. [grifo do autor]

etnia, religião, ou, ainda, a não aceitação de valores diferenciados, ideias e modos de vida.

Alguns autores acreditam que a exclusão cultural consiste na inexistência, precariedade ou ruptura das relações sociais primárias (família, vizinhança, bairro), assim impedindo a geração ou preservação do capital social<sup>10</sup>, que poderia amenizar essas dificuldades de sobrevivência dos mais pobres.

Os excluídos, na visão de Bulla (2004), muitas vezes, são reprimidos e rechaçados da família, da escola, da comunidade, sentindo-se fracassados e inferiorizados e estigmatizados. Exclusão não é sinônimo de inexistência de relação social, mas sim de privação de participação nos espaços sociais legitimados.

Os conflitos sociais, conforme Lopes (2006, p.26), são manifestações que tendem a demonstrar “estratégias de incorporação ou exclusão” que se evidenciam ao revelar os limites “estabelecidos pela diferença” entre os grupos sociais.

A dimensão política é vinculada à cidadania, diz respeito ao acesso aos direitos civis, como igualdade, proteção, justiça, entre outros; aos políticos, como tomada de decisões, participação; aos sociais, como garantia a bens e serviços básicos, proteção social, saúde, habitação, educação. Nesse contexto, é preciso estar atento para a necessidade de que se tenham tratamentos diferenciados no enfrentamento dos múltiplos processos de exclusão social.

A exclusão política é fundada na dificuldade encontrada pelos segmentos mais pobres da população em manter uma organização mínima que lhes permita a participação em processos de tomada de decisões que afetem as suas condições de vida e de desenvolvimento, o que resultaria em prejuízos à sua qualidade de vida e à sua inserção no mundo social.

A desqualificação social, associada ao processo de exclusão, está ligada a fracassos e contínuas perdas de integração. A desqualificação social interfere nas relações com o outro, incitando o fechamento sobre si mesmo. Pierucci (2000, p.105) afirma que é por meio da forma como nos posicionamos frente à diferença que podemos estar fortalecendo a reciprocidade ou a desigualdade. O autor ainda afirma que são as “dinâmicas de avaliação das pessoas”, através de um processo

---

<sup>10</sup> Por capital social entendem-se as relações de familiaridade e confiança e o compartilhamento de normas e valores que permitem o desenvolvimento da solidariedade e cooperação, potencializando a busca do bem comum e o manejo de situações de risco. [nota dos autores]

de estratificação social, que valoriza ou desvaloriza determinada condição de diferença e conseqüentemente, dá a ela um caráter positivo ou negativo. Mesmo as relações na própria família são afetadas, o que, no caso dos deficientes, fica mais evidenciado.

Lima, Souza e Trevisan (2003 p. 2) acreditam que não é fácil para as famílias “receberem seu ente com qualquer tipo de deficiência” e que “muitas são as condutas diante do fato”. Algumas o aceitam e outras o rejeitam. Para os autores, “quanto maior for a morosidade da aceitação, maior será o comprometimento do desenvolvimento neurológico, psicológico, motor, social e cultural desse sujeito”. (2003 p. 2). Afirmam que “os efeitos sociais e psicológicos do rótulo criam maiores problemas que as próprias limitações específicas, e é na família que se pode encontrar um grande aliado para a superação.”(2003 p.2) Ainda, segundo os autores, é essa vivência com a família que influencia seu desenvolvimento psicológico e motor e possui conseqüências diretas em sua aprendizagem.

À desqualificação profissional soma-se a desintegração familiar. Tais situações levam a pessoa que se encontra em situação de exclusão a perder rapidamente suas principais referências, e ela passa a viver uma profunda crise de identidade.

Quanto à identidade do sujeito, é “a partir de processos de subjetivação individual, demandados de questões do sujeito consigo mesmo, com a influência da coletividade, este outro olhar reflete, em boa medida, a própria condição de ser humano da pessoa” (PEREIRA NETO, 2007 p. 28).

Os conflitos sociais são considerados por Honneth (2003) elementos que exercem forte influência na construção de uma cultura de reconhecimento. Para Honneth (2003), são os sentimentos de injustiça e de desrespeito que desencadeiam conflitos sociais que baseiam sua teoria. Com os conflitos surgem questões que remetem à individualidade, identidade e subjetividade de um sujeito, e a construção dessa identidade é vista como um processo intersubjetivo de busca por reconhecimento mútuo entre os sujeitos em interação social, conforme afirmações de Honneth (2003).

Portanto, a exclusão deve ser contextualizada no tempo e no espaço onde ocorre, pelo fato de se tratar de um fenômeno histórico, socialmente constituído. É

nesse contexto que se verificam as pessoas com deficiência que não conseguem fazer parte do mercado produtivo por serem, na grande maioria, despreparadas para ocupar as vagas específicas para deficientes. Fica evidente a ocorrência da defasagem do ensino formal diante das exigências do mercado que busca habilidades e conhecimentos em seus colaboradores. Constitui-se, então, o ensino em uma fonte de vulnerabilidade.

Em pesquisa realizada nas escolas que tiveram implantado o Programa de Paz<sup>11</sup>, na cidade do Rio de Janeiro em 2000, segundo Abramovay et al. (2001), ficou demonstrado que outras dificuldades são encontradas pelos jovens para conseguir o primeiro emprego: o local onde moram, que não pode ser “violento”; devem ter “boa aparência”; não podem apresentar deficiência, pois é dada preferência aos que possuem corpo esbelto e pele clara. Esses fatores discriminatórios dificultam o ingresso dos deficientes no mercado de trabalho.

É fundamental distinguir as concepções de exclusão social e de pobreza, embora elas se encontrem associadas. Enquanto a pobreza, absoluta ou relativa, constitui uma categoria que pode ser aferida quantitativamente e que está relacionada à capacidade aquisitiva, de carência de acesso a bens e serviços, a exclusão social, embora muitas vezes associada à pobreza, inclui outras condições comportamentais e culturais que não se referem tão somente à capacidade. A noção de exclusão alcança valores culturais, discriminações, perda de vínculos, a desqualificação social, a desagregação identitária, a desumanização do outro, a anulação da alteridade, desgaste das relações de convívio que, necessariamente, não passam pela pobreza.

De acordo com Dupas (2001), o Estado contemporâneo não se sente responsável pelo pleno emprego como em outras épocas. As corporações transnacionais que definem os vetores tecnológicos, que parametrizam a empregabilidade, também consideram não ter tal responsabilidade. Cada um deve buscar descobrir sua oportunidade, correr seus próprios riscos.

---

<sup>11</sup> A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, em conjunto com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, tendo como referência a avaliação dos resultados da implantação do Programa Escolas de Paz, no Estado do Rio de Janeiro, executada em parceria com a Universidade do Rio de Janeiro – UNI-RIO, basearam-se em informações referentes a 31 estabelecimentos localizados em 16 municípios da área metropolitana do Rio de Janeiro e 58 localizadas em 56 municípios do interior do Estado, contemplando 80% dos estabelecimentos fluminenses. (Abramovay et al, p. 11-33, 2001)



A vulnerabilidade, associada à desigualdade social, a segregação juvenil e a falta de perspectiva para os deficientes são percebidas como produtos de sistemas sociais e estão relacionadas a desigualdades na educação e no mercado de trabalho, à ausência de oportunidades de lazer, de formação ética e cultural, em valores de solidariedade, de cultura e de distanciamento dos modelos que vinculam esforços a êxitos. Esses fatores mantêm os jovens, em especial os deficientes, à margem da participação social, deixando-os sob as influências da família que reflete um comportamento conservador e de manutenção dessas pessoas no seu domicílio. Assim, a exclusão se manifesta por meio das desigualdades sociais e pela negação do acesso ao lazer, ao esporte e à cultura.

A abordagem da exclusão social é multidimensional; relaciona-se com as desigualdades de ordem econômica, política, cultural, étnica, entre outras. Portanto, a questão central, que envolve o futuro das relações entre a sociedade e os Estados nacionais, terá relação com a capacidade de esses Estados assumirem eficientemente um novo papel indutor-normativo-regulador.

Nesse sentido, observa-se que o sistema público apresenta deficiências nos serviços sociais, por exemplo, transporte e infraestrutura para locomoção dos deficientes, previdência, saúde, educação, saneamento básico, construção de moradias populares e cuidados com o meio ambiente, entre outros.

A exclusão social no Brasil, analisada sob uma perspectiva histórica, segundo Bulla (2004), leva a verificar que a formação social brasileira se apresenta como um complexo de formas econômicas no qual se articulam e convivem juntas as mais variadas situações. O presente Brasil capitalista, globalizado, industrializado e urbano convive com a economia primária exportadora, com o extrativismo e com a forte herança escravista. O Brasil moderno, ao mesmo tempo em que se desenvolve e diversifica, preserva e recria traços e marcas do passado recente e remoto, nesta e naquela região.

Os direitos sociais no Brasil traduzem-se em políticas e programas que se dirigem a três públicos: os cidadãos, os pobres e os deficientes. Os cidadãos são aqueles que têm um sistema de proteção social por contribuírem para eles. Os pobres e deficientes são os que, por não apresentarem capacidade contributiva, uma vez que nem sequer têm de garantia de sobrevivência, são alvos de políticas e programas sociais ainda ineficientes.

Sob este viés, são múltiplas as formas de exclusão social que afetam o conjunto da sociedade em um período marcado por graves crises econômicas, políticas e sociais. Portanto, a questão social vai além do desemprego motivado por mudanças tecnológicas, ela abrange a quebra de direitos sociais que foram historicamente construídos.

A escola é responsável pela formação de capital social e cultural, contribuindo para a autonomia e proporcionando espaço para socialização entre os jovens, sejam eles deficientes ou não. No entanto, verifica-se um quadro de precariedade e desigualdades na educação brasileira.

A Educação Física, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS), e, segundo Melhem (2004 p. 22), pode ser entendida “como área do conhecimento que introduz e integra os alunos na cultura corporal do movimento, com finalidades de lazer, de expressão de sentimentos, afetos, emoções, de manutenção e melhoria da saúde”. Além disso, aponta

“para uma perspectiva metodológica de ensino e aprendizagem que busca o desenvolvimento da autonomia, da cooperação, da participação social e da afirmação de valores e princípios democráticos”. (MELHEM, 2004 p.22).

O papel da Educação Física na formação de sujeitos pode ser enfatizado no que diz respeito à importância da motricidade para o desenvolvimento da inteligência, dos sentimentos, das relações sociais etc. (FREIRE, 1997 p.182)

A participação social ou socialização é construída, segundo Freire (1997 p.162), desde a 1ª infância, marcada pelo brincar; nessa etapa, os indivíduos se preparam para passar para a 2ª infância; desta para a adolescência e, assim, sucessivamente. Ainda na concepção do autor, é na Educação física que o comportamento social, regulado por normas de convívio aceitas por um grupo, tem no jogo o espaço privilegiado de manifestação.

Melhem (2004, p.25) crê que quem deve “determinar o caráter de cada dinâmica coletiva é o professor, a fim de viabilizar a inclusão de todos os alunos”. O professor de educação física “deve reforçar a responsabilidade, desportismo, autocontrole e a cooperação dos jovens desportistas. Ele deve entender a importância de seu papel para o desenvolvimento psicofísico dos jovens”. (Becker Junior, 2002 p.125)

A participação de portadores de deficiências físicas nas atividades “pode trazer muitos benefícios a eles, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades afetivas, de integração e inserção social”. (MELHEM, 2004 p.26).

Existem algumas situações em que pessoas portadoras de deficiências físicas estão expostas e sentem vergonha por apresentarem traços fisionômicos, alterações morfológicas ou até problemas de coordenação, “que as destacam das demais”, conforme Melhem (2004 p.27). O autor ainda acrescenta que “a atitude dos alunos diante dessas diferenças é algo que se construirá na convivência e que dependerá muito da atitude que o professor adotar”. (p.27) Pensa-se que é possível integrar esse aluno ao grupo, desde que sejam respeitadas “suas limitações, dando a oportunidade para que desenvolva suas potencialidades”.

Essas atividades podem favorecer “a construção de uma atitude digna e de respeito próprio” para esses casos e, para o grupo, a convivência com as diferenças poderá “possibilitar a construção de atitudes de solidariedade, de respeito, de aceitação, sem preconceitos.” (MELHEM, 2004 p.27).

A primeira importância do esporte reside na percepção de possibilidades de criatividade no jogo, em abrir novas áreas de socialização do indivíduo, tais como alegria, prazer, bem-estar, de importância capital nos dias de hoje (MELHEM, 2004, p.17).

### **2.3 Esfera pública**

Verificou-se, nas últimas décadas, que todos os processos de transformação em curso alteraram a sociedade. O discurso da sociedade civil globalizou-se, com a utilização de vários conceitos.

O termo sociedade civil tem sido usado para designar empreendimentos civis, associações voluntárias e organizações sem fins lucrativos. Para ir ao encontro da perspectiva de sociedade civil, que aqui se considera relevante, é necessário rever alguns processos históricos ao tema.

A forma com que os homens se organizaram e a sua relação com o estado variou muito, dependendo do estado nacional constituído e dos processos históricos envolvidos. O próprio conceito de sociedade civil tem íntima relação com a

constituição dos estados-nacionais. É importante salientar que o aparecimento da sociedade civil aconteceu junto com o desenvolvimento do estado moderno territorial soberano, ou, ainda, foi a vinculação do estado ao direito e o desenvolvimento da soberania e do constitucionalismo jurídico interno que permitiram o surgimento do modelo tripartite: estado moderno, sociedade civil e economia de mercado.

Esse espectro induz à discussão sobre o conceito de esfera pública; conforme Avritzer e Costa (2004), o surgimento da esfera pública e da sociedade civil, em seu sentido moderno, é inseparável do processo de constituição dos estados-nação e da formação das comunidades nacionais como um público integrado que, em geral, fala o mesmo idioma e, em alguma medida, compartilha um cotidiano ou mundo da vida comum e uma cultura política construída coletivamente.

A esfera pública não seria um espaço com localização espacial específica na topografia social, mas sim, mais propriamente um contexto de relações difuso, no qual se concretizam e condensam-se intercâmbios comunicativos gerados em diferentes campos da vida social. Com o advento da modernidade, a esfera pública representou espaço para a integração legal dos grupos associados e movimentos.

A ideia constituinte de uma sociedade civil é a de um conjunto de associações voluntárias, desvinculadas do mundo da vida da esfera pública. Em fluxos provindos do mundo da vida, de acordo com Costa (2002), derivam dos espaços comunicativos primários, caracterizados por intensa e efetiva comunicação interpessoal e laços de solidariedade nos locais de moradia, formando contextos de mediação entre o mundo da intimidade da família e da cidade que se estendeu para além dos limites do bairro, efetivando, assim, o envolvimento com o entorno social ou territorial.

Outra ideia constituinte da sociedade civil é a de que, quando a população não encontra retorno para suas reivindicações, quando o poder central se apresenta inacessível aos interesses da população, ou seja, quando a política deixa de ser o caminho natural para o exercício desses direitos, surgem, então, novas formas de organização. Isso porque a capacidade de sensibilidade e de percepção dos problemas e fenômenos sociais influencia diretamente a ação efetiva de internação que se realiza em direção a eles. E os fenômenos sociais podem ser melhor observados no mundo da vida por aqueles que participam ativamente da comunidade.

Pode-se assim considerar que o exercício de uma cidadania efetiva passa pela constituição de uma sociedade civil organizada e atuante. Os objetivos de associação da sociedade civil estariam próximos dos princípios de solidariedade. A partir do conceito que classifica as organizações em princípios de mercado, de hierarquia e de solidariedade, Sobottka (2002) destaca as organizações que partem do princípio da solidariedade em espaço social, no qual as ações do tipo cooperativo são coordenadas com base na prevenção de interesses, normas e valores comuns, relativizando interesses individuais e de uma interpretação comum da situação.

No Brasil, o fortalecimento da vida pública, após quase trinta anos de regime militar, foi um trabalho árduo. Contudo, a vida pública, mesmo que de forma tímida frente ao sistema, já vinha se fortalecendo. A base dos movimentos sociais emergiu no país nos anos 1970 e 1980. Ainda durante a ditadura, o trabalho comunitário, vinculado à igreja e às organizações internacionais, por não ser encarado como uma ameaça ao regime, escapou dos controles, conseguindo se expandir proliferando os movimentos sociais e, principalmente, os populares, pois os movimentos urbanos ocorriam, sobretudo, na esfera dos bairros mais pobres que necessitavam cobrar das autoridades providências de natureza diversa.

Segundo Sobottka (2002), no Brasil, a tônica desses novos movimentos sociais foi, inicialmente, a garantia dos direitos humanos e a busca da redemocratização do país. Ao ser reinstituída formalmente a democracia, houve um período de luta por direitos civis e sociais de cidadania cujo auge foi o movimento constituinte de 87 e 88.

Conforme Jovchelovitch (2000), a sociedade representa a Esfera Pública e constrói saberes sociais sobre esse espaço. Ainda segundo a autora, estudar e compreender a esfera pública requer uma análise sobre o tipo de realidade brasileira. Para isso, ela destaca o cenário problemático no qual vivemos. A esfera pública foi desvalorizada gradativamente. Os impactos desse quadro têm levado a uma espécie de patologia social, evidenciada pela crescente criminalidade, batalha no tráfego e ausência de confiança mútua.

No âmbito da arena política, a corrupção e, sobretudo, o fato de os responsáveis por ela continuarem impunes, contribuiu enormemente para uma mudança paulatina no eixo de importância da esfera pública para a privada. O que era para ser público tem sido discutido em âmbito privado, enquanto este, por sua

vez, torna-se cada vez mais alvo de publicidade. Esse paradoxo tem sido produzido pela interferência da mídia e das agências de *marketing*. Para a autora, esse quadro representa o quanto a sociedade brasileira é incapaz de pensar em si mesma. A população credita a responsabilidade pelas agruras e difusas opressões sofridas aos meandros fatalistas das circunstâncias, o que demonstra o quanto hoje estamos alienados. Por consequência, há a diminuição da possibilidade de projetos sociais calcados em perspectivas comuns.

A sociedade brasileira, historicamente, apresentou fronteiras obscuras que dividem a família do estado. Isso tem provocado a penetração de emoção e laços familiares através do tecido social. Esse assunto tem pautado pesquisas da Antropologia e Sociologia, que tem considerado esse um dos maiores desafios da vida pública brasileira. Para Jovchelovitch (2000), as raízes desse processo estão em exemplos destacados por Schwarz e remontam do século XIX, quando houve a vinculação de princípios burgueses liberais em uma sociedade que se pautava na escravidão.

O que a sociedade, não só a brasileira, mas a da maioria das nações, passou a apregoar é a demarcação do espaço público como restrito à ação de especialistas, ou seja, de políticos. Enquanto isso, o cidadão comum responsabiliza-se por manter a sua vida privada, utilizando seus próprios esforços para suprir as suas necessidades básicas.

Jovchelovitch (2000) sinaliza que a liberdade, igualdade e solidariedade, princípios da burguesia capitalista, são os fundamentos que até hoje alicerçam a sociedade. Habermas define a esfera pública como (*apud* Jovchelovitch, 2000, p. 30), “[...] um espaço de livre acesso, onde cidadãos se encontram para debater e racionalmente desenvolver argumentos sobre questões da vida comum”. Para o autor, ainda os motivos da queda da Esfera Pública têm a ver com o consumo, os meios de comunicação de massa, e a expansão do Estado em sociedades industriais avançadas.

Hannah Arendt, em seu livro *A condição humana*, tece elogios e relevância substancial para a esfera pública. Ela a vê como um espaço que propicia a abstração de interesses puramente privados e que conduz à produção de permanência histórica dos aspectos discutidos, transcendendo o ciclo de vida de cada um dos presentes no espaço de debate. Valoriza ainda a norma e o

reconhecimento de multiplicidade de lógicas sociais. Diferentemente dos pós-modernistas, que apontam para a legitimação da diferença e da degradação da esfera pública, Arendt valoriza a pluralidade de ideias. Considera que ela não é em sua essência produtora de isolamento. Para Arendt, a comunalidade da esfera pública depende de que a diferença seja expressa nos espaços legítimos; entretanto, destaca que essa expressão deve ser realizada com critérios, definidos por meio de diálogo. No atual debate, a esfera pública é vista como uma abstração, tamanha a fragmentação que apresenta. A autora, mesmo considerando pertinentes essas afirmações, advoga para a necessidade da retomada da esfera pública como um projeto a ser alcançado.

Jovchelovitch (2000), analisando a história da relação entre as esferas públicas e privadas, considera que muitas das questões prementes na América Latina têm origens no período colonial; ela está marcada, de um lado, pela continuidade cultural e, por outro, pela descontinuidade política. A autora justifica seu posicionamento ao apresentar a maneira como foi realizada a conquista das Américas. Segundo ela, houve uma relação linear iniciada na descoberta, que passou pela posse e, finalmente, pela destruição. Como exemplo, a autora destaca a tomada dos povos astecas pelos espanhóis: nela, mesmo com superioridade militar, conhecimento do terreno e supremacia de pessoas, os nativos foram devastados pelos colonizadores. Isso ocorreu, para a autora, pelo fato de os astecas, por meio da sua mitologia, compreenderem o Outro, enquanto os espanhóis representaram os habitantes daquele terreno como “estranhos”, ou “selvagens” e, portanto, um “perigo”. Já os povos africanos, escravos nas Américas, realizaram como forma de resistência seus próprios costumes. Apesar de, aos olhos dos “brancos”, representarem uma “dança”, na realidade, o que faziam era expressar a sua própria cultura em um aspecto mais amplo (religiosidade, política e mitologia). A autora atesta que a arte, historicamente, foi a forma de resistência aos fatos ocorridos na América Latina.

Hoje um fator que alimenta a crescente dependência da política com a cultura é a mídia, visto ser este um veículo quase homogêneo no que tange à exposição da cultura popular. Paradoxalmente, ela vem sendo, por meio dos seus elementos, uma das poucas formas em que a esfera pública se evidencia. Esta é levada ao fracasso, uma vez que estes espaços a reconhecem como desnecessária e que as soluções

para as necessidades devem ser realizadas pela valorização e reconhecimento público da vida privada.

O populismo do século XX é resultado desse processo. O controle passa a ser gerido por uma pessoa (personalismo), identificado pelas nações como um pai, que, por sua vez, vê a população como seus filhos – incapazes de governarem a si próprios. Não há nessa dinâmica mediação institucional.

A autora valoriza o estudo sobre as representações sociais por dois aspectos: primeiro porque as reuniões públicas dão sentido ao cotidiano; evidencia que a fala é a principal forma de diálogo, conflito e confrontos, mediados pelas ideias; segundo, porque expressa a rerepresentação humana de um objeto, ajudando a construir o mundo que encontra.

O significado da esfera pública e a forma que ela assume tem implicações concretas para a formação de fenômenos psicossociais. Para Jovchelovitch (2000), a vida pública não é uma estrutura externa influenciando a privada, mas um dos seus elementos constituintes. A influência, contudo, do ideário positivista fez com que as dimensões sociais fossem vistas apenas como variáveis da construção das representações dos indivíduos.

O público e o privado constituem realidades históricas, que as sociedades, por suas particularidades, desenvolveram de modos diferentes, enrijecendo ou flexibilizando as fronteiras entre um e outro. Entretanto, ressalva que, apesar de as fronteiras mudarem pela dinâmica da sociedade, o sentido de cada um deles sempre foi o mesmo. O que determina se um objeto é público ou privado não é o objeto em si, mas a forma pela qual ele circula na sociedade e em que local; em um tempo preciso, a sociedade resolve alocá-lo.

Para elucidação do objeto de análise, Jovchelovitch (2000) traz para o bojo das suas interpretações a compreensão da esfera pública na polis Grega. Para isso, baseia-se, novamente, em Hanna Arendt.

Para essa autora, a polis Grega é a origem dos sentidos público/privado. Nesta organização social, o convívio não é uma condição humana. Contudo, ele assim será, quando for norteado pela Ação e Política. Ao resto, era designado o rótulo de necessidades biológicas, e, por isso, privada. A política, nesse contexto, baseava-se na pluralidade humana, considerando que sem ela não teria a possibilidade de diálogo. Porém pondera que o totalmente diferente também não poderia ser



representado nos espaços de discussão, o que justifica a ausência das mulheres e dos escravos nesses espaços. Além disso, um homem era visto como digno representante da sociedade na vida pública quando mantinha o controle da sua vida privada (santidade do lar). A vida pública na *polis* existia para enfrentar as questões de interesse coletivo que, por sua vez, não podiam ser solucionados por verdades construídas no domínio privado. Para isso, construiu mecanismos que davam conta de expressar a diversidade de representações da sociedade (“nós” como produtor de poder).

Quanto à esfera pública do período de economia liberal, durante a Idade Média tardia, Jovchelovitch (2000) afirma que esta se confundia com a privada, uma vez que ambas eram regidas pelos senhores feudais, e um desse “senhores” era a Igreja. Os símbolos públicos (brasão, bandeira, entre outros) eram apenas uma forma de representar o próprio senhor, o representante hegemônico do poder.

A partir do século XVIII, o público passa a ser o próprio Estado, quando o poder da nobreza passa para a esfera pública, representada por um parlamento. O governo baseia-se em princípios reguladores, tais como monopólio, competências, troca de mercadorias e informações. Esse processo, por sua vez, desencadeou no desenvolvimento da imprensa e a consolidação do capitalismo. A esfera privada torna-se regulada pela pública. É o nascimento da sociedade civil.

Já na esfera pública burguesa eram os indivíduos privados que se reuniam para formar um público. A esfera privada restringia-se à troca de mercadorias e trabalho. Os elementos que conduziam à formação de um novo espaço público – capaz de construir uma discussão política de caráter crítico – propiciaram a construção do ideário do capitalismo moderno. A esfera pública burguesa, vista como arena, baseava-se em diálogo entre cidadãos e era fundamentado na racionalidade de argumentos. O objetivo do “político” era servir como mediador entre o Estado e a sociedade. Esse objetivo pautava-se em dois princípios: o Estado deveria prestar contas pelos seus atos à população, e o uso da razão, ou seja, legitimar na sociedade o consenso definido na arena como verdade.

Para finalizar, Jovchelovitch (2000) expressa as suas considerações a respeito do que pensa sobre a esfera pública. Inicia sua apreciação apregoando a valorização dela como um espaço por excelência da intersubjetividade, calcada na pluralidade, interpelando uma interpretação psicossocial ao tema. É importante,

segundo ela, romper com a representação generalizada do outro, como “sem-face” ou “qualquer coisa”.

A autora conclui sua interpretação considerando que a sociedade deve aprender a demarcar as fronteiras entre a sociabilidade e a intimidade. Para ela, as diferenças e nuances são a base para o encontro de semelhanças. Para isso, defende a existência da distinção entre o espaço público e privado, embora considere que se deva reconhecer e fomentar as conexões pertinentes entre ambos, o que levará ao desenvolvimento de uma maior participação democrática da sociedade nos espaços de debate.

A partir dessa reflexão sobre a esfera pública, fica o questionamento de que ela não é igualmente ocupada por todos os sujeitos sociais (incluindo os “diferentes”), que, na ação e no discurso, poderiam encaminhar as diferenças sem produzir exclusões.

A estigmatização gerada pela deficiência por si só caracteriza esse sujeito como ‘diferente’, mas isso não refere necessariamente que esse sujeito não esteja incluído, que não seja pertencente de algum grupo social. Os esportes adaptados surgem como uma solução para a ambientação desses sujeitos.

Sendo assim, faz-se necessário entender melhor a questão da deficiência. De acordo com Elias, Monteiro e Chaves (2008), a deficiência necessita de uma abordagem em quatro diferentes níveis: o clínico, o de reabilitação, o social e o político. Os autores afirmam também que a pobreza e a deficiência “estão fortemente relacionadas” (2008, p.1041). Acrescentam que “estigma, discriminação e incapacidade física e financeira limitam o acesso à educação e saúde” e que, “embora a Constituição Federal inclua direitos a pacientes deficientes, dando acesso à saúde e educação, eles não são obtidos nem respeitados”.

Segundo o Decreto nº 91.419, Pessoa com Deficiência (PCD) é aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou reduções de alguma estrutura ou função anatômica, o que gera incapacidade para certas atividades, dentro do padrão considerado normal. A Constituição Federal (CF) de 1988 prevê benefícios específicos para pacientes portadores de deficiência. Elias, Monteiro e Chaves (2008 p.1042) afirmam que “ainda observa-se pouca efetividade, visto que inúmeros dispositivos legais aguardam, em alguns casos, anos pelo processo de implementação”.

Para Matos e Luz (2009 p.498), as “transformações sociais e éticas no mundo do trabalho capitalista” apontam como principais consequências a “destruição dos laços sociais e a perda de sentidos no trabalho”, gerando, assim, uma “instabilidade emocional, isolamento social e desamparo”. Para os autores:

A competição (vista como lei da vida social), o sucesso (visto como vitória pessoal, com conseqüente exclusão ou dominação do outro), o individualismo (visto como condição do sucesso), o lucro (categoria que invade a esfera de todos os valores), a vantagem sobre o outro e o consumismo tornaram-se os grandes valores sociais da atualidade. Isso tem provocado a perda do ‘estar junto’. As pessoas são estimuladas ao individualismo e ao isolamento para conquistar sempre novos postos. (MATOS E LUZ, 2009, p. 498-499)

Para os autores, isso ainda acarreta a perda dos laços sociais e também dos sentidos culturais e ainda dos sentimentos e das “atividades relativas ao pertencimento a um grupo social, ao “nós”. No entanto, essa perda não provoca apenas poucos efeitos na sociedade; pelo contrário, faz com que haja o aumento do “mal-estar social” e do “sofrimento”, fazendo com as pessoas se tornem “mais frágeis e vulneráveis”. (MATOS E LUZ, 2009, p.499)

Matos e Luz (2009 p.499) afirmam que, no decorrer de seus estudos, puderam perceber que essas pessoas procuravam “renovar as ligações que foram perdidas com a supervalorização do individualismo e da competição”, elaborando “táticas, estratégias e ações para renovar a sociabilidade e recuperar o *estar junto*”. Essas pessoas:

“demandam relações de profundidade e podem procurar isso em práticas corporais de saúde. Mesmo com a nova ordem capitalista neoliberal exaltando o individualismo e tornando a dependência algo vergonhoso, estão procurando resgatar o senso de comunidade e o pertencimento coletivo.” Matos e Luz (2009, p. 499)

É a partir de uma atividade física ou do exercício físico coletivo que são tecidos “padrões alternativos de relações sociais, gestando novas formas de sociabilidade e criando microrrelações sociais baseadas no afeto e na cordialidade”. A população necessita de novas práticas corporais devido ao reconhecimento do

“adoecimento que o sistema atual provoca em sua saúde”, pois estão “em busca de um equilíbrio biopsicossocial”. Os autores ainda afirmam que, nesse sentido, as:

“relações de solidariedade, ou mesmo de cooperação e apoio mútuo, ainda que localizadas, restritas ao espaço onde se desenvolvem as atividades, tendem a se estabelecer como ponto de partida para a constituição de “novos amigos” que vão pouco a pouco formando um tecido social comunicativo, com a criação e extensão de atividades para fora do âmbito das práticas de saúde.” Matos e Luz (2009, p. 499)

Por meio das práticas corporais grupais essas pessoas vencem o isolamento e criam esperança e otimismo; há o restabelecimento da confiança no outro. Matos e Luz (2009, p. 500) ainda complementam que “saúde é construir novos vínculos sociais através do estar junto coletivo e cooperativo”.

## **2. 4 Movimento paraolímpico e história social do esporte**

Após a I Guerra Mundial, segundo Reis (2006), o esporte passou a ser utilizado como uma ferramenta de reabilitação e inserção social da pessoa com deficiência, seguindo o objetivo de oferecer alternativa de tratamento aos indivíduos que sofreram traumas medulares durante a guerra.

Em 1952, foi criado o Comitê Internacional dos Jogos de Stoke Mandeville, que viria a se tornar a Federação Internacional de Esportes em Cadeira de Rodas de Stoke Mandeville (ISMWSF). Atualmente, a ISMWSF é a responsável pela organização e realização de eventos mundiais direcionados aos atletas cadeirantes. O doutor Antônio Maglio, diretor do Centro de Lesionados Medulares de Ostia, em 1960, na Itália, sugeriu ao Comitê Internacional dos Jogos de Stoke Mandeville que a competição deveria ser realizada em Roma, após a XVI Olimpíadas. Dessa forma, surgiram os primeiros Jogos Paraolímpicos, que somam mais de dez edições. Foram utilizadas as mesmas instalações dos atletas não portadores de deficiência. A competição reuniu 400 paratletas. Participaram da primeira Paraolimpíada 23 países. Em 1964, foi criada a Organização Internacional de Esportes para Deficientes (ISOD). A ISOD incluiu, nos Jogos Paraolímpicos de Toronto, em 1976, provas para atletas cegos e amputados. Em 1980, nos Jogos Paraolímpicos de Arnheim, foram incluídos os atletas com paralisia cerebral. Em 1982, foi criado o

Comitê Internacional Coordenador dos Esportes para Deficientes no Mundo (ICC). O ICC era formado pelos presidentes das quatro entidades administradoras do esporte adaptado mundial (ISMWSF, ISOD, CP-ISRA e IBSA), além de um secretário geral e um vice-presidente, este que depois viria a ser o diretor técnico. Em 1989, foi fundado o Comitê Paraolímpico Internacional (IPC), na Alemanha. Atualmente, o IPC é a entidade internacional responsável pela organização e realização de eventos esportivos com mais de uma deficiência. São membros do Comitê a ISMWSF, ISOD, CP-ISRA, IBSA, INAS-FID e mais 160 Comitês Paraolímpicos Nacionais.

O esporte adaptado surgiu no Brasil, por intermédio de algumas entidades, há mais de 45 anos; tinha como objetivo desenvolver o esporte para pessoas com deficiência. Em 1958, foi fundado o Clube do Otimismo, no Rio de Janeiro, seguido pelo Clube dos Paraplégicos de São Paulo, em São Paulo. Em 1959, aconteceu a primeira competição de atletas portadores de deficiência. Foi um jogo de basquete em cadeira de rodas, que reuniu as equipes do Rio de Janeiro e São Paulo. Por meio do basquete, iniciou-se a prática esportiva para pessoas com deficiência. Depois disso, outras modalidades foram incorporadas.

Em 1975, foi fundada a Associação Nacional de Desporto para Deficientes (ANDE). A ANDE nasceu com o desafio de realizar os Jogos Para-pan-americanos de 1977. Já no ano de 1984, foram criadas a Associação Brasileira de Desporto para Cegos (ABDC) e a Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas (ABRADECAR), buscando organizar, desenvolver e fomentar o esporte praticado por atletas cegos e em cadeira de rodas, respectivamente. Em 1990, foi criada a Associação Brasileira de Desporto para Amputados (ABDA), e, no ano de 1995, a Associação Brasileira de Desporto para Deficientes Mentais (ABDEM).

Hoje, a ANDE organiza os esportes para paralisados cerebrais e outros. Até esse período, o esporte adaptado no Brasil era desenvolvido em campeonatos regionais e nacionais de forma precária, devido à falta de investimentos na realização de grandes eventos. O Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) foi criado em 1995, através de cinco entidades a ANDE, ABDC, ABRADECAR, ABDA e ABDEM; tornou-se, assim, o órgão responsável pela organização de eventos nacionais que envolviam mais de uma deficiência e também responsável pelo envio do paratletas aos campeonatos do Comitê Paraolímpico Internacional (IPC). Em 2001, foi sancionada a Lei nº 10.264 (Lei Agnelo-Piva) que estabeleceu a destinação

de 2% da arrecadação bruta dos prêmios das loterias federais aos comitês olímpicos e paraolímpicos brasileiros.

Foi nos Jogos Paraolímpicos de Toronto (Canadá) que o Brasil conquistou as primeiras medalhas: duas medalhas de prata, conquistadas no jogo de bocha. Em 1984, as competições dos Jogos Paraolímpicos foram divididas em duas cidades: Nova Iorque (EUA) e Stoke Mandeville (Inglaterra). Nestes jogos paraolímpicos, foram conquistadas 28 medalhas (sete de ouro, 17 de prata e quatro de bronze Lei Agnelo-Piva). Em Seul (1988), os atletas paraolímpicos do Brasil ganharam 27 medalhas. Quatro medalhas de ouro, dez de prata e 13 de bronze. Em 1992, nos Jogos Paraolímpicos de Barcelona, os atletas brasileiros ganharam sete medalhas: três de ouro e quatro de bronze e estabeleceram dois recordes mundiais. Em Atlanta, em 1996, foram duas medalhas de ouro, seis de prata e 13 de bronze. Participaram destes Jogos Paraolímpicos 58 atletas brasileiros. Nos Jogos Paraolímpicos de Sydney, em 2000, a equipe brasileira alcançou a 24ª colocação entre os 123 países participantes, conquistando 22 medalhas: seis de ouro, dez de prata e seis de bronze. Foram quebrados quatro recordes mundiais no atletismo. Em 2004, nos jogos de Atenas, foram 33 medalhas, 14 de ouro, 12 de prata e sete de bronze, além de sete recordes mundiais e dois paraolímpicos.

No Parapan-americano Rio 2007, o Brasil, conforme o quadro de medalhas do site oficial dos Jogos Pan-americanos e Parapan-americanos Rio 2007, conquistou 83 medalhas de ouro, 68 de prata e 77 de bronze, num total de 228 medalhas, ficando classificado em primeiro lugar no ranking, com 26 países participantes. Segundo o site esportes (2007, p.1), “Os esportes paraolímpicos têm grande semelhança com os seus correspondentes olímpicos. A diferença marcante entre eles é a classificação funcional”. Foram dez modalidades que integraram o programa dos Jogos Parapan-americanos Rio 2007, conforme segue: Atletismo, Basquetebol em Cadeira de Rodas, Futebol de 5, Futebol de 7, Halterofilismo, Judô, Natação, Tênis de Mesa, Tênis em Cadeira de Rodas.

O Parapan-americano Rio 2007 teve muitos pontos positivos pois, pela primeira vez, uma edição desse evento foi realizada na mesma cidade dos Jogos Pan-americanos. Declara ainda o Presidente do Comitê Organizador dos XV Jogos Pan-americanos Rio 2007 (CO-RIO) que buscou inspiração nos atletas parapan-

americanos para vencer os obstáculos e organizar o Parapan, assim como os Jogos Pan-americanos, em nível olímpico.

Aproveita-se o viés do Parapan-americano Rio 2007 para focar fatos sociais relacionados às pessoas com deficiência e questões de inclusão e exclusão social, antes, durante e depois do evento. Segundo a Redação Terra (2007), os deficientes encontraram problemas de estrutura da cidade na abertura do Parapan. Embora o Rio de Janeiro possua uma grande organização turística, os atletas e participantes com deficiência enfrentaram problemas para locomoção e mobilidade. O sistema coletivo de transportes causou transtornos, dificultando o acesso do público com deficiência à cerimônia de abertura evento. A Secretaria Municipal de Transportes anunciou que sairiam 24 ônibus adaptados para deficientes físicos na estação de Del Castilho. Porém, segundo o relato de uma deficiente, não havia ônibus adaptados no local; em vista disso, os cadeirantes tiveram de ser carregados pelos seguranças para ônibus convencionais, que dariam acesso ao Parapan-americano Rio 2007. As áreas construídas para aos Jogos Pan-americanos e Parapan-americanos não contavam com amplos sistemas de acesso. Na Arena Multiuso, a rampa de acesso era muito inclinada, impossibilitando que se subisse sem ajuda. Somente uma pessoa podia ficar como acompanhante no espaço destinado aos cadeirantes, impedindo que estes assistissem à cerimônia de abertura do Parapan-americano Rio 2007 acompanhados dos amigos, como qualquer outra pessoa poderia.

Segundo depoimento da deficiente:

O certo é a cidade estar preparada para todo mundo, seja criança, baixo, alto, gordo, magro, com deficiência ou não. O ambiente tem que estar integrado para todo mundo, e não ter um local só para cadeirante, um local só para pessoas com ou sem deficiência. (Redação Terra, 2007, p.1)

Deficientes visuais também encontraram dificuldades para chegar à Arena Olímpica. Sem guias ou sinalizações no ônibus, uma deficiente visual acabou descendo no ponto de ônibus errado, indo parar na Vila Pan-americana.

Uma empresa privada, voltada para assistência e convênios de saúde e patrocinadora oficial dos jogos Pan-americanos, recusou-se patrocinar o Parapan-americanos. A assistência aos atletas ficou sob a responsabilidade do SUS. O

preconceito foi mostrado de forma explícita na argumentação usada pela empresa para recusar o patrocínio; esta não o patrocinou porque “não queria associar seu nome às imagens dos portadores de deficiências físicas” (MORENO, 2007, p.1).

Houve protesto no encerramento da festa da Vila Pan-Americana; os deficientes carregaram cartazes e faixas com dizeres como “Barrados no Baile”, “E depois da festa” e “Vocês são nossos heróis”. Deficientes físicos, presentes no protesto, também reclamaram porque não puderam participar da cerimônia de encerramento dos III Jogos Parapan-Americanos.

Fotografia 2 - E depois da festa



Fonte: Disponível em [www.globoesporte.com](http://www.globoesporte.com)



Fotografia 3 - Barrados no baile!



Fonte: Disponível em [www.globoesporte.com](http://www.globoesporte.com)

Liderando o grupo, estava Luis Cláudio Pereira, ex-atleta cadeirante e recordista mundial. Na cerimônia de abertura da competição, Pereira foi responsável por acender a pira paraolímpica. Informou que tinha a credencial, no entanto, não a usaria como parte do protesto. Indignado, disse que estavam querendo jogar um balde de água na pira que ele havia acendido. Em seu protesto, afirmou que os atletas paraolímpicos brasileiros haviam superado os Estados Unidos, o Canadá, e agora deveriam superar o preconceito. Segundo o secretário geral do Co-Rio, Carlos Roberto Osório, a cerimônia foi um evento restrito aos atletas. Pereira não se convenceu com o argumento de Osório, afirmando que os voluntários conseguiram entrar depois de pressionarem.

Conforme Pereira:

Os voluntários fizeram alvoroço e foram liberados pelo Nuzman, presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Mas nós ainda estamos de fora – e ainda completou – Este é um protesto contra o Comitê Organizador dos XV Jogos Pan-americanos Rio 2007 (Co-Rio) e contra o governo, que está omissa a este preconceito – encerra Pereira.

Segundo Luísa Santiago, do *website* globoesporte.com, os paratletas que participaram do Parapan-americano Rio 2007 temem que o esporte paraolímpico perca a atenção do público. O nadador André Brasil considera que a repercussão foi muito importante para o esporte paraolímpico. No entanto, receia que, depois do entusiasmo posterior aos Jogos, a causa seja esquecida.

O Pan terminou e continuou aquele alvoroço em cima dos atletas, mas isso já está acabando. No Parapan, a mídia deu bastante atenção às competições e isso é muito positivo pra gente, mas e agora? O que vai acontecer? Será que daqui a pouco ninguém mais vai falar dos atletas paraolímpicos? - perguntou o ganhador de cinco medalhas de ouro ([www.globoesporte.com](http://www.globoesporte.com), acessado em 2007).

Antes da cerimônia de encerramento dos Jogos Parapan-Americanos Rio 2007, vários atletas com deficiência valeram-se da presença de autoridades à festa e protestaram pela falta de atenção ao esporte após o Parapan.

Assim como em outras áreas, também no esporte, há legislação e mecanismos criados para que as ações de inclusão de pessoas com deficiência possam ocorrer. No Decreto nº 6.180, de 03 de agosto de 2007, que regulamenta a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que trata dos incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo, os projetos paradesportivos estão contemplados.

Art. 1º A partir do ano-calendário de 2007 e até o ano-calendário de 2015, inclusive, poderão ser deduzidos do imposto de renda devido, apurado na declaração de ajuste anual pelas pessoas físicas ou em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte (Ministério do Esporte, 2007).

No site do Ministério do Esporte, estão elencados os projetos aprovados para captação de recursos conforme a Lei de Incentivo ao Esporte. Ao analisar os 327 projetos que constam na planilha, somente 21 apresentam características ligadas ao esporte adaptado. E, se a organização dos jogos Parapan-americanos Rio 2007, não conseguiu, mesmo com toda a repercussão nacional e internacional, convencer uma empresa patrocinadora dos jogos Pan-americanos a vincular sua

imagem aos atletas com deficiência física, como as entidades que representam os deficientes conseguiram obter patrocínio para seus projetos de atividades?

Percebem-se os entraves relacionados à aplicação das políticas públicas voltadas aos deficientes. A superação de preconceitos sociais enraizados é um esforço cotidiano, mas acontece, e diversos projetos estão em funcionamento. A inclusão de pessoas com deficiência por meio do esporte não suplanta outras formas de inclusão. Seguem, todas, o ritmo da sociedade atual, que tenta desenvolver práticas mais humanas com normas de orientação que ainda não são compreendidas por todos os segmentos da cidadania.

Esta incompreensão fica explícita em momentos de destaque como nos jogos Parapan-americanos realizados no Brasil; chega a ganhar notoriedade na mídia. Contudo, os mesmos veículos que deram voz ao protesto dos deficientes e dos paratletas, mostrando-se indignados com a situação de desrespeito e despreparo de um Comitê Organizador também contribuem com o seu enfoque na narração dos jogos, com uma grande carga de preconceito.

Esporte é um termo, segundo Tubino (1999), que tem sua origem no século XIV. As expressões eram usadas por marinheiros, "fazer esporte", "desportar-se" ou "sair do porto" para identificar as atividades de lazer que envolviam habilidades físicas. Relata o autor que o esporte, por intermédio de seus estudiosos e adeptos, tem procurado tornar-se uma ciência, sendo mais bem aceito nas comunidades internacionais científicas e esportivas como uma ciência de esporte que

“[...] compreende a medicina, a psicologia, a sociologia e a biomecânica esportivas, a história, a filosofia e a pedagogia do esporte e quaisquer outros campos de conhecimento humano que apresentem conexões científicas com os fatos esportivos” (Tubino, 1999, p.10).

Considera que, antes do surgimento do esporte, na Pré-História, os homens primitivos se utilizavam de exercícios físicos como saltar, lançar, atacar e defender para que pudessem sobreviver. O homem, quando deixou de ser nômade, passou a utilizar as atividades físicas para defender suas plantações e seus próprios alimentos. Na Antiguidade, a principal manifestação do esporte foi a dos Jogos Olímpicos, realizados em Olímpia, a cada quatro anos; foram disputados 293 vezes, entre 776 a.C. a 394 d.C.

Segundo Tubino (1999), o esporte moderno aparece no século XX, na Inglaterra, concebido por Thomas Arnold. Arnold, entre os anos de 1928 e 1942, quando dirigia o Colégio Rugby, incorporou as atividades físicas praticadas pelos burgueses e aristocratas ingleses ao processo educativo, estimulou os alunos a dirigirem os jogos e a criarem novas regras e códigos, sob a atmosfera de *fair-play*, que significava a atitude cavalheiresca em disputas esportivas, devendo ser respeitadas regras, códigos, adversários e os árbitros. Conforme Bourdieu, “O *fair-play* é a maneira de jogar o jogo dos que não se deixam levar pelo jogo a ponto de esquecer que é um jogo [...]” (1983, p. 139) [grifo do autor]. Tais regras passaram a ser amplamente difundidas para a população inglesa. Com o tempo, tornou-se necessário criar entidades coordenadoras das disputas, surgindo, assim, federações e clubes.

Para Damo (2002, p. 23):

A invenção dos esportes modernos pode ser considerada uma dupla institucionalização dos antigos jogos populares. A primeira, marcada pela convergência dos jogos para as cortes e instituições escolares, especialmente para as *Public Schools*, foi lenta, gradativa e produziu mudanças não apenas em termos de significado e função, mas também na forma como tais jogos passaram a ser praticados: em geral, menos violentos, mais disciplinados, regrados e, por isso mesmo, distintos entre si. Nessa primeira institucionalização, os jogos assumiram as conotações da corte ou das escolas frequentadas pela nobreza e alta burguesia. A segunda institucionalização, caracterizada pela difusão dos esportes desde o contexto das cortes e das *Public Schools* para os clubes, associações e ligas independentes, foi extremamente rápida e de acordo com as mudanças no seio mais amplo da sociedade inglesa da segunda metade do século XIX. Forjou-se a institucionalização de códigos, valores e atitudes em nome dos quais as disputas foram incrementadas, de tal forma que os esportes se tornaram uma arena privilegiada para a representação mimética das diferenças socioculturais, especialmente aqueles de natureza coletiva.

Tubino (1999) relata que Pièrre Coubertin, em 1892, deu início ao movimento de restauração dos Jogos Olímpicos, baseado nas Olimpíadas da Antiguidade. Os primeiros Jogos Olímpicos modernos foram realizados em 1896, em Atenas, com a participação de 285 atletas, consolidando-se, dessa forma, o *fair-play*. Até o final do século XIX era praticado, de modo geral, apenas o atletismo, o remo, o futebol e a natação; outra importante contribuição para o esporte moderno foi a ação da

Associação Cristã de Moços (ACM) que incentivou, nos Estados Unidos, os esportes coletivos como o basquete e o vôlei.

Na década de 1930, segundo Tubino (1999), o esporte por ser de grande apelo popular, foi usado por Hitler como instrumento político e ideológico. O ditador organizou os Jogos Olímpicos de 1936, em Berlim, com o intuito de que esse ato internacional demonstrasse a supremacia da raça ariana sobre as demais. No entanto, seu intento nazista foi frustrado pelo americano Jesse Owens, um atleta negro que conquistou quatro medalhas de ouro.

Após a Segunda Guerra Mundial, por meio da Guerra Fria, o esporte passou a ser disputado entre o capitalismo e o socialismo, os quais desenvolveram fortes estruturas com o objetivo de alcançar vitórias esportivas internacionais, que eram utilizadas na propaganda ideológica para demonstrar superioridade dos regimes políticos, contrariando os ideais do *fair-play*. Tal disputa, no campo ideológico-político, iniciada a partir de 1950, comprova-se com

[...] ingresso da União Soviética nos Jogos Olímpicos de Helsinque, em 1952, os crescentes investimentos efetuados na área do esporte de rendimento, principalmente pelos Estados Unidos, e as fortes estruturas esportivas montadas nos países socialistas, onde a qualidade e a excelência do esporte eram obtidas em função da quantidade de praticantes (TUBINO, 1999, p. 22).

As expressões políticas nos eventos esportivos, conforme ressalta Tubino (1999), tornaram-se agravadas especialmente nas Olimpíadas, como, em 1968, com a contestação do movimento Black Power nos Jogos Olímpicos do México, e em 1972, com o atentado contra atletas israelenses pelo grupo terrorista Setembro Negro nas Olimpíadas de Munique.

Para Tubino (1999), após a crise do esporte por seu envolvimento político, este readquire vigor com o crescimento dos meios de comunicação de massa. O crescimento de ídolos esportivos, a venda bem-sucedida de produtos e serviços levaram os investidores a voltarem sua atenção para os eventos esportivos, sob o ponto de vista comercial. Atualmente, grandes empresas patrocinam atletas e equipes de competições; são expostas propagandas nos locais das competições, nos uniformes e equipamentos. É destinado um considerável espaço na mídia para comentários, transmissões, noticiários sobre esporte; esta tem muito interesse em divulgar aqueles esportes que proporcionam maior retorno comercial como o futebol.

Um dos principais documentos internacionais que influenciaram a reconceituação do esporte foi o Manifesto Mundial do Esporte de 1964, conforme Tubino (2001), editado pelo *Conseil Internationale d'Éducation Physique et Sport* (CIEPS), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. Este documento reconheceu que, além do esporte, do rendimento, também havia um esporte na escola e um esporte do tempo livre, como um direito de todos. Após essa manifestação, outros manifestos filosóficos surgiram. Consolidando a discussão internacional que ocorreria sobre o esporte, em 1978, a UNESCO publicou a Carta Internacional de Educação Física e Desportos, que se tornou um marco ao lançar a perspectiva do direito à prática esportiva. O alcance ao esporte foi ampliado à população

[...] passando a ser praticado também por portadores de deficiências e idosos. Atualmente, o número de pessoas idosas ou portadoras de deficiências que têm o hábito de praticar esportes aumentou muito em todas as manifestações esportivas. Hoje em dia, multiplicam-se as competições da chamada categoria master, para idades mais avançadas, e as competições adaptadas para deficientes. Após os Jogos Olímpicos, acontecem os Jogos Para-olímpicos, cujos participantes são atletas que apresentam algum tipo de deficiência Tubino (2001).

Conforme Tubino (2005), a forma de exercer o direito ao esporte passaram a ser o Esporte-Educação, o Esporte-Lazer e o Esporte de Desempenho. O Esporte-Educação tem por princípios socioeducativos a participação, cooperação, coeducação, corresponsabilidade, a inclusão, o desenvolvimento esportivo e o desenvolvimento do espírito esportivo; o Esporte-Lazer, o princípio do prazer, e o Esporte de Desempenho, os princípios da superação. A ética do Esporte deve estar fundamentada na convivência humana e estar presente em todas as dimensões esportivas.

Após a ampliação do conceito do esporte, um conjunto maior de aspectos socialmente relevantes passou a ser oferecido. Os significados sociais que passaram a envolver o esporte são os seguintes:

- a) meio de socialização;
- b) favorecimento, através da atividade coletiva, do desenvolvimento da consciência comunitária;

- c) atividade de prazer;
- d) exercício da função de coesão social;
- e) desempenho de um papel de compensação, pelo prazer, contra o excesso de industrialização.
- f) instrumento de equilíbrio social.

O jogo esportivo é aquele que assume característica de esportivização, geralmente conhecido como esporte coletivo, embora existam algumas exceções como o atletismo, a natação ou a ginástica olímpica. Estes fazem parte dos jogos olímpicos, ou estão buscando participar deste para que estejam incluídos no processo de reconhecimento enquanto esporte. As entidades organizadas dos jogos esportivos têm seus elementos bem definidos, padronizados e institucionalizados; buscam a universalidade mantendo regras determinadas com rigor as quais só podem ser alteradas pelas entidades que organizam tais jogos esportivos.

O jogo, na sua perspectiva sociocultural, é uma atividade voluntária que tem sua execução dentro de limites de tempo e lugar, com regras aceitas, que devem ser seguidas, com um sentido de tensão e alegria. No jogo esportivo, as condutas sociais dos participantes estarão orientadas na dependência da lógica interna de cada esporte. Portanto, internalizada numa modalidade de esporte, estará representada uma sociedade em miniatura, contendo intensas experiências de condutas e comunicações humanas, em que se apresentam problemas sociais com relação às percepções e decisões, situados nas interações do plano do poder, das iniciativas individuais com os sistemas de obrigações coletivas.

Para Huizinga (1996, p. 13), no seu *Homo Ludens*,

Reina, dentro do domínio do jogo, uma ordem específica e absoluta. E aqui chegamos a sua outra característica, mais positiva ainda: ele cria ordem e é ordem. Introduce, na confusão da vida e na imperfeição do mundo, uma perfeição temporária e limitada [...].

Ainda segundo o autor, certas características essenciais do jogo podem ser resumidas como:

uma atividade livre, conscientemente tomada como 'não – séria' e exterior à vida habitual, mas ao mesmo tempo capaz de absorver o jogador de maneira intensa e total. É uma atividade desligada de

todo e qualquer interesse material, com a qual não se pode obter qualquer lucro, praticada dentro de limites espaciais e temporais próprios, segundo uma certa ordem e certas regras. (HUIZINGA, 1996, p. 16).

O jogo, para Huizinga (1996), é considerado como um elemento cultural que possui uma realidade autônoma, que desenvolve suas características e atende a funções previamente estabelecidas num universo não material.

Conforme o autor:

Todo jogo se processa e existe no interior de um campo previamente delimitado, de maneira material ou imaginária, deliberada ou espontânea. Tal como não há diferença formal entre o jogo e o culto, do mesmo modo o "lugar sagrado" não pode ser formalmente distinguido do terreno do jogo. A arena, a mesa de jogo, o círculo mágico, o templo, o palco, a tela, o campo de tênis, o tribunal etc., têm todos a forma e a função de terrenos de jogo, isto é, lugares proibidos, isolados, fechados, sagrados, em cujo interior se respeitam determinadas regras. Todos eles são mundos temporários dentro do mundo habitual, dedicados à prática de uma atividade especial (Huizinga, 1996, p.13).

À educação, que tem fim eminentemente social, ao compreender o esporte como manifestação educacional, vincula-se a três áreas de atuação pedagógica:

- a de integração social;
- a de desenvolvimento psicomotor;
- a das atividades físicas educativas.

Na área de integração social, deve-se buscar assegurar uma participação autêntica, acrescida, e uma possibilidade crescente de intervir nas atividades do esporte extraescolar visando a que este chegue até a comunidade em que se situa o ambiente escolar. Na área de desenvolvimento psicomotor, poderão ser oferecidas as oportunidades de participações que atendam principalmente às necessidades de movimento, situações de juízo crítico, autoavaliação, sendo livre de discriminações de qualquer tipo. Na área das atividades físicas educativas, a orientação poderá ser direcionada para as concretizações das aptidões em capacidades. O esporte na escola pode ser um dos meios mais importantes de formação dos jovens; a prática esportiva como educação social será indispensável no desenvolvimento da personalidade e imponderável nos processos de emancipação.



A dimensão social do esporte-participação, com o princípio do prazer lúdico, como finalidade de bem-estar social dos seus praticantes tem relações íntimas com o lazer e o tempo livre. Esta manifestação, que ocorre em espaços não comprometidos com o tempo e fora das obrigações da vida diária, de modo geral, comprometido com a descontração, a diversão, o desenvolvimento pessoal e as relações de convivência entre as pessoas, oferece, ainda, oportunidades de liberdade a cada praticante, que tem participação voluntária.

Stigger (2002, p. 2), em seu “Esporte, Lazer e Estilos de Vida”, ao referir que o esporte é de grande relevância para a sociedade contemporânea, afirma que essa prática social está inserida em:

[...] várias instâncias da vida moderna, e a sua capacidade de trazer, em torno de si, um universo de significações capazes de mobilizar indivíduos de todos os lugares, extratos sociais, sexos, idades e posições ideológicas. Tal é sua importância enquanto fenômeno social e cultural hoje praticado em todo o mundo [...].

A prática do esporte, como uma opção de lazer, amplia os vínculos sociais. Por não serem tediosas, as atividades esportivas oferecem a possibilidade de divertimento e entretenimento, valorizando o lazer. Stigger (2002) defende que as atividades esportivas no lazer vinculam-se não ao relaxamento, no sentido de descanso, mas à busca de um tipo de tensão que difere daquela que é proporcionada por atividades como o trabalho, ou seja, uma tensão agradável. A atividade esportiva no lazer seria uma oportunidade de desenvolvimento social e pessoal, sendo uma forma de enfrentar a realidade positivamente.

Parker (1978), em “A Sociologia do Lazer”, relata uma pesquisa realizada nos Estados Unidos, cuja amostragem de 585 meninos que frequentavam a escola e praticavam esportes tiveram melhor aproveitamento que os demais. Verificou-se, também, que alunos de quem não se esperava sucesso nos estudos tiveram melhor desempenho com a participação nos esportes.

As atividades esportivas, como práticas lúdicas, não significam conformismo e alienação; elas se incluem entre "formas socialmente disponíveis de mapear o mundo e encontrar lugar nele" (STIGGER, 2002, p. 229).

Para Parker (1978), desenvolver a personalidade é uma das funções do lazer; portanto, ocorre uma harmonização dos objetivos do lazer com a educação. A

perspectiva do lazer deve ser vista não como o oposto ao trabalho e de tudo o que seja sério, mas como o seu colaborador.

Bagrit (apud PARKER, 1978, p. 113) expressa essa ideia, afirmando que "Todo o propósito do lazer é proporcionar às pessoas o ensejo de desenvolverem quaisquer talentos ou interesses que possam ter".

Nas palavras de Carlson (apud PARKER, 1978, p. 112-113):

Os objetivos da recreação e da educação não são polos separados, pois ambos trabalham em prol do enriquecimento vital das pessoas. A aprendizagem é mais rápida e duradoura se for agradável e satisfatória em si mesma, e as melhores experiências educacionais aumentam uma natureza lúdica.

Conforme Dumazedier (1994), há grandes vantagens nas práticas das atividades de lazer pelos jovens; pode-se dizer que elas permitem escolhas e conseqüentemente proporcionam aprender a escolher. Portanto, ocorre uma estimulação à iniciativa, favorecendo o desenvolvimento da autonomia, pois os indivíduos passam a tomar parte, espontaneamente, da vida social.

O esporte popular tem o seu valor social ressaltado na participação e nas alianças ou parcerias desenvolvidas, fortalecendo, assim, os grupos e as comunidades, tornando-os ativos e com mais possibilidades de percepção do conceito de obrigação social. Desse modo, tornam-se agentes do seu próprio destino.

Os programas de esporte popular com os melhores resultados positivos são aqueles nascidos nos grupos ou nas comunidades. Uma das faces do esporte-participação é a relativa à questão da participação, a qual é essencial em qualquer processo de democratização.

Outro aspecto social do esporte diz respeito às práticas esportivas de rendimento que, ao exigirem uma organização complexa e investimentos, passam a ser responsabilidade da iniciativa privada. O esporte de rendimento tem como objetivo de novos êxitos esportivos a vitória sobre adversários nos mesmos códigos, sob regras preestabelecidas pelos organismos internacionais de cada modalidade; é praticado principalmente pelos chamados talentos esportivos, o que o impede de ser comprometido com os preceitos democráticos. É por meio da dimensão social que

se propiciam os espetáculos esportivos em que podem ocorrer possibilidades sociais positivas e negativas.

Tubino (2001) ressalta que é no esporte de rendimento que a literatura de crítica ao esporte se manifesta, principalmente por aqueles que combatem o capitalismo, pois consideram o esporte de competição sintoma evidente de um capitalismo exacerbado. No entanto, é possível encontrar um grande número de sintomas positivos que justificam uma relevância social no esporte-performance:

- a) o esporte de competição ou performance, como atividade cultural, será sempre um meio de progresso nacional e de intercâmbios internacionais;
- b) a organização esportiva comunitária não deixa de ser um fator de fortalecimento da sociedade (desde que tenha legitimidade);
- c) a existência do envolvimento de vários tipos de recursos humanos qualificados, provocam a existência de várias profissões de especialistas esportivos;
- d) a geração de uma indústria do esporte, promove até produtos de grande sofisticação, favorecendo o crescimento de mão de obra especializada;
- e) fator de geração de turismo;
- f) conceito fenômeno chamado efeito-imitação, exercendo grande influência no esporte popular.

Um aspecto ético relativo às práticas esportivas manifesta-se na noção de “espírito esportivo”. O espírito esportivo é formado pela aproximação da atitude ética e da atitude esportiva, e é considerado como fundamental na construção da nova ética esportiva. Embora de difícil definição, o espírito esportivo é de fácil percepção, sendo um código de atitudes, um respeito às normas derivadas de um código de ética e, ainda, um comportamento moral para o meio esportivo.

Na visão de Tubino (2001 p. 62):

[...] o espírito esportivo conduz à disciplina, ao respeito ao adversário, à solidariedade, à tolerância, à liberdade e à democracia; deixa a possibilidade de estender-se este seu entendimento ao conceito mais amplo de esporte, compreendendo desde o escolar até o talento esportivo, passando pelo direito de todos às práticas esportivas.

A história do esporte, conforme Bourdieu (1983) é relativamente autônoma tendo seu próprio tempo, suas leis de evolução, suas próprias crises, mesmo estando articulada com os acontecimentos da história econômica e política. Sendo a instituição esportiva, ao mesmo tempo, produto e produtora da modernidade, é relativamente autônoma, conformando códigos, regras, valores e práticas que lhes são próprias.

Segundo o IBGE (2005-b), um dos temas escolhidos para mobilizar os países em 2005 pela Organização das Nações Unidas (ONU) foi o esporte, visando a chamar a atenção dos países para a utilização do esporte como meio de “promoção da educação, da saúde, do desenvolvimento e da paz”. Os projetos da ONU, em relação à prática do esporte, têm por objetivo ir ao encontro de crianças de acampamentos de refugiados, proporcionando a prática do jogo de futebol até programas que estejam vinculados com a “participação nos esportes à assistência escolar e à geração de empregos”. As campanhas contam com o apoio de ídolos do esporte que relataram os benefícios da prática esportiva para as pessoas e para a sociedade em geral.

Estudos da UNESCO no Brasil, conforme Abramovay et al. (2002), constataram que, por meio “de linguagens juvenis no campo do esporte, artes e atividades lúdicas muitos jovens encontram saídas alternativas para a realização de buscas de afirmação social” (p. 57-58), mesmo quando estes enfrentam situações de restrição econômica.

O Estado, compreendendo uma comunidade de interesses, passou a necessitar de uma ampla revisão diante do esporte depois que este se renovou conceitualmente, visto que é o Estado que cria o Direito, adaptando-o às condições da realidade social.

O esporte, que para Tubino (2001), era autogovernado até os anos 1930, passou a receber inferências diferenciadas nos países capitalistas e socialistas. As intervenções que ocorrem após esse período no esporte, são sob as formas de financiamentos, legislações específicas, criação de órgãos responsáveis pela formulação de políticas e normatizações esportivas e introdução de textos relativos ao esporte nas constituições.

O papel do Estado, no fomento ao esporte, parece mais sensível em suas ações políticas, refletindo as inevitáveis diversidades internas das nações. É o

Estado que tem a capacidade institucional e política de tratar, de forma interdisciplinar, a imensa variedade de problemas sociais de responsabilidade pública.

Muitos programas de esporte popular, ligados a ações governamentais, têm fracassado, devido às contradições internas dos seus conteúdos em relação às populações ou aos grupos a que são direcionados. A dificuldade encontrada está em conseguir subtrair as diferenças socioeconômicas que, inequivocamente, levam a diferenças culturais, de valores, de rendimento e de produtividade.

Uma das funções sociais do Estado, para Tubino (2001), é a de incentivar a iniciativa privada. Para isso, tem oferecido legislações de incentivos, inclusive fiscais, para que as empresas e a comunidade esportiva promovam o desenvolvimento de esportes com as comunidades.

As políticas públicas para o esporte e lazer no Brasil, no período compreendido entre 1996 a 2005, segundo Suassuna e Almeida (2006), consideraram que uma das dimensões do esporte é a da recreação. Nesse sentido, o lazer foi adotado como sendo um dos temas a serem trabalhados pelas políticas do esporte. O tema da I Conferência Nacional do Esporte, realizada em junho de 2004, foi “Esporte, lazer e desenvolvimento humano”; na II Conferência Nacional de Esporte, realizada em maio de 2006, ambas em Brasília, o tema em questão foi “Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer”. A definição da Política Nacional de Esporte e Lazer recebeu contribuições dessas conferências. O Ministério do Esporte atualmente conta com dois programas de esporte de dimensão recreativa, sendo estes o “Programa Segundo Tempo”, destinado para o esporte “educacional” e o “Programa Esporte e Lazer da Cidade”, que absorveu o “Programa Esporte Solidário”. O Programa “Esporte e Lazer da Cidade”, busca desenvolver ações voltadas para a intervenção social, sem esquecer as ações direcionadas para o desenvolvimento científico e tecnológico do esporte e do lazer. A noção de políticas intersetoriais, já presente no documento final da I Conferência Nacional do Esporte, expressava que as ações de promoção do esporte e do lazer deveriam estar

“[...] articuladas ao princípio de inclusão social, envolvendo governos estaduais e municipais e **organizações da sociedade civil**, direcionadas à população, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade ou exclusão social” (ME, 2004: 28 apud SUASSUNA; ALMEIDA, 2006, p. 18).

A intersetorialidade aponta para a definição de políticas que deem continuidade aos programas. Fica explícita a existência de interdependência entre os diferentes setores e entre as várias esferas de governo; assim, as ações tornam-se mais abrangentes, contribuindo para que seja atendido o maior número possível de cidadãos.

Cumprir assinalar, conforme Lopes (2006), que o campo dos conflitos relacionados à autonomia e à liberdade tem sua relação capital x trabalho deslocada para as lutas pela apropriação do fundo público. Com esse deslocamento, configuraram-se novos direitos

sobre os investimentos do fundo público em políticas sociais orientadas para novas problemáticas da vida social. E nesse campo que se enforma todo um conjunto de Organizações Não Governamentais (ONGs), com objetivos e áreas diversas de atuação e de representação dos segmentos sociais de sujeitos contemporâneos (Lopes, 2006, p. 87).

Salienta Lopes (2006) que, na esfera pública, ocorreram disputas por projetos sociais distintos, na busca pela apropriação dos fundos geridos pelo Estado, o que se constituiu em importante apoio para a argumentação oficial de que era necessário reformar o Estado, isentando-o de parte das incumbências acordadas com a sociedade. Ao mesmo tempo em que essas organizações levam a efeito projetos que têm financiamento por fundos públicos, várias são as ocasiões em que acabam por ser tuteladas pelo Estado, reproduzindo, assim, funções institucionais àqueles a que são dirigidos os projetos.

Ao utilizar o esporte como meio de bem-estar social, o Estado precisa buscar a execução de programas com qualidade efetiva, relacionados à educação, saúde, seguro-desemprego, terceira idade e infância em situação de carência e abandono, além de outras áreas com problemas sociais graves.

O termo ONG, Organização Não Governamental, conforme Horochovski (2003), está presente, inicialmente, em documentos da ONU. Na Ata de Constituição

da instituição, mencionavam-se Organizações Não Governamentais nas quais o Conselho Econômico e Social da ONU poderia vir a estabelecer consultorias. O termo ONG<sup>12</sup>, no Brasil, aparece na década de 1980 com objetivo de identificar entidades que se formavam desde os anos 1970, mesclando cristianismo e marxismo, militância e profissionalismo, por meio de cooperação internacional não governamental. Essas entidades ampliaram-se durante o período da redemocratização, embora suas origens sejam anteriores, vinculadas aos movimentos de educação popular, com participação católica, e movimentos culturais ligados a entidades estudantis. As organizações da sociedade civil, nos anos 1980, apontavam para redes amplas de pressão e resistência, buscando articulações e atuando na procura de novas formas de viver, tornando-se mediadoras nesse processo. As ONGs consolidaram-se, nos anos 1990, com a institucionalidade democrática. Passaram a adotar o modelo de "projeto" na busca de recursos públicos e privados para prestar serviços ao seu público-alvo. As ONGs passam a ser vistas pelo Estado como parceiras no atendimento das necessidades que não pode suprir na busca por equilíbrio fiscal e diminuição de gastos.

Duas em cada três ONGs, no ano de 2000, no Brasil, segundo Horochovski (2003), receberam apoio financeiro governamental. Em 100 ONGs nas quais foi possível precisar o percentual das fontes de financiamento, em uma pesquisa, constatou-se que 46 possuíam fraca dependência do Estado. Em 28 dessas organizações, o grau de dependência era médio, e com alta e altíssima dependência do Estado, 13 organizações para cada categoria.

Evidencia-se, ainda, segundo o autor, que esse tipo de instituição, a partir da década de 1980, complementa e muitas vezes até substitui o Estado no enfrentamento das questões sociais, devido à crise de financiamento em que muitas vezes se encontra o agente estatal.

---

<sup>12</sup> Horochovski (2003, p. 114), utiliza para a categoria ONG o conceito da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais – ABONG, como: “tradição de resistência ao autoritarismo; consolidação de novos sujeitos políticos e movimentos sociais; busca de alternativas de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis e socialmente justas; **compromisso de luta contra a exclusão, a miséria e as desigualdades sociais; promoção de direitos, construção da cidadania** e da defesa na ética na política para consolidação da democracia” (ABONG, 2002, p. 7 apud HOROCHOVSKI, 2003, p. 114).

### 3 METODOLOGIA

Partindo da proposta deste estudo, que pretende investigar como se configura o esporte adaptado em meio a um universo de atividades para as pessoas com deficiência, que relações de poder perpassam essas práticas esportivas e de que modo os participantes atribuem sentido a essa prática, descreverei a metodologia desenvolvida para encontrar respostas às minhas indagações.

Os três grupos analisados foram a Associação de Cegos do Rio Grande do Sul (ACERGS), na qual investigada a equipe de futsal, O Projeto Paradesporto Natação, no Centro Universitário Metodista, do IPA, e o grupo RS Cadeirantes, no qual acompanhou-se a equipe de basquete de cadeirantes. No grupo de futsal da ACERGS, foram realizadas quinze entrevistas, sendo todos os entrevistados do sexo masculino. No grupo da natação do IPA foram realizadas dezesseis entrevistas, sendo oito com mulheres e seis com homens, e, no grupo dos cadeirantes, foram realizadas treze entrevistas, todas com atletas do sexo masculino, totalizando quarenta e quatro entrevistas.

É importante ressaltar que, no grupo da ACERGS e no RS Cadeirantes, a atividade esportiva adaptada é desenvolvida visando ao alto rendimento, ou seja, à competição, ao desempenho, e, no Projeto Paradesporto Natação, do IPA, existem dois enfoques, o de participação e o de rendimento.

Além das entrevistas, foram realizadas sessenta e sete observações, sendo vinte e três no grupo da ACERGS, vinte e quatro no grupo de natação do IPA e vinte no grupo dos cadeirantes.

A pesquisa na abordagem fenomenológica se inicia com uma interrogação. Inicialmente, essa pergunta não está muito delineada para o pesquisador; ela corresponde a uma insatisfação do pesquisador em relação àquilo que ele pensa saber sobre algo.

Para dar conta de aspectos relacionados às vivências cotidianas dos participantes dos projetos, empreguei uma abordagem de observação participante, articulada com entrevistas abertas e questionários.

Para tanto, utilizei o sistema de pesquisa qualitativa, para interpretar a situação social existente no âmbito dos grupos. Nessa perspectiva, argumenta Minayo et al. (1999, p.22), "O conjunto de dados quantitativos e qualitativos; porém,



não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”.

Becker (1999) afirma que o observador participante, no processo de coleta de dados, segundo sua escolha de ser participante em caráter integral, coloca-se na vida da comunidade, podendo ver, durante certo período de tempo, o que normalmente as pessoas fazem enquanto realizam suas atividades. O observador participante registra suas observações de forma breve depois de fazê-las. Observa os tipos de pessoas que interagem umas com as outras, conteúdos e consequências da interação e como ela é discutida e avaliada pelos participantes e outros ao final de cada evento. Ele busca registrar esse material de forma mais completa possível, por meio de relatos detalhados de ações e mapas de localização dos indivíduos, enquanto atua com transcrições literais das conversações.

Busquei evitar o *bias*,<sup>13</sup> reproduzindo cuidadosamente os relatos completos de todos os eventos observados. Em momentos diferentes do dia, realizei observações, procurando diferentes grupos das instituições, conforme o trabalho de campo, e, depois, procurei casos antagônicos às hipóteses previstas.

Neste estudo etnográfico, acredito, como Humphreys (1974, p.156), “[...] que os métodos etnográficos sejam os únicos verdadeiramente empíricos para o cientista social”. Realizei observações participantes, com relatório diário, nos meses de março, abril e maio de 2009. Acompanhei as atividades esportivas dos grupos em foco, uma vez por semana, com grupos distintos; no final de cada atividade diária, relatei minuciosamente todas as situações ocorridas em meu diário de campo.

A entrevista focalizada ou aberta, segundo Becker (1999), não cumpre um roteiro preestabelecido, e o entrevistador centra a conversa no aprofundamento de tema(s), e, assim, o respondente tem a liberdade de falar livremente sobre ele(s). O(s) tema(s) pode(m) ser mencionado(s) diretamente, ou conduzir de forma sutil o entrevistado em direção a ele(s) ou pode(m) ser evocado(s) com a utilização de técnicas visuais, como quadros, pinturas ou fotos.

As entrevistas foram realizadas com todos os principais segmentos com atuação nos grupos escolhidos – praticantes e professores. Essas entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas para análise.

---

<sup>13</sup>

Ver apenas as coisas que estão de acordo com as hipóteses implícitas ou explícitas.

Com o objetivo de estudar a cultura e a sociedade, conforme André (2000), foi desenvolvida, por antropólogos, a pesquisa etnográfica. O sentido etimológico de etnografia é "descrição cultural". São dois os sentidos deste termo: o primeiro, refere-se a "um conjunto de técnicas que eles usam para coletar dados sobre os valores, os hábitos, as crenças, as práticas e os comportamentos de um grupo social"; o segundo, "um relato escrito resultante do emprego dessas técnicas" (p. 27). Portanto, o foco do etnógrafo deve estar voltado para a descrição da cultura de determinado grupo social, deve permanecer por um amplo período em campo e estabelecer contato com as culturas locais e categorias sociais.

Por conseguinte, um estudo pode ser caracterizado como do tipo etnográfico quando se faz uso das técnicas associadas à observação participante, à entrevista e à análise de documentos.

Para André(2000, p. 28),

A observação é chamada de participante porque parte do princípio de que o pesquisador tem sempre um grau de interação com a situação estudada, afetando-a e sendo por ela afetado. As entrevistas têm a finalidade de aprofundar as questões e esclarecer os problemas observados. Os documentos são usados no sentido de contextualizar o fenômeno, explicitar suas vinculações mais profundas e completar as informações coletadas através de outras fontes.

Para essa autora, por meio do uso da técnica etnográfica ocorre uma relação de comunicação entre o pesquisador e o objeto pesquisado, princípio determinante da segunda característica da pesquisa do tipo etnográfico. Nesse sentido, o pesquisador torna-se o instrumento fundamental na coleta e análise dos dados. Sob esse aspecto, neste estudo, buscarei revelar as relações e interações ocorridas entre as pessoas com necessidades especiais participantes de atividades esportivas regulares com os outros grupos sociais que frequentam, como a família, a escola, o trabalho e os amigos.

O método etnográfico oferece uma posição que difere da de outros tipos de instrumentos, permitindo, assim, que o pesquisador responda de forma ativa às circunstâncias que o circundam, "modificando técnicas de coleta, se necessário, revendo as questões que orientam a pesquisa, localizando novos sujeitos, revendo

toda a metodologia ainda durante o desenrolar do trabalho” (ANDRÉ, 2000, p.28-29).

A base da pesquisa etnográfica é construída pela ideia de que os comportamentos humanos só podem ser devidamente compreendidos e explicados se forem tomados como referência o contexto social em que eles atuam. Para tanto, é de fundamental importância entender o ponto de vista do nativo, procurando o significado das práticas pesquisadas para os praticantes. Partindo do princípio de que as regras que norteiam os comportamentos humanos não estão explícitas (ao contrário, muitas vezes encontram-se veladas), o trabalho do pesquisador deve ser o de examinar minuciosamente os diversos aspectos da vida dos diferentes grupos sociais. André (2000) ressalta que o tempo de contato entre o pesquisador com a situação estudada pode ser diversificado, podendo variar de algumas semanas até vários meses ou anos.

O tempo de estudo relaciona-se aos objetivos específicos da pesquisa, à disponibilidade de tempo do investigador, a como ocorre a sua aceitação pelo grupo, à experiência em trabalho de campo e à quantidade de pessoas envolvidas na coleta de dados. É de fundamental importância a aceitação do pesquisador pelos investigados e a qualidade nas informações obtidas. Nesse sentido, é essencial que o investigador prepare sua entrada, cuidadosamente, no local da pesquisa.

Segundo André (2000), o “[...] pesquisador faz uso de uma grande quantidade de dados descritivos: situações, pessoas, ambientes, depoimentos, diálogos, que são por ele reconstruídos em forma de palavras ou transcrições literais” (p. 29). A pesquisa etnográfica procura formular conceitos, abstrações, teorias, utilizando-se de um plano de trabalho aberto e flexível e com os delineamentos da pesquisa constantemente revistos, o que permite proporcionar novos conceitos e novas formas de entender a realidade.

Os instrumentos de coleta de informações que serão norteadores do processo desta pesquisa serão as observações, as entrevistas, os registros mecânicos e a análise documental.

A observação, para Negrine (1999), evidencia-se como um instrumento valioso, podendo ser utilizada por meio de diferentes perspectivas. A definição do tipo de observação a ser usada está relacionada aos objetivos do estudo a ser realizado. Quando o pesquisador vai a campo para observar, deve procurar tomar os

registros da maneira mais descritiva possível, sem impor nenhum juízo de valor, para que os registros não sejam contaminados, o que prejudicaria a análise do material obtido. Quanto mais descritiva for a observação de uma determinada situação, melhor ela será apresentada no momento de análise das informações recolhidas. Outra questão importante se refere à observação seletiva, já que, no decorrer do processo investigatório, é preciso concretizar o objetivo que levou o investigador a campo. Nesse sentido, é fundamental observar a partir de pautas de observação. É imprescindível ter cuidado para não se pensar que se está registrando tudo quando, na verdade, pode-se estar pulverizando a observação.

Para Negrine (1999), pode-se observar algo sem que se extraia nenhuma informação e sem que se perceba aspectos relevantes. Portanto, para que a observação seja objetiva, sob o olhar científico, é necessário que ela seja contínua e sistemática, com objetivo de registrar fenômenos ou comportamentos. Portanto, é preciso que seja intencionada, ou seja, com objetivos determinados, sustentada, partindo do princípio de que deve ser guiada por um quadro de conhecimentos. O observador deve considerar que a relação entre ele e o observado não é neutra e ter consciência de que ocorrem situações emocionais implícitas, que ele tem de procurar precisar da melhor forma possível.

Portanto, o pesquisador deve procurar estar atento a seu objeto de estudo, buscando registrar os fatos como eles verdadeiramente ocorrem, para que possam ser classificados e categorizados e, assim, analisá-los com isenção. Outro fator importante é o de procurar não emitir opiniões ao fazer a descrição dos fatos, para não contagiar o objeto observado e prejudicar sua interpretação. É relevante, também, estar atento a aspectos que foram pouco evidenciados e que podem ser importantes para a interpretação do objeto de estudo. Ele deve estar atento e verificar se as informações que serão recolhidas no campo de estudo vão ao encontro do estudo proposto; caso isso não ocorra, precisa estar preparado para redefinir os objetivos do estudo frente às evidências registradas.

Becker (1999) aponta o fato de que o observador participante, no processo de coleta de dados, fica inserido na vida da comunidade, podendo ver, durante certo período de tempo, o que normalmente as pessoas fazem enquanto realizam suas atividades.

Assinala Minayo et al. (2001, p. 59):

A técnica de observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real

O pesquisador, ainda segundo Becker (1999), procura registrar esse material da forma mais completa possível, detalhando relatos de ações e mapas de localização dos indivíduos, enquanto atua com transcrições literais das conversações.

Gil (1994) define entrevista como um conjunto de procedimentos metódicos empregados pelo pesquisador que se apresenta frente ao investigado e que lhe formula perguntas, com o objetivo de obter dados próprios para os fins da investigação, sendo, portanto, uma maneira de estabelecer uma relação de comunicação social. A entrevista tem como característica um modelo de diálogo assimétrico, ou seja, uma parte procura coletar dados e a outra parte se mostra como fonte de informação. Para o autor, a entrevista é um conjunto de processos que acompanham os conhecimentos científicos de coleta de informações utilizada na esfera das ciências sociais. Profissionais como psicólogos, sociólogos, pedagogos, assistentes sociais e, basicamente, outros profissionais que se ocupam de problemas humanos, usam essa técnica, não só para coletar dados, mas também para obter diagnósticos e orientação. A entrevista utilizada como técnica para coleta de dados proporciona que esse método seja bastante eficaz na obtenção de informações sobre o que as pessoas sabem, quais são suas expectativas, em que acreditam, qual o seu modo de ver, a que aspiram e o que realizam ou realizaram.

A entrevista, segundo Minayo et al. (1999, p. 57),

[...] é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores

sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada. Suas formas de realização podem ser de natureza individual e/ou coletiva.

Gil (1994, p.114) ressalta algumas vantagens da entrevista:

- a) a entrevista possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social;
- b) a entrevista é uma técnica muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano;
- c) os dados obtidos são suscetíveis de classificação e de quantificação.

Utilizei, neste estudo, a entrevista focalizada ou aberta, que, segundo Becker (1999), não cumpre um roteiro preestabelecido; o entrevistador centra a conversa no aprofundamento de tema(s) e, assim, o respondente tem a liberdade de falar livremente sobre ele(s).

As entrevistas abertas serão realizadas com todos os principais segmentos com atuação nas instituições, como dirigentes, professores e praticantes das atividades.

Segundo Bauer (2003), a pesquisa quantitativa centra-se nos levantamentos de dados (*survey*) e questionários. Por meio do questionário estruturado, podem-se coletar informações para aplicá-las em uma amostra. Assim, a pesquisa quantitativa caracteriza-se por ser um estudo estatístico destinado a descrever características de uma determinada situação, utilizando-se de valores numéricos para medir as hipóteses a respeito de um problema de pesquisa. O questionário serve como um dos instrumentos de apoio ao pesquisador para os processos de coleta de dados.

Com o objetivo de obter um perfil sociocultural e econômico dos frequentadores dos grupos analisados, na semana seguinte, após ter sido apresentado para os grupos, apliquei um questionário com questões abertas. Ficou claro que os entrevistados ficariam livres para responder a elas com suas próprias palavras; não ficariam limitados à escolha entre um número restrito de alternativas; busquei a complementaridade entre os métodos quantitativos e qualitativos com o objetivo de encaminhar estratégias de integração à prática da investigação.

Quando o pesquisador encontra-se distante do objeto de estudo, lembra Bertrand Lira (1997), ele pode melhorar seu material com informações

proporcionadas pelas imagens fotográficas coletadas. Pode-se considerar que o material fotográfico tem grande potencialidade como ferramenta de levantamento de dados etnográficos; portanto, a fotografia pode ser usada na construção de textos imagéticos autônomos com a mesma importância de um texto verbal. A fotografia pode ser considerada como um auxiliar do Diário de Campo, como facilitadora da entrada do pesquisador no universo a ser investigado e como fonte de informações que proporciona certa segurança após o trabalho de campo, quando o investigador não se encontra mais com o seu objeto de estudo.

Argumenta Joly(1996, p. 60):

[...] a imagem pode ser um instrumento de conhecimento, porque serve para ver o próprio mundo e interpretá-lo. Para ele, uma imagem (um mapa ou um quadro) não é uma reprodução da realidade, "mas o resultado de um longo processo, durante o qual foram utilizadas alternadamente representações esquemáticas e correções". Não se trata "da reprodução de uma experiência visual, mas da reconstrução de uma estrutura modelo", que tornará a forma de representação mais bem adaptada aos objetivos que estabelecemos para nós [...].

Godolphim (1995, p. 16) aponta o fato de que:

A integração texto-imagem, como todo processo de construção eficiente e uma interpretação é um empreendimento delicado. Há que saber dosar em pesos e medidas, em função das pretensões de cada pesquisador, da particular natureza da mensagem que ele pretende transmitir, do público que ele pretende atingir, além do formato do suporte.

Para esse autor, torna-se difícil articular uma reflexão etnográfica de modo que se possa entender com apenas uma fotografia todo um estudo, da mesma maneira que não se faz uma etnografia somente com uma fala de um único informante ou com uma única ida ao campo.

A organização e reflexão sobre os dados obtidos, segundo Magni (1995), com as fotografias e o diário de campo colaboram para recompor detalhes das imagens; associados ao conjunto de dados, tornam-se importantes para formar o texto e o contexto etnográfico.

Em vista disso, utilizei, também, a fotografia como instrumento de pesquisa, para ter uma melhor compreensão das atividades desenvolvidas pelos atores

envolvidos neste estudo, bem como para constituir uma fonte de análise das informações no momento em que estiver concluído o trabalho de campo.

No Diário de Campo, para Neves (2006), são anotados os fatos ocorridos em campo, assim como as impressões que são próprias desses acontecimentos. Ao se fazerem registros sobre as impressões próprias do trabalho de campo, o pesquisador deve procurar fazê-los de forma clara para que possa proporcionar uma avaliação no futuro dos acontecimentos quanto às impressões do objeto de estudo. Pode-se, ainda, registrar as observações teóricas que serão mais amplas no decorrer da pesquisa. Portanto, pode-se considerar que o Diário de Campo apresentará, até o final da pesquisa, uma enorme quantidade de dados a serem analisados.

Neves (2006) ressalta a importância de fazer registros cuidadosos, já que estes se constituem em uma ligação entre as observações e a análise dos dados; pode-se considerar que os registros exercem um importante controle sobre o sistema de descoberta, oferecendo evidências negativas, conflitantes ou confirmando a análise dos dados; constitui-se ainda como um instrumento que pode vir a indicar a necessidade de mais observações.

Utilizei um Diário de Campo que auxiliará nas descrições. Após o desenvolvimento de cada observação, será realizada uma breve descrição pontuando aspectos subjetivos da observação que poderão não estar descritos no instrumento da observação.

Conforme Saint-Georges (2005), toda investigação em ciências sociais efetivamente precisa de documentação, ou “pesquisa documental”, por isso é imprescindível considerar a importância da cultura científica do pesquisador e a importância do quadro teórico da investigação. Existe a documentação da formação teórica e a documentação de domínio da investigação em que o investigador está interessado. A última pode estar ligada a técnicas e à pesquisa como nos resultados, já que visada à análise crítica e ao aperfeiçoamento de técnicas de pesquisa novas. A pesquisa documental se utiliza de fontes de documentos escritos, como livros, relatórios de investigação, artigos de revista, entre outros, podendo ser encontrados em bibliotecas, centros de documentação ou em locais de investigação.



No dizer de Birk (2004, p.84):

Os documentos são uma fonte 'natural' de informações, onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações ou declarações do pesquisador, dentro do contexto em estudo. Além disso, ela indica problemas que devem ser bem mais explorados com outras técnicas (entrevistas ou observações). São considerados documentos qualquer material escrito que possa ser usado como fonte de informação sobre o comportamento humano, [...] incluem: leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares. A escolha de documentos não é aleatória .

Alerta Saint-Georges (2005) para o fato de que a pesquisa documental pode, em alguns casos, ser uma técnica de cunho particular de recolhimento de dados empíricos, a partir do momento em que passa a considerar os documentos escritos e não escritos como fatos verdadeiros da sociedade. Birk (2004, p. 84),

“[...] classifica as fontes de documentação em fontes não escritas; fontes escritas, que podem ser oficiais e não oficiais; e as fontes numéricas, que, segundo os autores, podem ser classificadas como fonte escrita oficial ou não oficial”.

As fontes não escritas como objetos e indícios materiais, podem-se classificar como de vestuário, obras de arte, instrumentos, artesanato, brinquedos, mobiliário entre outros. Considera que essa espécie de fonte pode ser utilizada para distinguir níveis e os embates da evolução da tecnologia. Quanto às imagens iconográficas podem ser citadas o desenho, a pintura, a gravura, o plano, o retrato, o mapa, a caricatura, a tapeçaria, o esboço. Quanto às fontes orais não registradas podem ser citadas as canções populares, cujo autor já tenha morrido, um discurso, declarações, depoimentos ou um fato que se tenha vivido. Este tipo de fonte a qual não se tem registro científico pode ser explorado.

Saint-Georges (2005, p.20) aponta o fato de que:

[...] a ausência de suporte material levanta problemas: as fontes orais são muito preciosas (uma testemunha ocular é insubstituível), mas, em contrapartida, são frequentemente pouco seguras, porque estão muito sujeitas à deformação. É por isso que nos apressamos a «fixá-las», nomeadamente através do seu registro (gravador, filme, vídeo, estenografia...).

Após o relato de instrumentos que utilizei para dar conta do objeto estudado, descrevo as instituições e os projetos investigados. As informações foram retiradas de documentos oficiais fornecidos pelas instituições, ou seja, em alguns momentos, o relato se direciona para a visão institucional, e não a do pesquisador. Entre as instituições investigadas estão, o Centro Universitário Metodista, do IPA, ACERGS e RS - PARADESPORTO. Nas fotografias abaixo apresento a estrutura física das entidades citadas (Fotografias 4 a 13)

Fotografia 4- Vista da entrada principal do Centro Universitário Metodista, do IPA, Campus Central.



Registrada pelo autor, 2011

Fotografia 5 – Vista do ginásio de esportes do Centro Universitário Metodista, do IPA, externa (A) e interna (B), utilizado pela ACERGS para prática esportiva.

(A)



(B)

Registrada pelo autor, 2011

Fotografia 6 – Vista dos vestiários, banheiros (A) e chuveiros (B) localizados no Ginásio de Esportes do Centro Universitário Metodista, do IPA, utilizado pela ACERGS.

(A)



Registrada pelo autor, 2011

(B)



Registrada pelo autor, 2011

Fotografia 7 – Vista externa do prédio, localizado no Centro Universitário Metodista, do IPA, onde estão localizadas a piscina e a academia utilizado para prática do projeto Paradesporto, modalidade natação.



Registrada pelo autor, 2011

Fotografia 8 – Elevador de acesso ao piso superior, localizado no Centro Universitário Metodista, do IPA, onde estão localizados a academia e piscina.



Registrada pelo autor, 2011

Fotografia 9 – Vista da acessibilidade, primeiro lance (A) e segundo lance (B) ao piso superior, localizado no Centro Universitário Metodista do IPA, onde estão, academia e piscina.

(A)



(B)



Registrada pelo autor, 2011

Fotografia 10 – Piscina (A) e Academia (B) utilizadas para a prática do projeto paradesporto IPA e ACERGS, localizadas no Centro Universitário Metodista, do IPA.

(A)



(B)



Registrada pelo autor, 2011

Fotografia 11– Vista externa do Ginásio Tesourinha, local de prática do projeto RS Paradesporto.



Registrada pelo autor, 2011



Fotografia 12 – Vista interna da quadra do Ginásio Tesourinha, utilizado para a prática esportiva do Grupo RS Paradesporto.



Registrada pelo autor, 2011

Fotografia 13 – Acessibilidade ao Ginásio Tesourinha, local utilizado para prática da ACERGS.



Registrada pelo autor, 2011

São valores do Centro Universitário Metodista, do IPA, o sentido e a postura ética nas relações e nos empreendimentos educacionais e serviços comunitários, tendo o resultado como medida de desempenho. O Programa Paradesporto natação do IPA é um projeto de extensão comunitária que está em coerência com os pressupostos descritos nos documentos institucionais oficiais, cuja descrição destaca a preocupação institucional em ser reconhecido como referência nacional e internacional de excelência e qualidade de desempenho na realização de seus projetos de ensino, pesquisa e extensão, prestação de serviços e atendimento comunitário.

No PDI – IPA 2005, servem como base as diretrizes da Igreja Metodista para a educação, que contemplam o respeito à pessoa humana sem discriminação de qualquer natureza e em toda a pluralidade de suas manifestações e opções, a complexidade dos contextos sociais e suas necessidades, o compromisso com Deus

e com a sociedade brasileira. Visa-se a suprir a crescente demanda de profissionais com competências específicas e por isso é que os cursos atualmente ministrados pelo Centro Universitário Metodista IPA sempre tiveram e terão como princípio não só a formação de profissionais competentes, mas igualmente a formação de cidadãos autônomos, críticos, polivalentes, criativos, capazes de discernir e interagir com os múltiplos desafios de nosso tempo.

A partir dos documentos “Tendências da Educação Superior para o Século XXI – Anais da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior (1998)” e a “Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação (1998)” a Rede Metodista de Educação IPA entende que, sem uma educação superior e sem instituições de pesquisa adequadas que formem a massa crítica de pessoas qualificadas e cultas, nenhum país pode assegurar um desenvolvimento endógeno, genuíno e sustentável, nem reduzir a disparidade que separa os países pobres e em desenvolvimento dos países desenvolvidos. O compartilhar do conhecimento, a cooperação internacional e as novas tecnologias podem oferecer oportunidades novas para reduzir essa disparidade.

Tendo como base esses documentos, pode-se compreender que a pertinência de uma ação educativa está relacionada à sua função na sociedade, à sua missão e aos serviços que a instituição pode prestar à comunidade. Dessa forma, ser pertinente é ir ao encontro das necessidades de desenvolvimento do país, da região, do local, e colocar-se a serviço do social; é ir ao encontro do mundo do trabalho, da cadeia educativa, das culturas, ir ao encontro de todos, em todos os lugares e em todas as épocas, por meio de uma maior flexibilidade de formação e de um desenvolvimento sustentável e harmonioso.

O PDI-IPA 2005 continua explicando sobre a práxis Educacional metodista que se preocupa em desenvolver consciência crítica da realidade, compreensão do interesse social acima do individual, exercício do senso e da prática da justiça e solidariedade, realização como fruto do esforço comum, consciência de que todos têm direito de participar de modo justo dos frutos do trabalho, reconhecimento, com base na perspectiva cristã, da utilidade no que possui valor social.

Com base nos fundamentos dos documentos apresentados, nasce o projeto na área do desporto adaptado que atende à PCD. O referido projeto está em consonância com as políticas afirmativas da instituição, configurando-se como um

importante meio de inclusão na cultura sistematizada do movimento humano. Trata-se de mais um espaço de consolidação de práticas inclusivas que, além do seu valor social, objetivam a prevenção da saúde e a promoção da qualidade de vida da comunidade interna e externa do Centro Universitário Metodista IPA.

Em consonância com os princípios da Educação Metodista, esse projeto procura oferecer oportunidades de desenvolvimento integral aos atores do processo (acadêmicos, professores e paratletas), por meio da construção do senso de responsabilidade e do respeito aos semelhantes, da realização e do aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento físico-artístico-cultural, numa relação construtiva e fraterna, tendo-os sempre como eixos da práxis educacional.

Para tanto, o Programa Paradesporto Natação IPA visa, especificamente, ao desenvolvimento de atividades acadêmicas do curso de Educação Física Bacharelado que atendam à comunidade de PCD, objetivando a prática desportiva recreativa, de condicionamento e manutenção física como também treinamento e a competição, adequadas às necessidades e graus de funcionalidade dessas pessoas. O PPN IPA também surge do histórico esportivo da instituição que, desde sua criação, em 1923, tem no esporte e na atividade física um de seus referenciais para a educação de seus alunos.

Segundo o documento PDI-IPA 2005, vinculado à ADIPA – Associação Desportiva do Instituto Porto Alegre, os projetos de extensão se constituem em atividades que irão oferecer as condições adequadas de desenvolvimento humano vinculado ao exercício de atividades físicas, especificados na Política de Extensão do Centro Universitário IPA que afirma o que segue: dar prioridade às práticas voltadas ao atendimento de necessidades sociais emergentes, em caráter de ações exemplares, norteadoras de elaborações acadêmicas e identidades profissionais; consolidar metodologias que garantam a integração do ensino, da pesquisa e da extensão, efetivadas em torno de programas e projetos construídos com base em critérios científicos, tecnológicos e em experiências comunitárias.

A origem do projeto paradesporto natação IPA se deu em de 2005, quando a ADIPA filiou-se à ABRADÉCAR, possibilitando a participação de uma atleta paradesportiva que veio a ser campeã sul-brasileira de natação 50m livre em sua categoria. Esse fato desencadeou a proposição de criação do presente projeto, que

veio a se constituir num trabalho multidisciplinar e interdisciplinar, com a inclusão de outros cursos identificados com a proposta, como Nutrição, Psicologia e Fisioterapia.

O PPN IPA possui tem objetivos gerais disponibilizar atividades físicas adaptadas diversas para PCD, oportunizando espaços de prática desportiva, recreativas e de competição como forma de prevenir e promover o desenvolvimento da saúde física, social e cultural, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade de vida.

Segundo o documento da ADIPA, são objetivos específicos do projeto paradesporto natação IPA:

- promover atividades paradesportivas recreativas e competitivas;
- democratizar o acesso às atividades físicas com a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais de diferentes níveis socioeconômicos e faixas etárias;
- garantir a orientação ao desenvolvimento físico e social;
- priorizar uma relação saudável com o corpo e o movimento;
- envolver todas as dimensões da relação do(a) aluno(a) consigo mesmo(a), com os demais e com o mundo;
- propiciar qualificação acadêmica para o mercado de trabalho, atendendo à tríade ensino x pesquisa x extensão que se estabelece em nossa instituição.

O projeto paradesporto natação IPA possui ações que primam pela interface entre a ADIPA com o gerenciamento administrativo e o Curso de Bacharelado em Educação Física. Os critérios de participação estabelecidos para o projeto paradesporto natação IPA deverão atender à pessoa com deficiência em atividades físicas desportivas adaptadas, com caráter de recreação e de competição, excluindo-se a possibilidade de atendimento e ou atividade clínico/terapêutico, e, em razão dos espaços institucionais terem sido adequados em função da acessibilidade plena, o projeto paradesporto natação IPA aceita inscrições de pessoas que necessitam utilizar elevadores de acesso à piscina e vestiários, adaptados para sua locomoção. O PDI-IPA 2005 destaca que serão aceitas para participação do projeto pessoas com os seguintes tipos de deficiência:

- física, com controle esfincteriano;
- neurológica, sem comprometimento cognitivo;
- sensoriais (visuais e auditivos);
- mentais, com déficit cognitivo regular.

Nas inscrições dos interessados deve constar além da ficha de inscrição da ADIPA, uma ficha de anamnese e uma avaliação fisioterápica nas quais apareçam todos os seus dados clínicos como também uma avaliação funcional das reais condições motoras e de valências físicas (coordenação, orientação espacial, destreza, flexibilidade, resistência) da pessoa com deficiência. Isso possibilita a programação de atividades adaptadas e adequadas ao seu nível funcional. As atividades propostas visam a possibilitar vivência e adaptação no meio aquático, aprendizagem e desenvolvimento dos quatro nados, de acordo com regras adaptadas, e estimular a prática competitiva dessa modalidade, para a qual são disponibilizados horários, ao longo da semana, de segunda à sexta-feira, de acordo com a demanda dos praticantes.

A avaliação do referido projeto foi realizada com base nos seguintes critérios e procedimentos:

- controle estatístico do número de frequentadores das atividades;
- grau de satisfação dos frequentadores (instrumento avaliativo aplicado semestralmente);
- grau de satisfação dos docentes/ discentes envolvidos no projeto;
- reunião de avaliação com os bolsistas envolvidos no projeto e coordenação da ADIPA;
- reuniões de avaliação com a coordenação do curso de Educação Física;
- resultados obtidos em competições pelos paratletas.

Os alunos Bolsistas de Extensão têm atuação no projeto, incluindo todas as atividades, planejamento, execução e avaliação. O número de participantes é de, no mínimo, de 05 pessoas com um máximo indefinido por tratar-se de um programa de extensão.

O projeto paradesporto natação IPA foi criado em abril de 2006, com a proposta de desenvolver um trabalho visando ao treinamento de pessoas com deficiência (natação) com o intuito competitivo. Os participantes foram a duas competições. A primeira, na piscina da PUC, que fazia parte da I etapa do Campeonato Brasileiro de Paradesporto natação, Circuito CAIXA, da qual participaram três atletas com resultados extremamente importantes para impulsionar o projeto. O segundo evento foi uma travessia realizada na cidade de Guaíba (RS) da qual participaram dois atletas, e todos completaram a prova com o percurso de 500 metros, embora o impulso inicial tenha sido dado por uma participante (V.) que, mesmo antes do projeto de extensão, iniciou um processo de treinamento junto com o seu treinador, que resultou em várias medalhas no campeonato sul-brasileiro de natação, realizado em Blumenau (SC), no ano de 2005. No segundo momento do projeto paradesporto natação IPA, os integrantes foram divididos em dois grupos, sendo o primeiro competitivo e o segundo, com o caráter de vivências aquáticas; atualmente é mantido no mesmo formato.

O projeto se desenvolve na piscina do IPA (prédio G) (Fotografias 6 a 9), que pertence à ADIPA, e é coordenado por dois professores mestres, dois estagiários, um nutricionista, um bioquímico e uma psicóloga do esporte. A piscina é térmica, com temperatura média de 31° C; tem 25 metros de comprimento e 12 metros de largura. Possui seis raias entre as quais são divididos os horários de aula dos integrantes do projeto com outras atividades, como aulas de natação infantil, adulto, hidroginástica, treinos da equipe competitiva da instituição e outras que ocorrem de maneira simultânea, porém, em raias diferentes.

No ano de 2007, foram adaptados os vestiários para os participantes; em 2006 já havia sido feita uma melhora da acessibilidade para a piscina e vestiários com a instalação de um elevador no prédio. Entretanto, por conta do fato de o elevador ter ficado fora de funcionamento por oito meses devido às dificuldades de conserto e de sua liberação pela instituição, um participante abandonou o projeto, já que teria que subir as escadas com o auxílio dos professores ou funcionários – situação que lhe trouxe bastante desconforto e constrangimento. Aliás, esse participante ficou preso no elevador no dia em que este estragou e, devido à demora do “socorro”, experimentou momentos de grande mal-estar.

Os horários dos treinos e das aulas são bastante diversificados e flexíveis, haja vista a intenção de tentar adaptar-se à realidade de cada participante, já que esses, em sua maioria, possuíam outras atividades como estudo ou trabalho. O meio de transporte utilizado é o ônibus; alguns deficiente físico e deficiente visual necessitam de acompanhamento de algum familiar para o deslocamento até o IPA. O tempo de duração dos treinos é de 45 a 60 minutos, nos quais são desenvolvidas propostas diferentes, respeitando:

- a) os objetivos dos dois grupos individualmente;
- b) os diferentes tipos de deficiências;
- c) as habilidades dentro da água;
- d) as adaptações de cada estilo.

A metodologia do trabalho executado, em termos de treinamento e vivências, foi desenvolvida pelos coordenadores do projeto junto com os dois estagiários que aplicavam o trabalho propriamente dito com participantes do projeto paradesporto natação IPA.

O projeto conta com quatorze participantes: seis estão no grupo competitivo e oito, no grupo de vivências. Ele existe, desde abril de 2006; já houve mudanças de integrantes, visto que alguns desistiram. Portanto, esse grupo é composto por aqueles que ingressaram no início e os que entraram vários meses após. A “entrada” de novos integrantes ocorre por indicação dos próprios participantes do projeto paradesporto natação IPA, devido à satisfação deles e pelo fato de se tratar de uma proposta diferenciada e rara em nosso cenário estadual.

Os treinos são desenvolvidos de duas a três vezes por semana, respeitando-se algumas variáveis, como metragem, intensidade, sistemas de energia, intervalos etc, ou seja, respeitando-se o princípio da individualidade e da especificidade, visando ao melhor desempenho individual.

Sua continuidade foi fator primordial para a formação de uma “família” forte e unida, pois o público-alvo pessoa com deficiência normalmente é composto por pessoas que são bastante solidárias, no sentido de estender os benefícios para outras pessoas com deficiência. Um fator que chama atenção é modo como alguns participantes convivem com suas deficiências: de maneira natural, tranquila e sem



preconceitos; isso torna o grupo bastante seletivo e diferenciado; a solidariedade dos que têm um pouco menos de dificuldades em relação aos com maiores deficiências é enorme. O ambiente, portanto, mais leve, agradável, melhora a convivência e a autoestima de todos.

O material utilizado para os treinos era totalmente disponibilizado pela ADIPA. São eles:

- 1) Prancha
- 2) Boia
- 3) Pé de pato (nadadeiras)
- 4) Palmar
- 5) Espaguete
- 6) Caneleiras
- 7) Halteres
- 8) Materiais adaptados

Cada participante é responsável pelo material de uso pessoal como maiô/sunga, óculos de natação e touca.

Existe a intenção da instituição em investir mais nesse projeto por meio da aquisição de uma “escada-elevador” para auxiliar a entrada e saída dos participantes, assim como a compra de materiais mais específicos para o Paradesporto Natação se desenvolver com mais condições. Outra tentativa de melhoria foi a da busca de parcerias ou patrocinadores para a captação de verba extra, para auxílio nas competições, viabilizando, assim, abrigos (uniformes), deslocamento para competições em outras cidades, hospedagem e alimentação durante os eventos. Entretanto, a dificuldade foi grande; não houve êxito nessas tentativas.

Em 2008, defini o grupo de participantes do meu estudo; o trabalho foi realizado com um grupo de 14 pessoas no total, subdividindo-se em dois grupos, um chamado de vivência e outro de treinamento. A faixa etária dos participantes variava entre 20 e 42 anos de idade; seis integrantes do sexo feminino e oito, do sexo masculino. Os dados são apresentados no quadro abaixo (Quadro 1).

Quadro 3 – Quadro demonstrativo dos participantes do projeto paradesporto natação

IPA.	Mulheres: 09
	Homens: 07
	Idade Mínima: 20
	Idade Máxima: 42
	Deficiências presentes nos participantes do grupo: 08 DV, 06 DF e 02 PC

Os participantes apresentam diversas deficiências: distrofia muscular progressiva, artrodese, sepsemia aguda e osteomilite, resultando em amputações (DF), paralisia obstétrica e paralisia cerebral (PC) e também deficiência visual parcial e completa (DV). Todos estão em boas condições de saúde, são ativos em suas atividades da vida diária e negam etilismo e tabagismo.

Todas as pessoas que participaram do estudo atendiam aos critérios estabelecidos pelo projeto paradesporto natação quanto ao seu tipo de deficiência.

A escolha de determinadas deficiências é explicada pelo fato de a instituição ter optado por iniciar o projeto projeto paradesporto natação IPA de maneira “progressiva” em relação aos tipos de deficiências; desse modo, poderia também dar uma atenção mais personalizada no atendimento aos participantes; assim, não atingiu o público deficiente mental severo ou neurológico com comprometimento cognitivo.

No capítulo no qual abordei a categorização de estudos, apresento todos os relatos de observações, as entrevistas e as demais informações relevantes ao estudo, mantendo o sigilo acadêmico dos participantes dessa investigação.

Goffman (1974) descreve sua experiência de acesso em seu estudo etnográfico que foi realizado em um hospital. Para o desenvolvimento da investigação, procurou uma posição de igual junto ao grupo de pessoas a ser estudado, isto é, os pacientes do hospital. Tal procedimento, ainda que com limitações, como o autor cita, em razão das condições socioeconômicas pessoais, fez com que se distanciasse de uma relação de comunicação mais ajustada, bem como da compreensão das realidades com as quais passou a conviver nessa comunidade.

O exemplo de Goffman (1974) auxiliou na compreensão do quanto o acesso

ao contexto de investigação requer aproximações cautelosas e continuadas na direção de o pesquisador tornar-se um comum junto ao grupo. Isso favoreceu o acesso a eles, facilitando a comunicação e privilegiando o contato com informações que não seriam possíveis caso o investigador não estivesse integrado.

No mesmo sentido, Stigger (2002) destaca que o trabalho do investigador em etnografia desenvolve-se em um processo de imersão na cultura estudada. É um exercício contínuo para entender a complexidade da realidade, favorecendo a interpretação das significações que os indivíduos atribuem aos seus comportamentos. O processo de significação é sempre respectivo ao processo de culturalização específica de determinado grupo.

Tomando como referência os estudos de Goffman (1974) e de Stigger (2002) a partir de suas pesquisas etnográficas, pude compreender a necessidade da convivência e também do acesso do pesquisador ao grupo em investigação.

Os passos que percorri foram muito importantes para conseguir acesso aos participantes e, em conseqüentemente, ao grupo. Entre eles destaco os seguintes:

- a) reuniões de apresentação do estudo para os professores do projeto paradesporto natação IPA e os seus participantes;
- b) visitas frequentes aos treinamentos do grupo com a finalidade de fazer parte dele – acompanhamento dos treinamentos e das competições;
- c) demonstração de interesse pelos avanços e pelas participações dos integrantes, favorecendo estratégias de vínculo;
- d) sensibilização do grupo para o entendimento de que a pesquisa pode auxiliar no conhecimento do projeto e na compreensão da participação dos integrantes no projeto paradesporto natação IPA.

Como o projeto paradesporto natação IPA é uma atividade desenvolvida por professores de natação da ADIPA, entrei em contato com eles, explicando-lhes o desenvolvimento do projeto de pesquisa. Assim que houve a aceitação dos professores e alunos, pude iniciar as atividades de coleta de informações.

Ao mesmo tempo em que tinha um “olhar curioso” sobre o projeto, tentava não me envolver demais com o grupo para que essa aproximação não interferisse quando os trabalhos efetivamente iniciassem, isto é, quando da realização do estudo propriamente dito. Desse modo, não haveria barreiras no sentido de misturar as

relações. Nos mesmos dias e horários de treinamentos dos atletas deficientes, treinavam os atletas da equipe de natação do IPA.

Observei que todos estavam sempre atentos, pois queriam aprender com situações novas para que se tornassem melhores, pois os atletas da equipe eram de um nível competitivo muito bom e, assim, serviam de exemplo para a formação natatória dos participantes do projeto. Igualmente chamou atenção o ótimo relacionamento dos atletas federados para com os participantes; eles formaram grupos de amizade e encontravam-se em eventos extra piscina (idas a jogos de futebol a estádios etc.).

Nesse sentido, senti uma facilidade ainda maior em meu ingresso neste estudo com referido grupo, pois parecia haver cumplicidade nas relações, além de troca de experiências, tanto dentro quanto fora da piscina. Na realidade, o projeto de nadar, treinar e competir era todo muito novo para os participantes, pois eles estavam ali exatamente para, de alguma maneira, sentirem-se melhores em suas vidas, assim como à procura de inserção social, mesmo que isso não aparecesse em alguns de seus relatos. De qualquer forma, a autoestima de cada um deles foi “alterada”, pois a própria atividade física já altera os padrões químicos do cérebro como a noradrenalina, endorfina etc., causando, inevitavelmente, um maior bem-estar, uma melhora de humor.

Ao final de cada sessão de treinos, presenciei muitas conversas entre os atletas federados e os participantes dentro da piscina, quando todos os “aquáticos” se misturavam nas raias. Embora acompanhasse a distância, sempre estive muito atento a tudo que se passava, o que me auxiliou, e muito, na busca de informações que, eventualmente, não apareciam nas observações e entrevistas dos participantes do projeto paradesporto natação IPA. Por muitas vezes, o futebol era o assunto sobre o qual os homens, especialmente, conversavam dentro da ADIPA, devido à própria existência da famosa rivalidade que existe em nossa cidade (POA) entre os dois maiores clubes do estado.

Em meados de 2008, houve um problema com o elevador do prédio da piscina. Embora isso tenha afastado um dos participantes do grupo, o fato permitiu que eu estreitasse mais ainda certos contatos com outro. Nos dois meses seguintes, por inúmeras vezes, eu e mais um colega o auxiliamos na subida em sua cadeira de rodas pelos dois lances de escada até o andar da piscina e dos vestiários.

Outro fato que parece ter aproximado a minha entrada no grupo em questão foi o de ter mobilizado vários frequentadores da ADIPA para duas ações de cunho social. A primeira foi auxiliando financeiramente um participante do projeto, com um valor importante para a compra de alimentos; sua casa havia sido queimada, além disso, sua mulher o havia deixado em virtude de suas dificuldades financeiras e de moradia. A segunda ação foi feita para ajudar o mesmo participante, que tinha um de seus membros inferiores amputados e, em decorrência dos acontecimentos citados, teve redução de 10 kg em sua massa corporal. Com a ajuda de professores e atletas, pôde comprar uma prótese nova, pois a anterior não servia por conta do diâmetro do membro afetado.

A segunda instituição onde realizei a pesquisa foi a Associação de Cegos do Rio Grande do Sul (ACERGS). Encontrei as primeiras informações no endereço eletrônico da instituição <<http://www.acergs.org.br/>>. Meu primeiro contato com a instituição foi feito por telefone, com a secretária, Sra. Maria de Lurdes Arndt Bertóglio, que me encaminhou ao Vice-presidente de esportes da ACERGS, Sr. Edson Josemar Assunção, o qual me atendeu prontamente. Marcamos uma reunião na sede da instituição, na Rua Marechal Floriano Peixoto nº. 38, sala 1606, no centro de Porto Alegre. Fui recebido pelo Sr. Edson Josemar Assunção e pelo presidente da instituição, Sr. Waldim de Lima. Nesse encontro, expus a intenção de realizar a minha pesquisa de doutorado com a equipe de futsal e disse que a instituição seria informada sobre os resultados obtidos. O Sr. Edson e o Sr. Waldim de pronto autorizaram que fosse realizado o estudo, colocando-se inteiramente à disposição e dando-me acesso à ACERGS para obter documentos relevantes, entrevistar funcionários e equipe dirigente, bem como acesso aos treinos, autorização para entrevistar os atletas e os treinadores e acesso a outras informações relevantes para este estudo, com o qual a instituição vem colaborando.

Em março de 2009, entrei em contato com a ACERGS para obter o calendário esportivo, mais especificamente do futsal, para o corrente ano. Foi-me entregue calendário com informação sobre o local dos treinos, que são realizados no ginásio do esporte Clube Cruzeiro, na Av. Protásio Alves, nº 8301, bairro Alto Petrópolis. Estes ocorrem às terças-feiras, das 17h30 às 19h, e, aos sábados, das 9h às 11h. Obtive outras informações por meio de documentos e entrevistas com o presidente e a assistente social da instituição.

Conforme o calendário fornecido pela ACERGS, a assistente social Luciane Rodrigues – Cress, registro nº. 5489, é formada há quatro anos. É funcionária da ACERGS com vínculo empregatício; presta atendimento aos deficientes visuais e seus familiares que buscam orientação. Esse atendimento está direcionado, também, para os não sócios da instituição.

A metodologia utilizada pela assistente social é a de escutar, no primeiro momento; após essa primeira fase, ela utiliza perguntas relacionadas à vida cotidiana, passando, a seguir, a orientar o deficiente ou o familiar sobre como devem agir para ter o melhor nível de vida possível. Quando necessário, faz encaminhamentos a psicólogo, oftalmologista e dentista em seus consultórios particulares, já que existem voluntários nessas profissões que prestam acessória à ACERGS por meio de atendimentos gratuitos. A assistente social atende na ACERGS, mas, se alguma pessoa não tem como se deslocar até a instituição, esse atendimento é feito no domicílio dela.

Todas as pessoas atendidas pela assistente social, sejam deficientes ou familiares, têm seus casos registrados em uma ficha que é mantida sob sigilo e à qual somente ela tem acesso. Nessa ficha, é registrado o atendimento e, posteriormente, marcado um novo encontro para dar andamento ao processo.

A ACERGS busca, por meio dessa prática, proporcionar mais um espaço de consolidação de práticas sociais inclusivas, além de promover a qualidade de vida dos praticantes do paradesporto futsal.

Cabe, neste ponto, fazer um recorte a respeito da ACERGS, entidade filantrópica, sem fins lucrativos, conforme consta em seu endereço eletrônico.<sup>14</sup> As raízes e os fundamentos sociais que proporcionaram o surgimento da ACERGS deram-se por intermédio da imigrante italiana, da região da Toscana, Lydia Moschettia, nascida em 1888, que veio para o Brasil com 18 anos de idade. Interessada pela participação social, fundou o Instituto Santa Luzia, "Ginásio e Escola Profissional para Cegos", em Porto Alegre, na Av. Independência, 850/876, em 20 de setembro de 1941. A fundação do Instituto Santa Luzia proporcionou o

---

<sup>14</sup> HISTÓRICO da ACERGS. Disponível em: <[http://www.acergs.org.br/sig/home/ver\\_modulo1.php?codigo=10](http://www.acergs.org.br/sig/home/ver_modulo1.php?codigo=10)> Acesso em 23 dez. 2008.

surgimento da Associação de Cegos do Rio Grande do Sul, fundada em 20 de outubro de 1967. Atualmente, a ACERGS tem seus escritórios na Galeria Nossa Senhora do Rosário, salas 1606/1607/1608, todas de sua propriedade. A sede social, onde ocorrem atividades sociais, esportivas e de lazer, está localizada na Av. Monte Cristo, nº 450, Bairro Vila Nova.

A ACERGS, segundo o Projeto de Cooperação Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (FUNDERGS) e ACERGS (2007), é uma entidade de utilidade pública municipal, estadual e federal. Presta atendimento assistencial ao deficiente visual gaúcho e a seus familiares, buscando promover e desenvolver atividades profissionais, educativas, culturais, cívicas, recreativas, desportivas e sociais. É filiada à Confederação Brasileira de Desportos para Cegos (CBDC), órgão que rege o calendário esportivo no Brasil.

A instituição conta com apoio de órgãos governamentais e não governamentais, entidades, empresas e da comunidade em geral. Possui, atualmente, equipes de futsal, goalball feminino e masculino, judô, atletismo e xadrez. As vagas são oferecidas para pessoas, a partir dos 12 anos de idade, em todas as modalidades esportivas, visando à inclusão social dos participantes. Conta, também, com equipes que representam oficialmente a instituição, participando de encontros, competições e torneios em todo país.

No ano de 2006, o futsal ficou em terceiro lugar no Campeonato Nacional e no Campeonato Regional. Dois atletas da ACERGS participaram da Copa América pela Seleção Brasileira de Futsal, que conquistou o primeiro lugar. Conta com um atleta que foi eleito o melhor do mundo do ano de 2006. Este atleta preparou-se com um dos goleiros para os XV Jogos Pan-americanos de 2007.

As atividades do paradesporto futsal, realizadas pela ACERGS apresentaram uma estrutura adaptada para a prática do esporte. A quadra tinha as laterais com bandas (paredes laterais), de um metro e meio, que evitam que a bola saia da área de jogo. O acesso ao ginásio não apresentava calçamento regular nem calçadas para pedestres, o que dificultava o deslocamento. Os vestiários apresentavam escadas para acesso, o que também dificultava o deslocamento dos deficientes visuais. A acústica do ginásio não era adequada ao desenvolvimento do

paradesporto futsal para deficientes visuais, pois o eco produzido dificultava uma melhor audição dos paradesportistas. Já que a audição é fundamental para a localização da bola, que contém um guizo, e para a orientação do treinador e chamador. Não haviam bebedouros próximos à quadra; era preciso que os atletas se deslocassem até ao banheiro para que pudessem tomar água.

O início dos treinos se dava com alongamentos, aquecimento, um treino técnico de passe, deslocamento e chutes a gol. Após essas atividades, era realizado o treino coletivo.

As atividades se encerravam com uma conversa com o treinador sobre as atividades desenvolvidas. A seguir, os atletas se deslocavam para o banho e, posteriormente, dirigiam-se para as suas residências. É importante ressaltar que, no local onde se localizava o ginásio, não havia segurança nas ruas.

Para o desenvolvimento de atividades esportivas e outras, a ACERGS também utiliza a sua sede social própria, localizada no bairro Vila Nova.

Dentre as atividades que são desenvolvidas na sede social, destaca-se a Oficina de Criação e Integração (Grupo Luz). Esse projeto consiste na formação de um grupo de convivência, composto por pessoas com deficiência visual e pessoas da comunidade, que desenvolvem trabalhos manuais. Embora o objetivo precípua seja a troca de experiências durante o convívio entre os participantes com suas potencialidades e capacidades, também se desenvolve no local um projeto que visa a estimular a prática da dança tradicional gaúcha como forma de integração e de lazer entre os deficientes visuais e a comunidade – o DTG Filhos do Tropeiro (Departamento de Tradições Gaúchas). Esta sede social é utilizada, ainda, para as festividades previstas no calendário de eventos, como a festa do trabalhador (primeiro de maio), a festa de aniversário da ACERGS (20 de outubro) e a festa de Natal das crianças (dezembro).

A sede social possui, ainda, uma cancha esportiva, utilizada para os treinos do futsal, que se encontra sem condições de uso, por isso os treinos são realizados em locais cedidos por outras instituições.



A ACERGS tem por objetivo geral proporcionar aos atletas do futsal a prática do esporte de forma saudável, bem como sua inclusão social. Portanto, a instituição busca a promoção da melhoria da qualidade de vida dos beneficiados por ela por meio do esporte, possibilitando o desenvolvimento de atividades de lazer e físicas. Considera a instituição que os associados, com as atividades citadas, têm a possibilidade de exercitar o convívio sociocultural e de inclusão social.

A equipe de futsal da ACERGS é composta por 15 atletas, um treinador e um auxiliar técnico (chamador). O “chamador” fica atrás da goleira na quadra de ataque da sua equipe e tem a função de orientar o momento certo do chute a gol.

O grupo de atletas de futsal da ACERGS tem a média de idade entre 35 e 40 anos. Conta com um atleta de 15 e um de 19 anos de idade que vão até a quadra para treinar. Os atletas utilizam ônibus e carro para a locomoção; alguns vêm acompanhados de seus familiares ou amigos; outros, sozinhos. No grupo, todos os jogadores de linha são deficientes visuais classificados como B1, ou seja, com falta de percepção visual até a percepção luminosa, com incapacidade de reconhecer a forma da mão em qualquer distância ou direção. Já os goleiros são videntes.

A terceira instituição pesquisada é a RS Paradesporto que possui a modalidade de basquete para cadeirantes. Iniciou a apresentação da instituição resgatando historicamente a modalidade referida.

A modalidade basquete em cadeira de rodas começou a ser praticado nos Estados Unidos, em 1945. Os jogadores eram ex-soldados do exército norte-americano feridos durante a II Guerra Mundial. A modalidade é uma das poucas que esteve presente em todas as edições dos Jogos Paraolímpicos. As mulheres disputaram a primeira Paraolimpíada em Tel Aviv, no ano de 1968.

O basquetebol em cadeira de rodas foi a primeira modalidade paradesportiva a ser praticada no Brasil. O pioneiro foi Sérgio Del Grande. Em 1951, ele sofreu um acidente durante uma partida de futebol e ficou paraplégico. Os médicos recomendaram a ele que viajasse para buscar tratamento nos Estados Unidos. Naquele país, Sérgio percebeu o quanto se dava valor para a prática esportiva associada ao processo de reabilitação.

Em meados da década de 1950, Del Grande voltou para o Brasil, trazendo consigo uma cadeira de rodas especial para a prática do basquetebol. Ele fundou o Clube dos Paraplégicos de São Paulo e procurou incentivar outras pessoas com deficiência a praticar a modalidade, por meio de exposições. Como sua cadeira havia sido fabricada nos Estados Unidos e não existia modelo parecido no Brasil, um fabricante procurou Sérgio para desenvolver aquele material aqui, utilizando sua cadeira de rodas como protótipo. Em troca, Del Grande solicitou que o fabricante desse a ele 10 cadeiras de rodas, para que a primeira equipe fosse formada. E foi o que aconteceu.

A partir daí, o basquete em cadeira de rodas no Brasil passou a evoluir cada vez mais. Em 1959, a equipe do Clube dos Paraplégicos de São Paulo viajou para a Argentina para disputar duas partidas contra a seleção daquele país. Venceram os dois jogos, um realizado em Buenos Aires e outro em Mar Del Plata. De lá pra cá, o basquetebol em cadeira de rodas no Brasil se fortalece cada vez mais, tornando-se uma das maiores potências no mundo.

No Rio Grande do Sul, as primeiras notícias que se tem dão conta de que o Clube do Otimismo do Rio de Janeiro veio realizar uma partida apresentação no Ginásio Gigantinho, em Porto Alegre, na década de 1970. Por lá estavam alguns integrantes da OMRAE, entidade local que congregava pessoas portadoras de deficiência física, que se interessaram pela modalidade e começaram a praticá-la. De lá para cá, muitos avanços se verificaram, e na década de 1980, o Rio Grande do Sul chegou a conquistar um título de vice-campeão brasileiro com a equipe da Associação Riograndense de Paralíticos e Amputados (ARPA), que contava com jogadores excelentes, como Claudio Antonio Araújo, Humberto Lippo, Jorge "Bicudo" e Mineiro, entre outros.

O RS PARADESPORTO, pode-se dizer, é o natural herdeiro dessa tradição dentro das quadras. No primeiro dia do mês de julho de 2005, no Ginásio Tesourinha (Fotografias 10 a 12), localizado na Av. Erico Veríssimo s/n, Cidade Baixa, nesta Capital, às 19 horas, reuniram-se as pessoas que assinam o livro de presença, com o fim de fundarem a Associação RS PARADESPORTO, entidade que tem por finalidade precípua a congregação de pessoas portadoras de deficiência física, ou não, que se disponham a praticar, contribuir ou auxiliar no fomento do

desporto paraolímpico, bem como contribuir para a modificação de paradigmas e construção de políticas que possibilitem a divulgação de uma imagem positiva das pessoas com deficiência.

Dando início aos trabalhos, por aclamação, foi indicado para presidir a Assembleia o Sr. Luiz Cláudio Portinho Dias que, assumindo, designou Vera Lúcia Aguiar para secretariar os trabalhos.

Art. 3º - O RS PARADESPORTO, tem por finalidades principais:

- I - congregar pessoas portadoras de deficiência física (doravante denominadas PPDs), ou não, que queiram praticar, contribuir ou trabalhar com o paradesporto;
- II - executar projetos desportivos, culturais, educacionais e sociais, elaborados para PPDs, junto a órgãos governamentais e/ou instituições de natureza privada;
- III - buscar meios para garantir uma vida digna e independente a seus associados e às PPDs.
- IV – promover a defesa, preservação e conservação do meio ambiente, especialmente no que tange a políticas de acessibilidade universal.
- V - promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

Parágrafo único. Para atingir as suas finalidades, entre outros procedimentos previstos em regulamento, poderá:

- a) captar recursos através de projetos paradesportivos, culturais, educacionais e sociais, elaborados para pessoas portadoras de deficiência física, junto a qualquer órgão governamental ou iniciativa privada;
- b) entabular convênios com qualquer órgão governamental e iniciativa privada adequados às pessoas portadoras de deficiência física;
- c) promover reuniões de caráter cultural, como espetáculos artísticos, exposições, concursos, bailes, jogos beneficentes, concertos, audições, apresentações de filmes, peças teatrais, e campanhas beneficentes que venham a exigir uma participação maior na vida social, prestação de serviços à comunidade e enriquecimento de afetividade e sensibilidade pessoal;

- d) manter intercâmbio com organizações similares ou afins, com vistas ao desenvolvimento e melhoria dos serviços prestados para PPDs;
  - e) criar e manter oficinas e serviços profissionais, administrados e executados por PPDs;
  - f) estabelecer intercâmbios e projetos com Instituições de Ensino, de todos os níveis, especialmente com Escolas e Universidades Públicas, para a divulgação das potencialidades das PPDs;
  - g) realizar campanhas publicitárias dentro dos princípios definidos neste Estatuto;
- Após relatar a situação do grupo RS PARADESPORTO, em especial a modalidade basquetebol para cadeirantes, descrevo a minha inserção no grupo pesquisado.

As atividades de organização são centralizadas na figura do presidente e praticante Sr. Luiz Portinho. Sendo assim, realizei um contato com o referido e marcamos uma reunião.

O encontro aconteceu na sua casa, na rua dos Andradas, centro de Porto Alegre, onde lhe apresentei a proposta de pesquisa e perguntei sobre a possibilidade de realizar o trabalho no grupo dos cadeirantes. O senhor Portinho disse que não haveria problema, mas gostaria de conversar com seus colegas, e, somente após essa consulta, daria retorno. Depois de uma semana, Portinho entrou em contato comigo, dizendo que eu poderia acompanhar os treinamentos e realizar as observações e entrevistas necessárias para a pesquisa.

Os treinamentos da equipe de basquetebol para cadeirantes ocorrem no Ginásio Tesourinha na Av. Érico Veríssimo, s/n, às terças-feiras e aos sábados.

O primeiro dia de treino que acompanhei foi em uma terça-feira, ocasião em que o Sr. Portinho me apresentou para os seus colegas e explicou quais eram os meus objetivos com a pesquisa. Todos se colocaram à disposição para ajudar.

Diante dessa disponibilidade, comecei a observar os treinamentos. Algumas situações me chamaram a atenção. As cadeiras com as quais os atletas se deslocam até o local do treino não são as mesmas que eles utilizam para realizar as atividades. Outra questão importante e significativa, para o rendimento dos treinamentos, é que o número de participantes nos treinos é pequeno, basicamente por dois motivos: o primeiro é o compromisso com o trabalho, e, o segundo, é a dificuldade de deslocamento.

O grupo não conta com nenhum professor ou treinador, ou seja, o próprio grupo se organiza e articula suas atividades e treinamentos. Após 18 observações em sequência, sempre nas terças, das 12h às 14h, e sábados, das 10h às 15h, eu já era reconhecido pelo grupo e havia um clima favorável para realizar as entrevistas.

## **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS**

Nesse capítulo irei apresentar os resultados obtidos nas observações e entrevistas realizados nos três grupos escolhidos. Cabe ressaltar que foram realizadas quarenta e quatro entrevistas e sessenta e seis observações e do material foram construídas oito categorias de análise que serão apresentadas a seguir.

### **4.1 Acessibilidade e deslocamento (Políticas Públicas)**

A presente descrição foca o tema das condições de acesso e de deslocamento dos participantes ao prédio da piscina, aos vestiários, bem como ao tanque da piscina para o desenvolvimento das atividades do Projeto Paradesporto IPA, que aparece nos treinos da ACERGS para a prática do futsal e dos cadeirantes para a prática do basquetebol.

O acesso dos participantes do estudo aos locais de treinamento, nos três grupos estudados, é variado, pois eles fazem primeiro o trajeto de casa, do trabalho e/ou da escola. A condução utilizada para esse fim é diversificada, podendo ser ônibus, trem metropolitano, a pé, com carro de familiar ou carro próprio. Os participantes vêm de diversos locais, porque têm atividades variadas, anteriores às aulas e treinos, são de diferentes faixas etárias; além disso, não tem o mesmo nível social, o que acaba proporcionando diversidade nos deslocamentos.

Fica claro que a maior dificuldade de acesso e deslocamento é o grupo que participa das atividades desenvolvidas nas instalações do IPA em especial os que desenvolvem suas atividades na modalidade de natação. Por isso iremos nos deter nessa categoria prioritariamente no grupo paradesporto natação.

A descrição da observação tem o objetivo de informar ao leitor as instalações do prédio onde o projeto do IPA ocorre:

O prédio onde se localiza o complexo aquático também possui outras salas de estudo, um laboratório de informática, uma sala de ginástica de grupo e uma sala de musculação. O prédio possui dois andares, com escadas para acesso e um elevador próprio para uso de pessoas com deficiências, que, no momento da observação, não estava funcionando. (Observação número 1)

Até o ano de 2005, o IPA tinha a entrada para o estacionamento e para pedestres exatamente na frente do prédio G (piscina). Por motivos de engenharia de trânsito, acabou sendo vetada a entrada por esse local, pois isso ocasionava uma lentidão enorme, que inviabilizava a fluidez do trânsito em horários de grande fluxo, fato muito bem relatado na fala da participante Rafaela:

Está tudo muito bem, o único problema que eu vejo é que poderiam abrir o portão que está na frente do acesso ao prédio G, pois facilitaria o nosso trajeto. (Entrevista número 1)

A solicitação da participante Rafaela faz sentido, pois a entrada a que ela se refere fica exatamente em frente ao prédio da piscina, e a parada de ônibus fica a 10 metros dessa entrada. Considerando-se a entrada atual, é preciso caminhar em torno de 60 metros de lomba, trajetos íngremes e tortuosos que dificultam o acesso para uma deficiente visual. Visando a minimizar o problema daqueles que possuem carro, a instituição solicitou à empresa responsável pelo estacionamento, E1, que fossem colocadas duas vagas para os deficientes bem em frente à entrada do prédio da piscina, para diminuir o deslocamento.

O Projeto Paradesporto IPA favoreceu e impulsionou as construções e adaptações para a acessibilidade de pessoas com deficiência ao prédio da piscina. O elevador, instalado 2008, no *hall* do prédio da piscina era específico para cadeirantes e facilitava o acesso, deixando as pessoas com deficiência na porta dos vestiários, localizados no andar superior e de acesso à piscina. Os atletas ainda tinham a possibilidade de vir de automóvel até a porta principal do prédio, que conta com estacionamento com vagas próprias para pessoas com deficiência. Tal realidade favorecia a participação dos praticantes no Projeto.

Houve alteração nesse acesso, pois, no primeiro momento, existia somente acesso pelas escadas (dois lances). No ano de 2008, após solicitação à direção, foi transferido um elevador que já existia na instituição para o prédio G, que levava as pessoas com deficiência do 1º ao 2º andar (vestiários e piscina). O elevador esteve

em funcionamento durante 10 meses, até o momento em que um participante do projeto ficou trancado dentro dele, sentindo-se mal e manifestando fobia à situação. Após esse incidente, infelizmente, o elevador foi até interditado. Depois de exaustivas tentativas de conserto, a equipe técnica constatou que se tratava de um elevador para uso exclusivo de cargas, equipamento diferente do elevador para cargas humanas. Portanto, não foi instalado o modelo adequado para uso de pessoas com deficiência.

Até o término desse estudo, estavam sendo realizadas tentativas de adequação para essa finalidade. As dificuldades oriundas da falta do elevador são relatadas pela participante Sônia:

A maior dificuldade que o IPA apresenta é a escada. Meu problema muscular nas pernas não impede a subida nem a descida, mas a todos os demais atletas hoje em treinamento no projeto paradesporto IPA; diria que é a maior dificuldade que vejo. Quanto ao restante da estrutura oferecida, considero boa. O estacionamento dá acesso próximo e tem vagas disponíveis durante todo o dia. O vestiário é bom. Talvez o acesso da borda à piscina devesse ser adaptado aos atletas que não podem utilizar a escada. (Entrevista número 2)

Após a chegada ao 2º andar, pelo elevador ou pela escada, os praticantes se dirigem aos vestiários para a troca de roupas. No início do projeto, alguns demonstravam dificuldades na chegada e saída dos vestiários, em especial os cadeirantes, pois as rodas trancavam nos “buracos” das portas no chão, assim como nas paredes estreitas do vestiário masculino.

Foi solicitado então ao arquiteto do IPA um projeto para que fossem feitas algumas reformas nos vestiários, para adaptá-los às necessidades dos participantes. Foi construído um banheiro específico para pessoas com deficiência, assim como um espaço de chuveiro maior, para que os cadeirantes pudessem utilizar a ducha de maneira mais tranquila e confortável, além de aberturas maiores entre as paredes e melhorias no piso, que era irregular.

O acesso à piscina é difícil, em virtude da borda da piscina, pois a única maneira dos praticantes entrarem na piscina é pelos degraus das escadas e/ou sentando na borda e “atirando-se” para dentro da água, já que a escada inviabiliza a entrada de cadeirantes. Em 2008, a coordenação do projeto tentou com a instituição a aquisição de um “elevador” manual exatamente para esse público específico poder entrar na piscina de maneira mais tranquila, já que esse equipamento tem uma

estrutura fixa, que fica na borda da piscina com um balanço em formato de rede, no qual a pessoa é colocada sentada e é girada para dentro da piscina e baixada para dentro d'água.

Ainda em relação à acessibilidade ao tanque (entrada e saída da piscina), pude observar que são realizadas basicamente por duas escadas de acesso, com quatro degraus na vertical. A escada não é específica para as pessoas com deficiência. Alguns participantes recebem auxílio de professores e estagiários para esse momento de aula/treino, pois há dificuldade tanto para os paralisados de membros inferiores quanto para os deficientes visuais. As observações ilustram esse fato:

Para a entrada na água as pessoas podem utilizar duas escadas simples, dispostas uma em cada lado da piscina (Observação número 6).

É interessante observar que, mesmo com essas dificuldades, foi possível verificar o lado positivo do projeto no que diz respeito ao acesso ao IPA. O relato que posso destacar é da participante Luciana relatou, de forma emocionada, a respeito da autonomia conquistada; ela precisa pegar dois ônibus para se dirigir ao IPA:

Ir sozinha ao IPA é uma realização. (Entrevista número 3)

A seguinte observação reforça esse depoimento:

Julio e Carolina chegaram por volta das 16h30min. Ele, acompanhado pelo seu pai e Carolina, sozinha, pois ela apresenta autonomia e autoconfiança para fazer várias atividades sem auxílio. (Observação número 9)

O acesso de Julio (deficiente visual), da entrada do prédio até dentro do tanque, conta com o auxílio de várias pessoas, embora do início até a finalização deste estudo tenha havido uma melhora de autonomia grande, pois a ele foi se adaptando e conhecendo melhor os detalhes do local, criando uma autoconfiança maior. A observação a seguir relata:



Julio vem chegando acompanhado por seu pai até a entrada do vestiário masculino. A partir deste momento, Julio faz a troca de roupa e vai até o ambiente da piscina sozinho e o estagiário auxilia a entrada na piscina (tanque) (Observação número 9).

Todas as segundas-feiras os responsáveis pelo Projeto Paradesporto natação IPA fazem reuniões periódicas, nas quais abordam determinados assuntos, na busca de melhorias em vários aspectos para o projeto (acessibilidade, busca de parcerias e patrocínios, busca de competições fora de POA), tendo em vista que outros estados estão mais avançados em seus projetos esportivos com pessoas com deficiência (confecção de uniformes para a equipe competitiva, melhores materiais para utilizar nos treinos, entre outros). Em reunião do dia 06 de maio de 2008 – da qual participei como observador –, surgiu uma proposta interessante da professora Cristina em relação à melhoria da acessibilidade, já que não mais poderíamos contar com o elevador, conforme a observação seguinte:

A professora Cristina sugeriu a construção de uma rampa de acesso ao andar da piscina (tanque), tendo em vista o problema relatado anteriormente do elevador, que é de uso exclusivo para carga e não para o transporte de pessoas, o que dificulta e inviabiliza a continuidade da participação de alguns atletas cadeirantes, pois tem dois lances de escada (Observação número 10).

Imediatamente, houve contato telefônico com o coordenador do curso de educação física, para que fosse avaliada a possibilidade da construção da referida rampa. O coordenador disse que conversaria com o departamento de projetos da instituição para verificar a possibilidade da obra, o que seria um salto de qualidade importante para o Projeto Paradesporto IPA, já que os dois lances da escada têm largura suficiente para a locomoção dos degraus e da rampa; observou, entretanto, que a escada poderia ser um pouco íngreme para colocação da rampa. Mesmo assim, afirmou que tentaria com o arquiteto responsável do departamento de projetos e arquitetura.

Verifiquei que o projeto tem um grande potencial de expansão e atendimento, sendo limitado pelo acesso principalmente à piscina e à sala de musculação, o que reduz o número de participantes. Finalizada a primeira categoria de análise, pude iniciar as reflexões relativas aos conteúdos da participação dos integrantes do Projeto Paradesporto IPA nas atividades desenvolvidas nos treinos e eventos.

## 4.2 Participações em treinos e competições

A origem do Projeto Paradesporto IPA se deu a partir de 2005, quando a ADIPA filiou-se à ABRADECAR, possibilitando a participação de uma competidora do Projeto, que veio a ser campeã sul-brasileira de natação na prova de 50m livre em sua categoria. Esse fato desencadeou a proposição de criação do presente projeto, que veio a se constituir em um trabalho multidisciplinar e interdisciplinar, com a inclusão de outros cursos identificados com a proposta, como nutrição, psicologia, fisioterapia e fonoaudiologia.

Durante todo o tempo do referido estudo, observei que existia uma especial preocupação dos responsáveis pelo projeto para que se conseguisse, junto à mídia interna e externa, uma maior divulgação do projeto, tendo em vista este ser pioneiro em nosso estado, fato destacado na entrevista da participante Rafaela:

Não tenho nenhuma queixa, está tudo ótimo, só que espero que se expanda mais ainda para ajudar outras pessoas (Entrevista número 1).

O Projeto Paradesporto IPA visa ao atendimento de pessoas com deficiência em atividades físicas desportivas adaptadas, com caráter de recreação e de competição, excluindo-se a possibilidade de atendimento e ou atividade clinicoterapêutica. Os espaços institucionais foram adequados para que houvesse acessibilidade plena; em razão disso, foram aceitas inscrições de pessoas que necessitam utilizar elevadores de acesso à piscina e aos vestiários adaptados à sua locomoção.

Quanto a questão da organização dos projetos paradesporto natação do IPA e futsal da ACERGS, as colocações foram muito positivas, conforme relata o participante Celso do futsal para cegos:

Muito boa. O projeto dá todas as condições para nós atletas, como qualquer esportista olímpico. (Entrevista número 4).

A ideia de haver uma equipe interdisciplinar no projeto também visava ao auxílio para situações competitivas, como, por exemplo, trabalhar as inseguranças e

ansiedades antes dos eventos esportivos, o que aparece no relato de Rogério, quando fala sobre a organização do Projeto Paradesporto Natação IPA:

Por enquanto está boa; até chegar a primeira competição; vamos ver. (Entrevista número 5)

Durante o período em que pude acompanhar, notei que houve um engajamento de todo o departamento esportivo localizado no prédio G (piscina), inclusive pelo fato de que a instituição tem um caráter altamente inclusivo. Na própria recepção trabalhavam pessoas com deficiência, formando um grupo de funcionários e professores envolvidos com um grande nível de identificação e/ou interesse por esse projeto. Conforme destaca Denis:

Muito bem organizado, desde a recepção até os treinamentos. (Entrevista número 7)

Notei que os participantes do projeto paradesporto IPA valorizavam cada situação e cada apoio que recebiam, pois aqueles eram momentos importantes em suas vidas; eles estavam tendo oportunidades que, com certeza, poderiam significar muito mais do que simplesmente melhoria de condicionamento físico por meio da natação. De fato, eles se sentiam incluídos dentro de uma sociedade que se preocupa muito mais com o “normal”, que não oportuniza vivências tão especiais como as relatadas nesse depoimento de Fernanda:

Considero o Projeto Paradesporto Natação bem organizado; os professores Cristina e Marcelo são interessados, participantes e presentes, bem como o coordenador da ADIPA, Diego, acompanham o andamento do projeto e o desempenho e comprometimento dos atletas de maneira próxima; a estagiária bolsista que elabora os treinamentos é extremamente dedicada, e, por ser ex-atleta, tem um conhecimento importante em termos de técnica. (Entrevista número 11)

O termo atividade física adaptada, o mais encontrado na literatura, faz referência ao trabalho de investigação no campo da educação física, de forma mais específica ao esporte adaptado. São poucas as referências que tratam da relação do treinador com seu aluno ou atleta, ainda mais quando este é considerado um aluno ou atleta com necessidades especiais. Logo, é escasso o referencial que trata da

atividade física e de exercícios possíveis de serem aplicados pelo treinador para pessoas com necessidades especiais, mesmo que essa seja uma realidade presente no cotidiano desse profissional.

Em relação aos treinos, organizei as descrições destacando os interesses iniciais dos participantes para integrar as atividades do Projeto Paradesporto IPA, do futsal para cegos e basquete para cadeirantes, a iniciação aos treinamentos, o desenvolvimento dos treinos para cada integrante, bem como as impressões dos participantes sobre o treino que realizam.

Antes de iniciar as descrições dos treinos, é importante relatar o processo de iniciação e constituição do grupo de participantes da natação e do futsal para cegos do presente estudo. O grupo começou os treinamentos a partir de uma avaliação inicial, que indicou as condições básicas dos participantes na natação e do futsal. No caso da natação, o pré-requisito para iniciar os treinamentos foi o de dominar de forma básica os nados crawl e costas. A finalidade do projeto foi de formar um grupo de natação competitivo para pessoas com deficiência. O grupo que iniciou os treinamentos dominava os nados crawl e costas.

No início dos treinamentos da modalidade natação, o grupo de participantes se motivou com a reportagem realizada, em 2005, pelo jornal Correio do Povo, que descreveu o desempenho esportivo da participante Iara do IPA em uma competição realizada no estado de Santa Catarina. A reportagem acabou influenciando a vinda de novos nadadores para o projeto. Questionei os participantes sobre o interesse em procurar o projeto e manterem-se nele. Segundo Marcos (Deficiente Visual):

Sempre tive vontade de ser nadador; não tinha tido oportunidade como a deste projeto. Sinto-me muito bem praticando natação.  
(Entrevista 7)

Esse participante já tinha tido a oportunidade de praticar futebol para cegos na ACERGS, relatando que se sentia muito bem nessa prática, embora as condições de acesso e de estrutura que a associação apresentava fossem difíceis. Marcos fazia parte do grupo de “vivências aquáticas”, e não tinha, no primeiro momento, interesse em participar de competições, mas sentiu-se motivado para começar a integrar o grupo de participantes que competem.

O participante Alexandre (deficiente visual) fala sobre o início da sua participação no projeto:

Quem me trouxe a este projeto foi a professora Magda (grupo de convivência), do projeto Rumo Norte, e o que me mantém nele é que me sinto muito feliz, pois vejo que as pessoas que nos ajudam se dedicam ao máximo e se preocupam com nós, alunos (Entrevista número 8)

Por meio desses depoimentos, fica clara a questão motivacional dos participantes, pois se nota que, além da participação em aulas/treinos, existe uma integração com todos os envolvidos no projeto; há interesse e cuidados para com os participantes, tornando-os mais motivados, melhorando sua autoestima e fazendo com que eles sejam mais inseridos na sociedade. As relações afetivas influenciam diretamente na construção do reconhecimento desses indivíduos, conforme a teoria do reconhecimento de Honneth (2003). Outros fatores que também colaboram são o ambiente propício, a motivação e a conduta do professor. Sobre a conduta do professor, Melhem (2004, p. 24) afirma que ele deve conduzir a aula de uma maneira inclusiva, focando as potencialidades de cada aluno e a característica de socialização do esporte. Portanto, os dizeres de Maturana se confirmam, quando ele afirma “[...] que só são sociais as relações que se fundam na aceitação do outro como um legítimo outro na convivência, e que tal aceitação é o que constitui uma conduta de respeito”.

Esse projeto tem um caráter de vencer barreiras, pois é isso que o esporte apresenta, tanto nos treinos quanto nas aulas, sempre com a motivação de incentivar os participantes a melhorar a cada dia. O participante Valter fala sobre os motivos que mais o influenciam a entrar no projeto basquete para cadeirantes:

Pela necessidade de fazer atividade física, por ser um projeto de inclusão social e a possibilidade de vencer desafios futuros. (Entrevista número 15)

A família e os amigos têm um peso importante nas questões de apoio e incentivo na vida dos participantes nos três grupos estudados, pois muitas vezes as motivações deles vêm por intermédio de conselhos, como mostra o aluno Álvaro em seu relato sobre o início:

Primeiro, foi o incentivo da minha mãe e de uma ex-namorada, que ficavam me motivando, dizendo que eu tinha condições de ganhar medalhas, era só eu querer e me esforçar; daí eu acabei gostando da ideia e estou no projeto porque eu quero alcançar o meu ideal. (Entrevista número 18)

Fotografia 14 – Participante do projeto paradesporto natação IPA em dia de treino.



**Registrado pelo autor, 2011**

Por vezes, a busca por esse tipo de projeto se dá por questões mais ligadas a situações de aprendizado específico da natação como meta e “seguro de vida”, além de melhoria nas condições físicas e fisiológicas, como relata a participante Sônia sobre seus objetivos dentro do projeto:

Aprender a nadar e melhorar meus movimentos físicos e respiratórios. (Entrevista número 2)

Alguns relatos são interessantes, pois, além dos objetivos citados anteriormente, as questões de inclusão aparecem em colocações como a de Regis (deficiente visual):

Motivações físicas e psicológicas; gosto muito de estar lá, e isso eleva minha autoestima. (Entrevista número 14)

A “precursora” do projeto paradesporto natação IPA, a atleta Rafaela, que foi a pessoa que impulsionou e motivou a todos na parte competitiva, também fala nessa linha de benefícios físicos/mentais:

Meu ingresso no projeto foi a convite do professor Osvaldo, tendo sido a primeira atleta a fazer parte do projeto. Permanecer no projeto foi um movimento natural, tendo em vista os benefícios que me trouxe à parte física e ao bem-estar psicológico. (Entrevista número 1)

Com base nesses relatos, nota-se que os três projetos efetivamente tem cumprido suas missões, que é a melhoria das condições esportivas propostas em treinos/aulas, assim como a de “pano de fundo” na melhoria na inserção das pessoas com deficiência.

Após o primeiro período de iniciação dos participantes, comecei a me apropriar do desenvolvimento da metodologia dos treinamentos específicos para cada atleta e suas respectivas modalidades, considerando suas deficiências físicas. As observações e entrevistas realizadas ilustram o desenvolvimento da participação dos atletas no processo dos treinos, conforme relata o atleta Denis:

Os métodos são fáceis e bastante eficientes e a professora bastante dedicada (Entrevista número 18).

Dentro da proposta de trabalho, a individualidade era condição essencial para a realização de um planejamento qualificado, pois as variáveis eram muitas em relação aos grupos em questão. Os projetos apresentavam algumas facilidades para que isso acontecesse, como, por exemplo, as alternativas de horários para que cada participante se adequasse, recebendo, assim, orientação em pequenos grupos; conforme fala o atleta Marcos atleta do futsal da ACERGS

É normal. Os métodos são de acordo. Cada pessoa tem suas dificuldades e seu ritmo de aprendizagem. É excelente o trabalho do instrutor da musculação, fazendo o que pode para atender nossas prioridades. As atividades que mais desenvolvemos são: musculação para membros inferiores. Tem uma atividade que acho bem importante: a recreação. É a hora que todos relaxam, brincando com

a bola livremente, parte da descontração. Isso é importante. Contato entre professor e alunos nos dá mais alegria, prazer e confiança para realizar o trabalho (Entrevista número 7).

Como alguns participantes apresentam um perfil extremamente competitivo, o fato de treinarem no mesmo horário da equipe de natação de federados do IPA, cujos atletas têm nível nacional e internacional, os impulsiona e motiva. Por meio dos exemplos observados nos treinos e das conversas no final de cada sessão, percebe-se que o impulso vem mais na busca pela superação e pelo entendimento de que a vida de atleta “normal”, cheia de regras e cuidados, não é fácil. Essa realidade é transportada para a vida dos participantes, fato muito bem relatado pela fala do atleta Celso sobre a proposta dos treinos:

Acho que é a correta, pois quem quer ser atleta tem que sofrer um pouco. (Entrevista 4)

Esse relato comprova que os participantes se colocam em sinal de igualdade com os atletas federados. Esse é, claramente, um dos principais objetivos desses três projetos que é o de melhorar a qualidade de vida dos participantes e, por meio de treinos e competições, mostrar a esse público que todos têm limitações, cada um em graus diferentes, e que é preciso acreditar que os treinamentos os farão mais fortes e confiantes.

Segundo COLWIN (2000), o treinamento da natação é formado por cinco princípios: o princípio da individualidade, da variedade, da progressão (adaptação e sobrecarga), da sobrecarga, do “aquecimento”, da ação inversa, da especificidade e da continuidade. dentro do princípio da especificidade, o atleta Gustavo percebe que:

A metodologia utilizada nos treinos é muito boa, principalmente a parte de trabalhar a respiração. (Entrevista número 12)

A participante Fernanda destaca, além do princípio da individualidade dos dois grupos (competitivo e vivências), que, por meio dos treinos, existe, também, a possibilidade de se conviver com o grupo de pessoas com deficiência:



Mais recentemente, o Programa tem utilizado uma metodologia mais voltada a competições que beneficia mais o atleta. Considero a metodologia boa. Além dos treinos preparatórios para competição, o Projeto também oferece o Programa Vivência, que proporciona ao portador de deficiência que não tem condições de competir, de realizar um trabalho na piscina, melhorando também sua condição física e convivendo com outros portadores de deficiência. (Entrevista número 11)

A proposta inicial do Projeto Paradesporto Natação IPA foi a de treinar pessoas com deficiência com o objetivo de participar de competições. No segundo momento, criou-se um grupo de vivências aquáticas, e o que os dois grupos possuem em comum é o princípio da prática da natação. Isso é um exemplo de que o IPA tentou proporcionar um ambiente agradável a todos, favorecendo, nesse caso, a socialização e a integração entre os praticantes da natação. Questionados sobre se estavam sendo notadas alterações físicas/fisiológicas durante os treinamentos, as percepções deles foram as seguintes:

Raquel: Sim, pois me sinto melhor com o meu corpo e satisfeita, me dedico muito fazendo as atividades propostas (Entrevista número 13).

Álvaro: Claro. Acho natação o esporte mais completo. Trabalha coordenação motora, equilíbrio, respiração e a musculatura. A saúde do corpo fisiologicamente melhorou bastante. Na parte da nutrição passei a me educar. A respiração melhorou consideravelmente. Cada dia vai me envolvendo mais. (Entrevista número 10)

Marcos: Sim. Tive alterações físicas; consegui emagrecer sete quilos, e também estou começando a ganhar massa muscular. Já fisiológicas, estou na mesma. (Entrevista número 7)

Gustavo: Sim, fui avisado pela professora Nara de que teria dor nos braços, e realmente tive. (Entrevista número 12)

Iara: Sim. Senti um incremento em todos os grupos musculares dos membros superiores e inferiores afetados pela minha doença muscular, bem como uma melhora sensível da capacidade respiratória, que também era comprometida pela doença. (Entrevista número 6)

Baseado nos princípios apresentados por Colwin (2000), trago os relatos das observações dos treinos propriamente ditos, nos quais destaco, entre os vários princípios, o da especificidade, diversidade e individualidade. As aulas são variadas,

tendo em vista os fatores citados anteriormente. Portanto, seguem algumas observações sobre os treinos e aulas:

Os participantes Rafael e Celso, logo que entraram na piscina, começaram a caminhar, depois realizaram trabalho de respiração, soltando bolhas dentro da água pela boca e nariz. Depois desse aquecimento, a professora entrou na água e acompanhou os alunos até o final dentro da piscina. Um deles, Rafael, já realiza exercícios do nado crawl de maneira rudimentar, bate pernas, braços, e controla pouco a sua respiração; ainda não atravessa a piscina em seu comprimento, indo somente até onde alcança os pés no chão, com a água a uma altura próxima dos ombros. Possui pouca resistência cardiorrespiratória. Na sequência da aula, o aluno treinou a propulsão das pernas no nado de crawl sem material e depois com material (prancha); realizou exercícios de braço de crawl, e, então, treinou o nado completo (Observação número 12)

Rafael e Celso participam do grupo de vivências aquáticas, que envolve movimentos mais rudimentares, já que eles estão passando pela fase de aprendizado da natação. Como apresentam problema de paralisia cerebral, seus programas são direcionados à especificidade dentro da água e as atividades direcionadas para a respiração, que é a principal limitação (débito de oxigênio). Nos exercícios de respiração dentro da água, consegue-se uma evolução maior do que nos exercícios feitos fora dela, devido ao fato de o aluno ter a pressão do meio líquido a ser vencida, o que causa uma melhoria ainda maior dos músculos responsáveis pela expiração, fortalecendo os pulmões, diafragma e músculos intercostais, conforme reforça a observação que segue:

A aluna Carolina, que possui paralisia cerebral, trabalhou por uns 10 minutos somente a caminhada dentro da água, depois, por mais uns 10 minutos, a respiração. Realizou trabalho de flutuação ventral e de propulsão de pernas de crawl com prancha. A professora auxiliou a aluna no exercício de ficar em decúbito dorsal. Primeiramente, a professora segurou a aluna pelas escápulas, e depois a aluna utilizou a prancha para se manter em cima da água. A aluna trabalhou bastante o movimento de ficar em decúbito dorsal, e depois voltar para a vertical. Logo depois, realizou movimentos de propulsão de pernas em decúbito dorsal, com auxílio da professora. Após as atividades, os alunos saíram da piscina sem auxílio da professora e foram em direção aos vestiários (Observação número 13).

Dentro do princípio das variações e adaptações, os participantes experimentam novos desafios, seja por meio de exercícios novos ou da introdução

de novos materiais e equipamentos dentro da água para passarem pelo processo de experimentação e adaptação, pois, no caso dos deficientes visuais, outros sentidos “assumem” papel fundamental nessas vivências. Como exemplo, a observação seguinte:

O aluno Rogério (deficiente visual) chegou por volta das 16 horas e logo entrou na mesma raia em que os colegas caminhavam. Fez exercícios de respiração e em seguida começou a realizar exercícios de propulsão de pernas de crawl sem prancha; depois com prancha. Trabalhou a respiração no nado de crawl e a braçada junto com a respiração. O aluno atravessa a piscina e possui pouca resistência cardiorrespiratória. Faltando 10 minutos para o término do horário, a professora alcançou um par de pés de pato para Rogério. Ele se adaptou muito bem, realizou exercícios de propulsão de pernas de crawl e o nado de crawl completo. Depois dessa experiência, a professora pediu que ele retirasse os pés de pato. Então, ele realizou mais alguns exercícios que havia feito com o pé de pato, só que sem o auxílio deles. (Observação número 17)

Durante as observações, pude perceber que o processo de aprendizagem é lento, e a instrutora também relatou isso na nossa conversa. Ela disse que as pessoas com deficiência já conhecem a rotina de trabalho, os exercícios iniciais e a sequência das atividades. Quando um exercício novo é introduzido, a rotina inicial é mantida, mas a sequência, depois, é modificada, conforme o que foi planejado.

A professora relatou que ensina a seus alunos um passo de cada vez: primeiramente, a respiração, depois o batimento de pernas, então os braços, e, mais tarde, o gesto motor do nado completo. Ela ressaltou que é muito importante sempre trabalhar a respiração e lembrar os alunos disso, pois aqueles com dificuldades acabam por “esquecer” de respirar quando estão realizando outros movimentos mais complexos.

Um dos fatores mais importantes é o da especificidade da(s) deficiência(s) apresentada pelos praticantes do projeto. Por exemplo, o tipo de trabalho desenvolvido para o deficiente visual 100% é diferente daquele do participante amputado de um membro inferior, pois se está trabalhando com as diferenças dos sentidos, em que a ausência do sentido visual “aguça” outros sentidos e/ou habilidades como o tato, em especial, a percepção espaço-temporal, assim como a ausência de um membro desenvolve, inevitavelmente, movimentos compensatórios dentro da água para que o praticante se desloque e aperfeiçoe os seus nados de maneira mais eficiente, buscando alternativas e adaptações específicas.

A questão hereditária é individual e imutável em relação à carga genética que cada participante traz consigo desde seu nascimento. Embora essas sejam habilidades treináveis, cada um terá as suas limitações “naturais”.

Pegando o exemplo de indivíduos com características de velocistas (fibras musculares brancas), eles recebem, pelas avaliações feitas dentro e fora da água, um treinamento da maneira mais específica possível para que se desenvolvam em suas maiores e melhores qualidades e potencialidades. O mesmo se dá com os participantes com características para provas de fundo (fibras musculares vermelhas) – com maior utilização de volume máximo de Oxigênio (VO<sub>2</sub> máx.) –, que recebem uma carga de treino para potencializar essas qualidades específicas. Exemplo disso são as avaliações que foram feitas no laboratório do exercício do IPA, cujo objetivo era o de avaliar a capacidade máxima do VO<sub>2</sub> de cada participante do paradesporto natação IPA. A partir desses dados, foi feito um protocolo com adaptações específicas para cada deficiência apresentada por esses participantes.

A experiência aquática progressa também é algo a ser respeitado dentro de uma programação do treinamento, pois, dentro do referido grupo, há praticantes que tiveram um histórico de natação ao longo de sua vida e fizeram parte do grupo 1, cujo caráter foi competitivo. Da mesma forma, outros participantes, que fazem parte do 2º grupo, chegaram ao projeto sem as mínimas vivências dentro da água;, portanto, esse foi o foco a ser trabalhando, com o início de todo o processo de ensino-aprendizado dentro das aulas oferecidas a eles..

A questão disponibilidade de tempo no que diz respeito a dias e horários influencia também o processo de carga do trabalho dentro da piscina, pois a média dos(as) treinos/aulas é de três vezes por semana com uma hora de duração cada. Dentro do grupo, havia participantes que frequentavam duas vezes por semana, em torno de 45 minutos diários. Esses dados influenciam o volume total do treino assim como a intensidade do trabalho.

Os materiais didáticos utilizados nas aulas ficam dispostos em cima de uma das arquibancadas. São eles: pranchas, flutuadores, pés de pato, bolas, argolas, tapetes de borracha, entre outros.

Dentro do projeto paradesporto natação IPA, foi interessante observar que os estagiários e professores apresentavam conhecimentos gerais tanto sobre as

deficiências dos participantes quanto sobre as diferentes maneiras de se abordar a natação, desde a iniciação até o alto rendimento. Exemplo disso pode ser verificado no relato das aulas:

Os alunos Marcos e Rogério iniciaram as mesmas atividades, caminharam na piscina, depois trabalharam mergulhos com ênfase na respiração nasal, inspiração pela boca e expiração pelo nariz. A professora chamou a atenção dos dois para concentrarem na respiração, soltando o ar pelo nariz. No decorrer da aula, a professora ficou observando o aluno Marcos com maior atenção e percebeu que o movimento que ele estava realizando no nado de crawl não estava fluindo. O aluno não estava deslizando da maneira como poderia deslizar. Então, a professora pediu auxílio ao técnico da equipe de natação do Centro Universitário, que também observou Marcos, e sugeriu algum educativo para correção do estilo que ele estava realizando. A professora então explicou os educativos propostos pelo técnico ao seu aluno e este o realizou várias vezes até que conseguiu assimilar o movimento. (Observação número 19)

A diferença entre os dois grupos, o de treinamento e o de vivências aquáticas, é grande, pois os atletas possuem níveis de experiências aquáticas anteriores importantes. Por isso, a especificidade dos trabalhos desenvolvidos é fundamental nos relatos das sessões de cada dia, como segue a observação do treino mais avançado:

O aluno Alexandre (Deficiente físico) chegou por volta das 16 horas e logo foi se arrumar. Saiu do vestiário, conversou com a professora, passou pela ducha e então entrou na piscina, na raia seis, com um pulo. A professora sentou no bloco de partida da mesma raia e passou as primeiras instruções para o atleta. Ele então começou a nadar. F. iniciou nadando 200m crawl, realizou virada olímpica. Depois disso, a acadêmica relembrou ao aluno que deveria realizar os fundamentos do nado de crawl com maior concentração, impulsão da borda da piscina. Após o aquecimento, o atleta realizou educativos do nado de crawl e costas, alguns “tiros” de velocidade, provas curtas realizadas em treino, 25m e 50m de crawl, e, por fim, fez um “tiro” de 200m crawl, saindo de cima do bloco de partida para testar como estava seu tempo numa simulação de competição. Ao terminar os 200m crawl, o aluno estava ofegante. Depois disso, nadou mais 200m crawl devagar para descansar. Após o treino, o aluno conversou com a professora sobre os resultados obtidos nas provas simuladas. (Observação número 20)

A evolução, como citada anteriormente, normalmente é lenta. Porém, pode observar, durante todo o período de acompanhamento deste estudo, que as

individualidades são fatores determinantes na evolução das atividades de cada participante. Lembro-me das primeiras aulas da aluna Raquel, quando praticamente não entrava na piscina, pois tinha boa vontade, mas lhe faltava segurança já que nunca havia praticado natação. No relato que segue da aula do dia, nota-se o quanto ela evoluiu:

A aluna Raquel iniciou sua rotina caminhando da borda até as bandeirinhas, uma distância de 5 metros, por várias vezes. A professora lembrou Raquel de que deveria também trabalhar com os braços enquanto caminhava. Logo depois, realizou trabalho de salto no lugar com mergulho, com ênfase na respiração, atividade de saltar e tentar sentar no chão. Em seguida, realizou exercícios de propulsão de pernas de crawl, segurando a escada com as duas mãos e com o rosto na água. Por fim, a aluna realizou mais mergulhos com o objetivo de pegar argolas que a professora colocou no fundo da piscina. Em seguida, a aluna praticou a pernada de crawl com auxílio de prancha e com o rosto na água. Após as atividades, a aluna saiu pela escada sem auxílio, colocou o chinelo, pegou sua toalha, a chave do armário que estava pendurada e foi em direção ao vestiário. (Observação 21)

Percebi que o espírito de equipe é extremamente positivo; era possível observar a ajuda que ocorria em alguns treinos, pois, diante da variedade dos horários dos treinos, alguns participantes trabalhavam isoladamente e, outros, em grupo. Se, por um lado, a individualidade dava mais especificidade ao trabalho, por outro, os treinos realizados em grupo traziam um espírito de equipe e união muito grande, além dos aspectos motivacionais. Observei, em muitas oportunidades, o quanto eram prazerosas as aulas com os colegas. O relato a seguir mostra claramente que dois participantes, que tinham a mesma deficiência (PC), podiam fazer as aulas no mesmo horário e com a mesma proposta de trabalho. Verifiquei que havia uma cumplicidade enorme na execução das tarefas:

O aluno Valter entrou na raia 1, junto com sua colega Rafaela, e iniciou a aula com mergulhos no lugar, soltando bolhas pelo nariz. Após esse aquecimento respiratório, praticou flutuação em decúbito ventral, seguiu realizando propulsão de pernas de crawl e, mais tarde, realizou a pernada de crawl junto com a realização da braçada direita com respiração lateral. Valter parou de praticar a atividade por algum tempo e auxiliou a colega no momento em que ela estava mergulhando para pegar as argolas no fundo da piscina. Depois dessa breve parada, Valter treinou o nado de crawl completo e passou um pouco do limite de profundidade no qual se mantém de pé. A professora então determinou a distância que ele poderia

chegar com uma cadeira na borda da piscina. Então, o aluno nadou até o limite imposto pela professora. Depois de algumas atividades realizadas, o aluno pediu para a professora o pé de pato porque gostaria de usá-lo. Acabou por sentir câimbra na coxa esquerda e chamou-me para explicar o que estava sentindo. (Observação número 8)

Dentro do grupo competitivo, há participantes que já cumprem uma distância e intensidade importante através dos princípios da sobrecarga, atingindo volumes de treinos em torno de 1,6 km por sessão, como mostra o exemplo a seguir:

Às 16h20min, o aluno Maurício chegou e logo foi se arrumar. Passou pela ducha e então entrou na piscina. A professora prontamente falou as instruções do treino, e ele começou a nadar. O treino foi o seguinte: aquecimento: 400m crawl nadando devagar; depois, 200m educativo de crawl e costas, 200m medley (100m), 200 crawl, 200 educativo de crawl, e, para finalizar, ele realizou um “tiro” de 200m crawl para marcar o tempo. Nadou mais 200m livre e então saiu da piscina em direção ao vestiário. (Observação número 21)

Cristina tem evoluído muito nos treinos; ela tem uma capacidade aeróbia muito boa; necessita apenas melhores regras alimentares para poder produzir mais em termos de natação competitiva, pois tem talento e é dedicada. Cristina nadou 1,3 km nesse treino, dando ênfase ao nado de crawl; 80% do treino foi realizado somente nesse nado. A opinião de todos os participantes do Projeto paradesporto natação do IPA é de que:

“Cristina pode vir a ser uma nadadora de destaque do paradesporto”. As competições motivam muitos os atletas, mas, infelizmente, faltam muitas competições no estado. (Observação número 22)

Cristina iniciou o treino às 16h30min, fazendo o seguinte programa:

- 1) 200 metros livres de aquecimento;
- 2) 6 x 25 metros velocidade com 25 metros soltos;
- 3) 100 metros bem devagar;
- 4) 4 x 25 crawl com pé de pato com 30” de intervalo;
- 5) 4 x 50 metros aeróbio 2 (A2) com 30” intervalo;
- 6) 200 metros soltos;
- 7) brincadeiras e virada olímpica (Obs. número 13, em 12/05/08).

Cristina parece muito motivada com os exercícios propostos pelo estagiário Alex. Trouxe uma garrafa plástica com água para se hidratar durante o treino, pois teve, no ano anterior, um acompanhamento importante da nutricionista Simone que lhe explicou aspectos fundamentais para a boa alimentação, inclusive o quanto é importante a hidratação durante os treinos. Cristina melhorou muito sua propriocepção na água, pois atualmente nada em uma linha mais reta (antigamente, se “batia” muito nas raias pela ausência total da visão). Faz sempre respiração bilateral (respira para os dois lados). O treino de hoje tinha como ênfase maior intensidade e menor metragem; portanto, os intervalos eram longos, tendo em vista a alta intensidade dos exercícios propostos, elevando em 180 batimentos a sua frequência cardíaca. (Observação número 22)

Após o treino, tive a oportunidade de conversar sobre algumas situações pontuais com a nadadora. Perguntei-lhe como havia se sentido na água nesse dia. De maneira sorridente, respondeu:

Sinto-me bem, muito bem. (Entrevista número 9)

Percebe-se que Cristina tem uma força de vontade diferenciada dos demais, pois, quando questionada sobre o seu cansaço nos treinos, ela respondeu “mas é assim que eu gosto; quanto mais, melhor”. Ela está extremamente motivada e é muito dedicada ao trabalho proposto. (Observação número 22)

A participação dos integrantes do grupo competitivo em provas oficiais ocorreu em três momentos distintos. O primeiro foi o campeonato sul-brasileiro de natação, realizado em Blumenau (SC), em julho de 2005, onde foi dado o impulso inicial para a idealização do projeto em questão por meio da participação da atleta lara, que inclusive conseguiu subir ao pódio em três provas. O segundo momento foi o da participação em uma etapa do Campeonato Brasileiro de Paradesporto, modalidade de natação, realizado em setembro de 2009, na PUC – RS, patrocinado pela Caixa Econômica Federal do qual participaram quatro competidores. Esse evento foi extremamente importante para a união, para a motivação do grupo e para a entrada de novos participantes no projeto paradesporto natação IPA. E o terceiro evento foi o da participação de três competidores na Travessia da Lagoa, na cidade de Guaíba – RS, em novembro de 2009, evento que resultou em duas medalhas de campeão para os dois deficientes visuais que realizaram a travessia com o



acompanhamento de dois estagiários que fizeram o percurso de 500 metros junto a eles.

Fotografia 15 - Participante do paradesporto natação IPA na competição da PUCRS, 2009



Registrado pelo autor, 2009

Confirmando alguns pressupostos teóricos já trabalhados, são muito claras as alterações psicológicas ocorridas nos eventos propostos, pois a ansiedade, a insegurança, os problemas com a autoimagem etc. são fatores impeditivos para um bom desempenho nas provas em que os participantes nadam, já que se trata aqui de um grupo “diferente”. Assim, a oportunidade de experimentar uma competição envolve um desafio ainda maior para os participantes do projeto do que o vivido pelos demais.

Não foi aplicada nenhuma técnica de cunho mental ou psicológico, pois esse não é o foco desta pesquisa. Avaliou-se o quanto os participantes podiam, por meio

do esporte natação, conseguir se incluir no grupo, embora tenham sido nítidas as alterações de ordem emocional apresentadas pelos participantes nas referidas competições. Houve um paratleta, que, na hora da competição, sentiu-se muito ansioso, com mal-estar profundo, e isso o levou a desistir da travessia de 500 metros da Lagoa.

Por meio das observações realizadas nesses três eventos, nota-se que a autoimagem e as motivações pessoais ficam extremamente alteradas. Conforme o relato da participante Rafaela:

Antes de ganhar estas medalhas no campeonato Sul Brasileiro de Natação, eu era considerada o patinho feio da casa, agora meus pais me olham de outra maneira, como uma pessoa capaz de realizar muito mais coisas que eles imaginavam (Entrevista número 1)

Todas as situações competitivas “abrem um mundo novo” para essas pessoas, pois muitas delas estavam em situações diárias de autoestima muito baixa; muitas vezes, pelo estigma tão bem citado por Goffman (1988, p. 12) “O entendimento sobre estigma refere-se às pessoas com deficiência, que sofrem preconceitos e são estigmatizadas pelo fato de não constituírem um padrão de normalidade frente à sociedade, através de uma questão cultural”. Quando questionadas sobre quais os objetivos pessoais em relação às competições propostas, as respostas foram:

Rogério: Não competi ainda, mas estou me preparando para isso. Vai levar algum tempo até estar em condições de competir. Legal com outros que já competem há tempo, porém quero, pelo menos, cumprir a prova. Ganhar ou não é secundário. “Vai depender do treinamento. (Entrevista número 5)

Régis: Por enquanto, só fui numa, mas o meu maior objetivo é ganhar medalhas. (Entrevista número 14)

Marcos: Não estou preparada para competir. (Entrevista número 7)

Alexandre: Depois de ter participado de duas competições que exigiram alto desempenho, procuro manter o mesmo nível de treinamento exigido para as competições anteriores para estar apta a participar de qualquer competição estadual ou interestadual que surja (Entrevista número 8).

Nota-se, pelos relatos citados, que os participantes trazem variadas opiniões

sobre a questão competitiva, pois, em se tratando de adultos, a personalidade e o caráter já estão formados, assim como a carga genética e a educacional. Eles carregam em suas veias uma determinação de romper limites ou de esconder suas fraquezas; relatam isso nas entrevistas. Quando Rafaela foi questionada sobre como andava a motivação, tendo em vista a falta de competições naquele período, ela respondeu:

As competições me motivam muito; eu amo competir. Se pudesse, competiria todos os dias, nossa, as competições que participei foram ótimas (Entrevista número 1).

Foto 16 – Professor-estagiário entregando a premiação aos participantes do projeto paradesporto natação IPA da travessia de Guaíba – RS (2008).



Registrado pelo autor, 2008.

Essa foto demonstra a alegria de dois participantes (Deficientes Visuais) do Projeto Paradesporto Natação IPA, ao receberem as suas premiações na travessia de natação, com o percurso de 500 metros, na cidade de Guaíba – RS (2008).

O Projeto Paradesporto Natação IPA proporciona momentos de lazer e de descontração; estes foram referidos como “eventos extras”. Um deles tem grande relevância na avaliação do comportamento dos participantes, pois o contexto do projeto tem como objetivo a melhora no condicionamento físico por meio da natação,

assim como a promoção de momentos de lazer. Os participantes podem, assim, ter contatos maiores, além da prática desportiva.

### **4.3 Relação dos participantes com as instituições parceiras e professores**

Conforme já citado no referencial teórico, o esporte adaptado no Brasil surgiu há mais de 45 anos, por intermédio de algumas entidades, com o objetivo de desenvolver o esporte para pessoas com deficiência. Em 1958, foi fundado o Clube do Otimismo, no Rio de Janeiro, seguido pelo Clube dos Paraplégicos de São Paulo, na cidade de São Paulo. Em 1959, aconteceu a primeira competição de atletas portadores de deficiência. Foi um jogo de basquete, em cadeira de rodas, que reuniu as equipes do Rio de Janeiro e São Paulo. Por meio do basquete, iniciou-se a prática esportiva para pessoas com deficiência. A partir desse passo, outras modalidades foram incorporadas.

A presente categoria trata das três modalidades paradesportivas pesquisadas, natação, basquetebol e futsal. Por meio dos relatos, compreendem-se os envolvimento dos participantes nos três projetos estudados na relação entre eles, consigo mesmos, com professores, com estagiários e com a comunidade da em geral. Neste capítulo, abordo as relações, assunto esse que foi alvo de muitas observações e entrevistas, pois os relatos que seguem concordam sobre o quanto as relações são importantes nas alterações que os participantes dos projeto apresentaram desde seu início até o término.

Quando se trata de um público tão específico como pessoas com deficiência, é essencial abordar as questões referentes ao estigma, de acordo com Glat (1998). Assim, ao se discutir a questão da integração dessas pessoas, é preciso ter em mente que elas constituem uma categoria socialmente construída de desvio (OMOTE, 1994). Logo, a sua situação é similar, em vários aspectos, à problemática enfrentada por outros grupos de pessoas estigmatizadas, como aidéticos, ex-presidiários, homossexuais, minorias raciais etc. Todos esses indivíduos, por uma razão ou outra, são afastados física ou moralmente do convívio cotidiano da sociedade, deixando de usufruir, conseqüentemente, das oportunidades.

Baseado nesse afastamento a que se refere Glat (1998, p. 20), os projetos em questão buscaram quebrar esses preconceitos tão arraigados em nossa sociedade, e, por meio da prática do esporte e da atividade física, fortalecer

internamente os nossos participantes para que eles entendessem esses processos internos e externos na experiência abertas às demais pessoas.

Dentro da “rede” de relações formadas durante o período de observações e análises dos referidos grupos, chamou minha atenção a relação próxima e “inspiradora” que a equipe de natação de atletas federados do IPA tinha com os participantes, pois se tratava de uma proximidade muito saudável.

Criaram-se amizades além do esporte, de ordem pessoal, o que favoreceu o reconhecimento desses indivíduos, sob a perspectiva de Honneth (2003). Quando perguntados sobre como avaliavam o fato de treinar no mesmo horário da equipe de natação competitiva do IPA, as respostas foram as seguintes:

Régis: É legal. Podemos observar os atletas. Aprendemos mais a cada treino. Quando chego mais cedo, sempre gosto de olhar eles nadando; depois vamos ter noções de ritmos de treinamento (Entrevista número 14).

Rogério: Acho muito bom; é motivante, até porque os atletas me incentivam muito (Entrevista número 5).

Sônia: Eu acho muito bom, porque nos motiva cada vez mais (Entrevista número 2).

Rafaela: Considero válido, pois permite uma integração importante e necessária entre atletas de alto rendimento e atletas com deficiência e enriquece o atleta com deficiência, que tem a oportunidade de observar a interação da equipe de alto rendimento com seu técnico, da mesma forma que toda a técnica e orientação utilizada nos treinamentos dos atletas de elite podem servir como base ao atleta portador de deficiência em seu treinamento. A oportunidade que tive de realizar a maior parte dos meus treinamentos junto à equipe de alto rendimento do IPA foi muito importante para os meus treinamentos e para o meu enriquecimento (Entrevista número 1).

Nos relatos, nota-se que os atletas federados da instituição serviam como uma motivação extra aos participantes do projeto, pois eram exemplos a serem seguidos, por suas condutas, suas determinações de ultrapassar barreiras impostas muitas vezes pelo técnico, transpondo os limites da natação nas relações entre os dois grupos, como citado anteriormente. Também pude observar que os atletas federados tiveram um acréscimo em sua humanização no que diz respeito à valorização das diferenças.

#### 4.4 Inclusão pelo esporte

Ribeiro (2001) argumenta que o esporte, por suas dimensões sociais, pode viabilizar uma ação inclusiva, considerando que as “[...] atividades esportivas fizeram e ainda fazem parte do processo de construção do homem no seu meio cultural” (RIBEIRO, 2001, p. 35). A busca pela inclusão por intermédio da prática da atividade esportiva torna importante que todos os envolvidos façam parte do objetivo da atividade. O autor ainda diz que:

A existência de objetivos pessoais que atendam as características, interesses ou, ainda, as necessidades individuais, tornará o esporte interessante para todos. O respeito às diferenças poderá gerar fontes de análises interessantes e complexas por parte de todos os presentes, criando momentos propícios para discussões sobre como lidamos com a diversidade e como tornar possível e produtiva, para ambos, esta convivência (RIBEIRO, 2001, p. 36).

Os profissionais que atuam diretamente com o esporte devem buscar, segundo Ribeiro (2001), sensibilizar pais, responsáveis, professores, alunos, esportistas, entre outros sobre a proposta inclusiva. Os envolvidos devem buscar informações além dos livros, ou seja, com as pessoas que estão envolvidas diretamente no trabalho de inclusão e, em especial, com o indivíduo que tem algum tipo de limitação, podendo ali encontrar respostas para várias questões.

Melhem (2004) contribui afirmando a importância do professor no processo de socialização desses indivíduos, no qual se cria ambiente para a aceitação, superação, inclusão, prazer e bem-estar.

Por meio de entrevistas dos participantes do projeto RS Paradesporto sobre o fato de ter havido alguma mudanças em suas vidas em termos de inclusão, obtive as seguintes respostas:

Roberto.: Conhecimento de novas amizades (Entrevista número 34).

A disponibilização do espaço físico para a convivência com pessoas deficientes ou não, fora da área familiar, é uma das vantagens da prática esportiva em quaisquer circunstâncias. É sabido que o esporte é um potente integrador por si

só, fazendo com que a motivação dos alunos/atletas seja potencializada. Podemos ilustrar com a fala do Airton, que diz:

Eu me sinto muito mais motivada e feliz com a minha vida, pois me sinto muito realizada em jogar basquete e também muito útil” (Entrevista número 37).

E, ainda, na fala do Alex:

“Disposição, vontade de aprender jogar e praticar futsal” (Entrevista número 25).

A noção de desafio que caminha junto com a motivação é um fator importantíssimo para o sucesso do trabalho, além da convivência social, a disponibilização de um espaço social. Sobre o treinamento, João Claudio afirma:

É a primeira vez que participo de uma atividade esportiva. Treinar para depois competir é um desafio para mim. Já também a questão da autoestima. O convívio com outras pessoas deficientes, ou com algum outro problema, é também de suma importância, porque me possibilitou troca de experiências. Venho fazendo, há alguns anos, parte de projetos de inclusão social, mas tudo isso é novidade para mim (Entrevista número 42).

As vivências e troca de experiências são bem evidenciadas na fala de Ricardo:

Eu pude conhecer outras pessoas com deficiência que também são atletas ou estão se habituando a prática do basquete, pois nunca tinha tido contato com essa modalidade (Entrevista número 39).

E ainda a inserção em outros projetos paradesportivos, assim como o relato de Rodrigo:

Estou inserido num projeto chamado Rumo Norte, mas este projeto de futsal da ACERGS é muito bom. (Entrevista número 29).

A superação de barreiras, novamente, surge como a quebra de um paradigma de estigmatização, como relata Rafaela:

No momento em que o atleta passa a apresentar bom desempenho nos treinamentos, passa também a ser visto com mais respeito por aqueles não portadores de deficiência, proporcionando a inclusão. Assim, também melhorando sua condição física através dos treinos, o atleta sente-se melhor, mais feliz, facilitando também a inclusão (Entrevista número 1).

Todas essas questões favoráveis do esporte adaptado remetem diretamente aos estudos de Maturana (2001, p. 25), que dizem que: [...] “a aceitação do outro como um legítimo outro na convivência, é uma condição necessária para o desenvolvimento físico, comportamental, psíquico, social e espiritual”.

A teoria do reconhecimento de Honneth (2003) aborda essa relação de aceitação através do outro e é extremamente importante a convivência em um grupo social, no qual laços de amizade se formam para que os indivíduos se reconheçam através do outro. Como consequência disso, teremos um aumento na autoestima. O caminho para o reconhecimento é feito de etapas, e a do amor (a primeira) foi alcançada com sucesso conforme os relatos vistos.

Tendo em vista os relatos obtidos por meio de observações, em especial na categoria de estudos que aborda os eventos extras, acredito que seria de grande relevância considerar as questões ligadas à aceitação e à autoestima. Obtive os seguintes relatos:

Julio: Sim, houve boas mudanças (Entrevista número 33).

Raquel: Apesar de estar no projeto há pouco tempo a diferença foi muita; estou muito bem comigo mesma, minha autoestima aumentou 100% (Entrevista número 13).

Valdir: Amizade, integração, apoio de outros amigos. Disciplina de treinamento e trabalho de equipe (Entrevista número 24).

Eduardo: Sim, pude ver como é a vida de um atleta de natação e me integrar com os mesmos (Entrevista número 31).

Marcelo: Sim, bastante. Com professores e colegas (Entrevista número 43).

Giovani: Sim. Fiquei mais calmo, aprendi a ter mais paciência com os outros e a me concentrar mais nas minhas atividades. Esse projeto, assim como os outros que já participei, está mudando a minha vida. Agradeço sempre em nome de todas as pessoas com deficiência. (Entrevista número 35).



Luiz Carlos: O atleta com deficiência, que se engaja com seriedade num projeto como este e mostra bons resultados, ganha o respeito e a admiração das pessoas, sendo uma das melhores e mais fáceis formas de fazer inclusão e integração social (Entrevista número 32).

A autoestima é um dos primeiros sentimentos que se perde com a deficiência, principalmente pela estigmatização desses indivíduos. Sendo assim, a recuperação da autoestima é um fator importante na vida desses sujeitos. Além disso, questões específicas e individuais apareceram por meio de observações que relato a seguir e que demonstram a evolução sobre as deficiências:

A fonoaudióloga que atende o aluno Régis relatou à professora que ele obteve grandes progressos em relação à fala. (Observação número 22)

Outro relato também importante foi que:

A aluna encontrou um amigo na rua, que não encontrava há algum tempo, e ele perguntou o que ela estava fazendo, pois estava caminhando melhor, com maior equilíbrio”. Após o término da aula, os alunos se retiraram e foram para os vestiários; eles têm autonomia e não precisam de acompanhantes. Depois do banho, voltaram para a borda da piscina para se despedirem da professora e foram embora parecendo muito felizes. (Observação número 18)

A superação de barreiras é muito importante para estruturação da autoestima desses indivíduos. Por intermédio dela, eles constroem uma atitude de respeito próprio, pois, ao praticarem uma atividade física com objetivo inclusivo, além de estarem amenizando os problemas físicos e de saúde, estarão criando estratégias para a superação de barreiras, construindo atitudes de respeito próprio, aceitação e solidariedade, conforme afirmações de Melhem (2004).

As relações com comunidade em geral, ocorriam de maneira bastante intensa, incluindo estagiários, professores, secretária, funcionários da limpeza, etc, como os relatos a seguir demonstram:

Após as atividades, os alunos saíram da piscina. A professora Cristina ajudou o colega Celso a subir pela escada; ele saiu sozinho, e Denis também subiu a escada sozinho. Eles se dirigiram para os vestiários, e, após o banho, voltaram para a borda da piscina e

conversaram com a professora; depois se despediram e foram embora. Foi bastante interessante, no final da aula, no momento em que os alunos voltaram para se despedir da professora, quando eles começaram a conversar com o auxiliar técnico da equipe principal com muito carinho e intimidade, falando de vários assuntos, e, principalmente, Denis se mostrou muito à vontade, conversando sobre futebol, meninas e festinhas. O ambiente em que as pessoas com deficiência estão realizando suas atividades realmente é acolhedor. (Observação número 23)

Goffman (1988) afirma que os indivíduos que vivem em grupo com os estigmatizados são pessoas situadas em uma posição semelhante, já que o que um indivíduo é, ou poderia ser, deriva do lugar que ocupam os seus iguais na estrutura social.

Houve situações em que os estagiários e os professores faziam o papel de “psicólogos”, pois, por vezes, alguns participantes dos projetos acabavam por ter uma relação maior, que ia além das atividades esportivas desenvolvidas, especialmente nas questões de relacionamentos pessoais. Esse fato é comprovado na observação de outro aluno, Regis, que já é atleta e já participou de competições no ano de 2008, 2009 feita em um dia um pouco diferente. Trata-se de um jovem de 18 anos que, aos dois anos sofreu intervenção cirúrgica para amputar parte do pé esquerdo e alguns dedos da mão direita, por motivo de doença. Esses dados foram obtidos em conversa com o próprio Regis, comprovando as aproximações que ocorriam extra PPN:

Durante a aula, o aluno se mostrou um pouco inquieto, mas realizou as atividades propostas pela estagiária Neiva. Na parte final do treino, que foram os “tiros” para tempo, ele ficou um pouco desapontado com os tempos, queria ter feito um tempo mais baixo, mas não conseguiu. A professora conversou com ele e disse que ele deveria se concentrar mais nos exercícios e comparecer a todos, e com vontade de treinar, para melhorar seu desempenho. Ela parecia um pouco desapontada, pois o aluno havia faltado alguns dias seguidos. Mas ele não se mostrou muito empolgado. Depois de tomar banho, o atleta ainda conversou um pouco com a professora sobre outros assuntos, como festas e meninas e sobre seu time do coração, que é o Grêmio, do qual fala o tempo todo. (Observação número 24)

Dentro dessa rede de relações, notava-se que os participantes, em sua maioria, eram pessoas que tinham relacionamentos fortalecidos pelo fato de se sentirem importantes dentro dos projetos. A partir do momento em que o indivíduo

se aceita, ele aceita o outro, reconhece-se e é reconhecido, sente-se possuidor de direitos e deveres, o que favorece a construção do seu reconhecimento social, evoluindo, assim, para a última parte da teoria do reconhecimento de Honneth (2003), em que o indivíduo se sente pertencente daquele grupo social no qual se sente valorizado.

Em certa ocasião, quando cheguei, logo vi a aluna Raquel sentada sozinha na arquibancada e fui conversar com ela, já que ainda havia tempo antes de começar a aula. A aluna foi simpática e carinhosa; conversamos sobre vários assuntos. Fiquei feliz em conseguir entender quase tudo o que ela falou. Foram poucas as vezes em que ela teve que repetir algo. Contou-me que pega dois ônibus para ir ao IPA nadar e que mora perto do Estádio Olímpico. Falou, com muita alegria, sobre sua maior independência, conseguir se deslocar sozinha.

Durante a aula, percebi que a Raquel estava sempre procurando a atenção da estagiária. Depois de realizar algum exercício, olhava para a acadêmica procurando um olhar de aprovação sobre a atividade realizada. E, mesmo que a aluna não tivesse realizado, por exemplo, um exercício de rotina na ordem, a estagiária não a advertia, mas, sim, incentiva-a a realizar o exercício que ela havia “pulado”. A instrutora comentou:

Faço o possível para deixar os alunos mais à vontade, mesmo que tenham exercícios já programados para realizar, pois sinto que eles precisam desse tempo de autonomia. Um tempo maior de aprendizagem e descoberta de suas possibilidades (Entrevista número 44)

Em relação ao participante Gustavo, é interessante relatar que ele é muito espontâneo em suas ações e que sempre busca realizar novos desafios. Quando ele me chamou para explicar o que lhe havia acontecido durante a execução da atividade, fiquei surpreso, pois me contou que o que ocorrera havia sido uma câimbra e ainda me explicou o que era uma câimbra.

Na sequência, faço uma observação relativa à questão motivacional a partir de um relato do atleta Gustavo:

aparenta estar um pouco distante e não muito motivado a praticar a natação competitiva. Acredito que um grande motivo de ele estar um pouco desmotivado é porque ainda não participou de nenhuma competição este ano, pois o projeto passou por mudanças que acabaram por afetar alguns atletas que já participavam do PPN IPA, o que resultou em algumas desistências.(Observação número 25)

Em mais um dia de observação das relações dos participantes do projeto com as mais diversificadas pessoas, notei que, quando a participante Fernanda chegou, às 15h25min na piscina, ela se sentou na arquibancada e aguardou para poder cumprimentar a instrutora que estava conversando com a coordenadora do projeto. Nesse momento, uma acadêmica do curso de nutrição do IPA chegou para conversar com os alunos do projeto que também fizeram parte do estudo que ela realizara na construção do seu trabalho de conclusão de curso. Depois de conversarem, os alunos dirigiram-se ao vestiário e, depois, retornaram à piscina para realizarem a aula. Pelo tempo de observação, pude perceber algumas características dessas pessoas, as quais relato a seguir:

Fernanda pareceu ser muito calma; é independente nas atividades que tem para fazer dentro do IPA; é um pouco tímida e tem um pouco de vergonha da sua fala. Conversando com ela, descobri que, antes de começar na natação do IPA, ela não saía de casa sem acompanhante. É decidida, quer trabalhar e está estudando para isso. Possui dificuldades financeiras. A instrutora relatou que observara que aluna usava roupas mais velhas e gastas, então resolveu conversar com ela que disse não ter problema algum em ganhar roupas usadas. A instrutora então levou muitas roupas dela mesma para Fernanda.(Observação número 26)

Sobre outro participante, Celso, observei que ele tem um relacionamento muito saudável com todos, em especial com os atletas da equipe de natação federada do IPA e com o técnico dessa equipe. Parece ser muito agitado, e realmente é. Conversa com todos, é simpático e geralmente chega atrasado à aula, mas sempre com disposição. Devido ao fato de a equipe treinar no mesmo horário em que pratica a natação, essa proximidade tornou-se mais fácil e de grande valia, pois eles são grandes incentivadores desses novos esportistas. (Observação número 26)

O aluno Rogério é bastante centrado em suas atividades. Em uma conversa paralela, perguntei o que havia acontecido com a sua visão, e ele contou que:

Aos 26 anos, aconteceu o descolamento de uma das suas retinas e, com o passar dos anos, foi perdendo a visão do outro olho. Ele consegue se deslocar sem bengala, pois ainda enxerga vultos e um pouco de luz. Com essa deficiência, o aluno procurou se especializar em uma profissão que não exigisse tanto da sua visão e então resolveu estudar massoterapia, e atua, hoje, como massoterapeuta. Ele também reluta em aceitar a questão da falta de visão e às vezes se contradiz, falando que ainda consegue ver bem. Está iniciando aula de braile. (Observação número 26)

Nas conversas informais, percebe-se que os participantes estão muito felizes por fazer parte desses grupos que desenvolvem atividades esportivas. No dia em que o participante Alexandre esqueceu sua toalha, nós ficamos conversando durante uns 30 minutos, o que foi muito produtivo para a pesquisa. O aluno conversa bastante, é extrovertido e simpático. Nessa conversa, soube que ele é acadêmico do IPA, do curso de Publicidade e Propaganda. Conheceu projeto paradesporto natação do IPA no ano de 2006, pois ligou para Brasília, incentivado pela namorada, querendo saber onde havia um local para nadar em Porto Alegre. O projeto paradesporto natação do IPA foi indicado. Alexandre foi atrás, começou a nadar e a treinar pelo IPA e, no mesmo ano, 2006, o atleta participou de importantes competições de âmbito nacional representando a instituição. Ele diz que:

Precisa treinar muito, pois sua categoria é uma das mais disputadas, e, como exemplo, cita o atleta André Brasil, grande recordista de medalhas em competições nacionais e internacionais. (entrevista número 8)

Percebi que Alexandre está um pouco desmotivado com a vida de atleta, acredito que por não ter participado de nenhuma competição este ano, já que é difícil treinar sem um objetivo maior – a competição, a busca por melhores resultados.

Em certa ocasião, além de observar os participantes do projeto, pude conversar um pouco com um deles e realmente me inserir em seu meio, o que é importante para a pesquisa, conforme orienta Stigger (2002), ao dizer que o trabalho do investigador em etnografia desenvolve-se em um processo de imersão na cultura estudada. Trata-se de um exercício contínuo para se entender a complexidade da realidade, favorecendo a interpretação das significações que os indivíduos do grupo em estudo atribuem aos seus comportamentos. O processo de significação é

sempre respectivo ao processo de culturalização específica de determinado grupo.

Dentro da proposta de vivenciar os referidos grupos do em atividades extraprojeto, foi realizado um encerramento de ano, proposto pelos próprios integrantes da atividade de natação e futsal, para comemorar o ano de 2009. Isso parece ter sido muito interessante e produtivo para todos, pois, nesse dia, todos se reuniram na sala de ginástica do prédio G (o mesmo prédio da piscina) para facilitar o acesso deles ao local. A proposta era confraternizar com salgados, doces e refrigerantes, e cada um deveria trazer a sua parte, além de um presente para o amigo secreto, que tinha sido sorteado na semana anterior. Iniciada a festa, parecia bastante clara a satisfação do grupo: participantes, professores, estagiários, nutricionista e eu. O clima estava muito animado, e, naquele momento, pude observar que, verdadeiramente, havia se formado um grupo. Todos comeram e beberam em meio a brincadeiras e muita diversão. Logo após, iniciou-se o amigo secreto, com a entrega dos presentes. Cada participante falava algumas palavras sobre como havia sido o ano em termos de participação nos dois projetos. Foi então que as lágrimas vieram à tona em vários participantes, pois os relatos eram muito parecidos:

Este projeto deu uma nova visão da vida, pela nossa valorização (sociedade) em relação à exclusão em que muitos se sentiam até então; o treinamento da natação e do futsal, que estavam sendo feitos, mexeram e muito com a autoestima dos participantes, sendo consenso do grupo". O participante Rogério relatou que, antes da perda da visão, era uma pessoa muito prepotente e que tinha uma visão da vida muito superficial e fútil. Quando ocorreu o acidente que lhe deixou com deficiência visual quase que total, mudou muito seus conceitos e começou a valorizar pequenas coisas que antes passavam despercebidas e, em especial, começou a entender o significado de sentimentos como a humildade e a supervalorizar os verdadeiros amigos. (entrevista número 5)

No final, a participante Fernanda entregou uma "lembrança" para todos os participantes do amigo secreto, que ela própria produzira, dizendo:

Eu gostaria de agradecer pelo companheirismo de todos; falou que se sentia muito fortalecida por participar de um projeto com colegas e professores tão especiais (Observação número 26).

A partir das entrevistas e observações apresentados nesta categoria de análise ficou clara a melhoria nas relações e nas motivações apresentadas pelos participantes dos projetos que trabalham as modalidades natação, futsal e basquetebol.

#### **4.5 A relação dos participantes com a família**

No material coletado, que tem como base o grupo da ACERGS de praticantes de futsal para cegos, verificou-se uma série de recorrências relativas às questões de iniciação no esporte adaptado, bem como as circunstâncias de aquisição da cegueira e o apoio fundamental da família para a permanência dos portadores dessa deficiência no paradesporto.

A passagem pelo Colégio Santa Luzia, antes do ingresso na ACERGS, foi um fator que perpassou a carreira de todos os informantes, conforme indica a fala do paratleta Joel:

Estudei no Santa Luzia, no primeiro grau, e fiz o segundo fora. Depois, eu descobri a ACERGS e montamos um grupo de deficientes visuais e viemos pra cá e fizemos o esporte como competição. (Entrevista número 17)

Para o paratleta Igor, a passagem pelo Santa Luzia foi fundamental, pois a família morava no interior e veio para Porto Alegre em busca de uma escola que desse suporte ao filho recém portador de cegueira, conforme o relato:

A gente veio. Eu e minha família viemos morar em Porto Alegre para que eu pudesse estudar no Santa Luzia, que tem uma estrutura toda adaptada e é a que tem o melhor colégio do estado, e aí eu comecei a estudar com nove anos. (Entrevista número 19)

Do começo dos estudos no Colégio Santa Luzia até o início das atividades de futsal na ACERGS, existe um personagem decisivo na vida dos portadores de necessidades especiais afetados pela cegueira: Adolfo Camerim Teixeira de Oliveira, o professor Dodô, 71 anos. Apesar de trabalhar voluntariamente há muitos anos com a ACERGS, Dodô é formalmente vinculado ao Instituto Santa Luzia, do qual faz parte o colégio no qual ele é professor de Educação Física. Falar de atividades esportivas para cegos, no Rio Grande do Sul, implica associar o nome

desse professor, que se dedica até hoje a trabalhar com esse segmento de atletas, como relata o paratleta Igor:

O Dodô criou um time de futsal lá, que a ideia era colocar para disputar campeonato, treinar tudo, mas não saiu do treinamento. Tinha vários guris mais velhos, e o Dodô me chamou; eu tinha uns 13 anos e me lembro que ele conversou com a diretora para me liberar para os treinos, pois tinha aula à tarde, e aí a professora me liberou. (Entrevista número 19)

As referências feitas ao Colégio Santa Luzia e ao professor Dodô não se limitam apenas ao futsal, conforme relata o paratleta José Luiz. O incentivo da escola nas outras modalidades também é importante:

Estudei no Santa Luzia primeiro; lá nós tínhamos um professor de educação física e nós tínhamos vários tipos de esporte, como, por exemplo: atletismo, que eu fui campeão (Entrevista número 28)

O vínculo do referido professor com a ACERGS diz respeito apenas à promoção do esporte para portadores de necessidades especiais. Existe uma grande dificuldade de captação de atletas para as atividades paradesportivas e, no futsal para cegos, não é diferente. Nos últimos anos, o maior fornecedor e incentivador de esporte adaptado e de atletas para a ACERGS é o colégio Santa Luzia, por intermédio do professor Dodô.

A maioria do grupo que hoje pratica futsal para cegos representando a ACERGS é oriunda do Instituto Santa Luzia, onde iniciaram suas atividades, o que faz dessa escola uma referência, conforme comenta o paratleta Ivan:

O meu amigo André falava que eu tinha que ir para a ACERGS e falava para os caras que o Santa Luzia tinha um time bom, e aí o pessoal da ACERGS veio conversar com o Dodô e ele falou bem de mim, e aí fui treinar na ACRGS. Foi muito legal (entrevista número 20).

Uma outra questão importante que perpassa os dados pesquisados é que todos os atletas entrevistados nasceram com visão normal e, depois de determinado período, perderam-na.



Foram vários os fatores e acidentes que tornaram os atletas cegos e, em todos os casos, houve mudanças radicais em suas vidas, conforme declara o paratleta Joel:

Entre o primeiro ano até o quarto ano eu tinha visão normal; dos 4 aos 16, eu fiquei com 5% da visão e, aos 16, minha mãe procurou um médico que diagnosticou o problema, e, aos 17, fiquei completamente cego.(Entrevista número 17)

O caso que mais chamou a atenção foi o da história do paratleta Paulo Roberto, que, ao sofrer um acidente quando voltava de uma festa no interior, perdeu a visão, enquanto os amigos que estavam com ele sofreram apenas lesões leves, conforme relata o atleta:

Sofri um acidente de carro aos 16 anos; aí eu vim para São Leopoldo. Eu tava com meus amigos; os outros quebraram pernas e braços, mas tudo recuperável. Para mim, foi um processo muito complicado, muito difícil, fiquei muito revoltado. Pensei em até fazer besteira. Cara, imagina tu com 16 anos, adolescente, naquela fase de começar a namorar, uma série de coisas, e aí daqui há pouco tu fica cego.(Entrevista número 30)

No caso de Paulo Roberto, a cegueira agiu diretamente na sua autoestima, fazendo com ela diminuísse significativamente, e ele mesmo criou seu estigma.

A aquisição da cegueira, quando criança, é um fato decorrente entre os praticantes de futsal para cegos, conforme relata o paratleta Luiz Fernando:

Fiquei cego devagarzinho, dos 3 aos 7 anos, um acidente numa batida leve no olho direito com um cabo de uma faca. A princípio era só uma batida; fui ao médico e estava tudo controlado. Dos 3 ao 7, eu comecei a perder a visão devagar, não notada pela minha família. Daí, fomos ver, e eu tinha perdido a visão, quando num Natal, foi jogada a bola para longe e minha irmã reparou que eu não tinha visão. (Entrevista número 22)

Verificam-se, entre os entrevistados, pessoas que vieram de uma classe social pouco favorecida, mas que tiveram na família seu maior e fundamental apoio. Nessa perspectiva, conseguiram vencer a problemática da deficiência pelo empenho familiar. O depoimento do paratleta Leonardo mostra isso:

Pelo apoio que recebi da minha família, consegui transformar a deficiência não em problema, mas em solução. Descobri que a deficiência não é incapacidade, e sim um problema a ser superado. Hoje, sou casado e tenho uma filha de oito anos, que me dão muito apoio para eu continuar trabalhando e treinando futsal. (Entrevista número 27)

Após a chegada no grupo de atividades esportivas, o segmento mais importante para a manutenção dos atletas na atividade é o apoio da família. Hoje, família já não é apenas pai, mãe, esposa, marido ou filhos; existe todo um arranjo social complexo em torno da noção de família. Às vezes, dois casamentos fazem com que a família aumente, e, outras vezes, um relacionamento com uma pessoa que já traz um filho de uma relação anterior, ou até mesmo a perda de um parente, podem fazer o núcleo familiar modificar-se. A citação do paratleta Vitor ilustra essa questão:

Como a minha mãe é falecida, eu sempre morei com a minha tia, desde pequeno. Foi ela que me ajudou quando eu perdi a visão; eu sempre gostei de morar com ela. Meu irmão também. Tenho cinco irmãos, mas conosco moram apenas dois. Tenho contato com os outros, mas, infelizmente, há pouco, um deles faleceu. (Entrevista número 23)

Com essa citação, é possível perceber o quanto a família, no caso específico, a tia foi importante para esse paratleta, que além de criá-lo e de ajudá-lo, certamente o incentivou muito para superar as dificuldades. No depoimento do paratleta, nota-se uma forte carga afetiva entre ele e a tia.

Com olhar nessas questões, pode-se refletir sobre o que pensam os paratletas sobre suas famílias, bem como a importância dessa instituição em suas vidas, visando à sua permanência na prática do esporte. O papel deles dentro da família é diversificado, como não poderia deixar de ser. Alguns, casados, levam suas vidas normalmente como qualquer pessoa. Outros, ainda mais jovens e solteiros, moram com os pais ou com algum outro familiar, conforme o exemplo anterior. Algumas citações do atleta Bruno ilustram bem esse contexto de inserção social diversificado:

Minha vida é normal. Saio pela manhã e trabalho o dia inteiro. Chego em casa, converso com a família, escuto TV, escuto o jogo de futebol quando tem. No final de semana, adoro fazer um churrasco com os familiares e amigos; gosto também de ir ao jogo do Inter nos finais de semana. E sábado, jogar bola na ACERGS com os amigos. Gosto muito também de sair para dançar com a esposa e de jantar fora com ela. (Entrevista número 26)

Em outra perspectiva, há paratletas em situação financeira e social confortável, conforme relata o paratleta Robson:

Sou casado há cinco anos. Minha esposa é tudo para mim, e gosta e me incentiva muito nos treinos. Estamos pensando em ter filho, talvez daqui a um ano venha nosso primeiro filho. Sou super feliz, pois tenho uma vida bastante independente em todos os sentidos, tenho meu emprego, família, casa própria; sou financeiramente independente. (Entrevista número 21)

Podem-se citar também casos de atletas mais jovens, que ainda não trabalham, mas estudam, e levam suas vidas normalmente. Nesses casos, a importância da família não é menor, conforme exemplo do paratleta Lucas:

De manhã eu levanto, tomo banho, café e vou para o colégio. Lá, faço provas, trabalhos, e, no recreio, fico sentado no pátio conversando com os amigos. No final da aula, minha mãe vai me buscar. Quando chego em casa, minha mãe já fez o almoço, então almoço e vou escutar rádio. (Entrevista número 16)

Um número significativo do grupo analisado dos paratletas é casado e com família constituída. Muitos deles são casados com mulheres sem deficiência alguma, e essa situação pode trazer consequências. Quando ocorre uma união entre duas pessoas, o contexto familiar acaba influenciando nas ações, pois, socialmente, é ideal que ocorra uma boa relação entre a família primária da mulher e a família primária do homem. Sabe-se, no entanto, que isso nem sempre ocorre. Mas, no caso em que a filha se casa com um deficiente visual, como os pais da mulher se

comportam? Será que ocorre preconceito? O Caso do paratleta Renato contextualiza a situação:

Cara, enfim, a questão minha e do meu sogro é complicada, a gente não se dá até hoje. A relação de minha esposa com ele também é complicada. Acho que não é apenas porque ela casou comigo, que sou deficiente visual, mas, com certeza, agravou um pouco mais. Mas foi bem complicado; ele nunca aceitou. (Entrevista número 31)

Nota-se, aí, uma questão familiar difícil para qualquer pessoa, e no caso do deficiente visual, mais complicada ainda, pois entra o preconceito, e isso pode acabar por suscitar questões emocionais no deficiente, como a baixa autoestima. No caso específico, isso não ocorreu, pois o paratleta Renato demonstra conseguir lidar bem com a questão, conforme consta na citação abaixo:

Mas, eu me sinto tranquilo; eu sempre falava para ela que, desde que ele não venha nos incomodar em nossa casa, por mim, tranquilo. Ele fica na dele; eu fico na minha. Mas a mãe dela, a gente se dá muito bem, nos visita, a gente visita ela também, claro, quando meu sogro não está em casa, mas a gente se dá super bem, meu cunhado... nos damos super bem também. (Entrevista número 31)

É possível notar a importância do contexto familiar na estabilidade emocional dos atletas. A atitude do pai da esposa do paratleta Renato revela a forte carga de preconceito que ainda ocorre nesse contexto, embora minimizada pelo apoio – ainda que não declarado – dos demais familiares.

Uma outra questão importante a se ressaltar, é o apoio que esse mesmo paratleta tem de sua família primária, que o sustenta e lhe dá confiança, conforme relata:

Meus pais hoje têm orgulho de mim. Sempre tiveram, mas, depois que eu comecei a sair mais e me envolver com o futebol, eu demonstrei que consegui dar a volta por cima e estar onde eu estou hoje. Uma vez por ano, sempre vou visitá-los, e eles vêm para cá também; falo com eles por telefone toda a semana. Nossa relação é ótima. (Entrevista número 31)

Veja-se o quanto o apoio da família é importante, e o quanto, no caso desse paratleta, o futsal teve influência marcante até mesmo na relação com sua família. Esse reconhecimento familiar se faz importante e necessário para a sua estabilidade emocional.

Mais uma vez, a teoria de reconhecimento de Honneth (2003) deve ser abordada, já que a família representa os laços primários de um indivíduo, e é nela que ele pode encontrar a aceitação de si próprio em relação à família. São os laços afetivos familiares que proporcionam essa aceitação, que traz motivação e aumento da estima desses indivíduos. Acarreta, também, a estruturação dele na sociedade em que vive, seja familiar ou social, construindo uma característica de ser social em que é possuidor de direitos e deveres. Assim, progredindo para uma segunda etapa de reconhecimento, segundo a teoria de Honneth (2003), vem a etapa do direito, na qual o indivíduo se aceita e aceita o outro e conscientiza-se de que é possuidor de direitos e deveres na sociedade na qual está inserido. Tentar-se-á, a partir daí, que o reconhecimento desse indivíduo evolua para um ser social, possuindo uma estima social, um valor dentro daquele grupo. Para que isso aconteça, ele deve aceitar e ser aceito pelo grupo sejam familiares ou colegas de modalidade esportiva, e, a partir do momento em que ele adquire esse valor social, seu reconhecimento social está garantido. Isso o torna um ser aceito, com uma estima elevada e pertencente a um grupo social.

Observa-se, em quase todos os jogos e apresentações da equipe da ACERGS que ocorrem no Estado do Rio Grande do Sul, a presença grande e motivadora da família dos paratletas. Isso, para eles, é sempre um motivo de incentivo, de alegria e mais uma marca de quanto essas redes de apoio familiar são fundamentais na vida dessas pessoas, como se pode observar no trecho a seguir, oriundo do diário de campo etnográfico:

Clima tranquilo entre os atletas em relação ao jogo, mas agitado devido ao movimento do evento externo, e também dos próprios familiares que compareceram em peso para assistir à final. As equipes se preparando. A participação de familiares em volta da quadra, incentivando a prática do futsal é enorme. Os paratletas parecem influenciados pela presença da família. Observa-se que o prazer do ganhar, do querer ganhar e de estar junto é muito importante. (Observação número 42)

Foto 17 - Apresentação da equipe antes do jogo, contando com a presença de torcida e familiares.



Registrado pelo autor, 2009

É importante relatar que, em momento algum, as pessoas solicitadas para entrevistas do grupo de futsal da ACERGS se negaram a conversar comigo ou reclamaram por serem chamadas para essa tarefa; isso demonstra uma predisposição em ajudar e, sem dificuldades, falar da sua trajetória, o que facilitou a realização desta etapa da pesquisa.

Em síntese, uma análise da trajetória de alguns dos atletas de uma equipe vitoriosa de paradesporto no Brasil (a equipe da ACERGS foi campeã brasileira de futsal adaptado em 2008) evidencia alguns elementos que ajudam a compreendê-la em sua dimensão de fato social. Em primeiro lugar, destaca-se a existência de uma instituição para a qual se dirigem os futuros quadros desta prática esportiva, no caso, o tradicional Instituto Santa Luzia, fundado em 1941, e para o qual se dirigem pessoas portadoras de deficiência visual de todo o Rio Grande do Sul e mesmo de outros estados. Em segundo lugar, destaca-se a atuação singular do professor Dodô, que não possui deficiência visual, mas que organiza, na condição de professor de educação física daquela instituição de ensino, a prática do futsal

adaptado escolar e, como voluntário na ACERGS, a prática desse esporte em nível de alto rendimento. É difícil conceber o futsal adaptado profissional no estado do Rio Grande do Sul sem a iniciativa e a determinação desse profissional. Em terceiro lugar, destaca-se, nos relatos dos informantes, o papel fundamental da família, não apenas apoiando materialmente a trajetória dos atletas, mas aprovando e valorizando essa atividade. Um concurso de vetores relativamente frágeis, mas que tem sido bem-sucedido até o momento.

#### **4.7 Esporte adaptado, rendimento, saúde ou participação?**

O esporte vem a servir como meio de promoção da eficiência do deficiente na sociedade (Araújo, 1997). Novas possibilidades surgiram por meio do esporte que não somente o reabilitar sem funcionalidade.

A relação do esporte adaptado, como promotor da inclusão social, e o esporte adaptado de alto rendimento se torna conflituosa, uma vez que, quando se lida com resultados, acaba-se por selecionar alguns entre muitos, o que vai contra os princípios da inclusão. Embora o esporte adaptado ou atividade física adaptada tenha a proposta de promover modificações no estilo de vida de pessoas com deficiência, o esporte adaptado de alto rendimento promove, inevitavelmente, uma discussão na área da educação física. Pensa-se muito na saúde mental dos deficientes que realizam o esporte competitivo, inclusive de espectadores e torcedores. Contudo, a paraolimpíada apresenta, aparentemente, uma conclusão positiva da participação dos atletas. E, apesar de parecer válido o questionamento quanto à elitização no processo competitivo do esporte adaptado de alto rendimento, o que em um primeiro momento parece reduzir o número de pessoas positivamente influenciadas pelo esporte, já que somente os vencedores comemoram, o mesmo esporte transforma deficientes físicos em atletas que servem de exemplo para outros tantos deficientes físicos que os acompanham como meros espectadores; no entanto, geram uma expectativa de vida positiva para seus futuros.

Relata o atleta Eugênio:

Eu quero é competir e ganhar medalhas. Esse é o meu sonho, sempre foi mesmo antes de iniciar no basquete para cadeirantes. E meu sonho é estar em 2014 vendo o negócio das olimpíadas; eu queria estar em Madri. (Entrevista número 44)

A fala de Alberto deixa clara a determinação do atleta para com o esporte e, a partir desse sentimento, percebe-se o quanto a prática do esporte lhe possibilitou a inserção e participação em outro meio com o qual, até então, ele somente sonhara como espectador e, como praticante, esse sonho tornara-se um objetivo a longo prazo. Durante a entrevista, quando disse ser um sonho, mesmo antes de praticar a modalidade natação, surgiu a dúvida se a vontade de praticar tal esporte surgira com o aparecimento da deficiência ou antes.

Gustavo conta:

Tenho 22 anos. Primeiramente, eu tive uma infecção com um ano e meio de idade; daí era um princípio de isquemia aguda que atacou as extremidades do corpo; eu tive amputações no tornozelo esquerdo e na ponta dos dedos do pé direito e nas mãos em alguns dedos, e com isso eu fui parar no hospital. Aos 2 anos, minha mãe me colocou na natação por acreditar ser uma atividade mais completa. Nadei sempre por brincadeira, até meus 18 anos, quando minha namorada, na época, me perguntou por que não levar a natação a sério. E, desde então, quando comecei não parei mais. (Entrevista número 12)

E também na fala de Pedro quando diz:

Quando estou competindo, o atleta fala pra mim que está no esporte porque me assistiu pela televisão e que gostou tanto da minha entrevista na matéria que decidiu tentar ser atleta. E hoje eu enfrento várias pessoas com deficiência, cada uma com seu grau de deficiência, sendo atleta e muito feliz da vida". (Entrevista número 36)

A família possui uma influência decisiva, tanto no ingresso quanto na permanência da criança no esporte adaptado (PALLA, 2001). Os filhos com deficiência física que praticam esporte adaptado são um orgulho para maioria de seus pais. É a aceitação da deficiência por meio do esporte, tanto para os atletas quanto para os pais. É interessante pensar nessa relação, em que pais têm que lidar com mais uma competição, que é o esporte adaptado de alto rendimento, além da vida de seus filhos, que pode ser representada por uma competição diária. A cidadania é um conceito que começa a fazer parte da vida da pessoa com



deficiência quando ela começa a ter sucesso no esporte, quando representa uma instituição de filiação, como clube, universidade, associação, ou mesmo, sua cidade ou país.

Contudo, alguns pais apresentam a problemática de aceitação da participação de seus filhos no esporte, acreditando que essa prática trará ainda mais decepções e será mais uma barreira ser batida. Sherrill (1998) comenta que a rejeição no meio esportivo, entre os participantes, é um fator por vezes decisivo na proibição por parte dos pais de filhos com deficiência. O fato de se lidar com um estigma fisicamente negativo leva a família a refletir se o esporte competitivo fará bem ou se trará consequências psicológicas maléficas aos seus entes deficientes.

A fala de Pedro retrata a realidade quanto à resistência familiar ao esporte competitivo quando questionado sobre a participação em seu primeiro campeonato:

Já participei do campeonato brasileiro em Curitiba neste ano. Foi bom; foi meu primeiro campeonato, porque vai fazer um mês que estou aqui e foi muito bom pra mim. Foi a primeira vez que viajei para fora sozinho, pois, até começar com o basquete, no máximo, minha mãe deixava eu jogar bola na frente de casa com amigos, mas, aos poucos, ela vai aceitando. (Entrevista número 36)

O professor é responsável pela adaptação do aluno, conforme Melhem (2004). Cabe a ele fazer com que o grupo interaja sem discriminação, incluindo todos os sujeitos, sejam eles deficientes ou não. Melhem (2004 p.26) ainda afirma que a participação de portadores de deficiências físicas nas atividades “pode trazer muitos benefícios a eles, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades afetivas, de integração e inserção social.”

Para Melhem (2004 p.27), é possível integrar os alunos ao grupo desde que sejam respeitadas “suas limitações, dando a oportunidade para que desenvolvam suas potencialidades”. A iniciação desportiva, nesse caso, deve enfatizar esse quesito. Entretanto, em nosso país, a iniciação esportiva ainda é um processo considerado informal. Nos países europeus, o cotidiano de exigências nos treinamentos condicionam os atletas a obterem resultados positivos e de forma rápida, se comparados ao Brasil.

Muitas são as dificuldades enfrentadas por atletas com deficiência em diversas questões, como acessibilidade, condições físicas e psicológicas para a prática do esporte. Mas, quando realizam essa prática, fazem dela o principal meio

de motivação, além de um novo estilo de vida. A vida do atleta paraolímpico gira em torno do esporte e de sua preparação para ele. A vida inteira de um atleta pode ser definida pelo esporte, e não somente no esporte adaptado, mas neste, em especial, existe um sentido especial de identidade pessoal, que por inúmeras vezes encontra-se fragilizada em função das constantes contradições que vivem em relação às suas limitações físicas, não somente no que diz respeito à funcionalidade, mas também a fatores estéticos.

Percebe-se a presença do fator estético na fala da entrevistada Sônia participante do projeto paradesporto na natação e que também pratica musculação. Durante a entrevista, ela responde se o esporte melhorou sua vida e como descreveria essa melhora:

Ah, me sinto muito feliz. Logo que eu entrei, tinha medo de água, mas hoje em dia estou muito feliz; está muito bom, porque tenho um professor ótimo e que me satisfaz muito. Só não gosto de ficar me pesando na balança da musculação. (Entrevista número 2)

A dificuldade financeira para o acesso à atividade é outro problema enfrentado pelos participantes do projeto paradesporto. Contudo, os atletas recebem apoio financeiro do governo em algumas oportunidades. O apoio representa uma ajuda, mas não uma estabilidade financeira, pois a maioria dos atletas concilia o esporte com outros trabalhos.

Quanto à saúde dos atletas, comenta-se que o bem-estar físico é uma consequência dos praticantes de atividade física, sejam eles deficientes ou não. A prática melhora fisicamente pacientes de lesão medular, entre outras deficiências. Em especial, no lesado medular ocorre uma melhora significativa na incontinência urinária, nas úlceras e nas doenças cardíacas. Os problemas de inervação muscular do sujeito com poliomielite, *a priori*, não permitiriam grandes melhoras na capacidade física de força, porém, o ganho de força, com os devidos cuidados, parece fazer a atividade valer a pena. No caso do sujeito com distrofia neuromuscular, existe, segundo o autor, comprovação de melhoras na força muscular, na capacidade de trabalho e no consumo de oxigênio.

Percebe-se, na fala da atleta Fernanda, um pouco dessa melhora em sua condição e também o quanto o esporte faz falta na vida do atleta quando ela diz:

Sinto muita falta do esporte, na parte física e na minha respiração. O esforço era intenso durante os treinos; na água tu sente muito e, quando sai dela, a diferença é enorme (Entrevista número 11)

Realizando uma análise da fala, observa-se que a diferença à qual se refere à atleta está nas condições biológicas que o treinamento lhe proporciona para vida.

Além dos benefícios fisiológicos que a atividade física proporciona, pode-se afirmar que o principal benefício está relacionado ao restabelecimento da autoestima do atleta e, conseqüentemente, à diminuição da depressão, provocada pelo impacto da nova realidade que o espera, nos casos da lesão adquirida, facilitando, assim, a reintegração à sociedade.

Nesses casos, essas atividades podem favorecer “a construção de uma atitude digna e de respeito próprio”; para o grupo, a convivência com o atleta com deficiência pode “possibilitar a construção de atitudes de solidariedade, de respeito, de aceitação, sem preconceitos” (MELHEM, 2004 p.27).

“A primeira importância do esporte reside na percepção de possibilidades de criatividade no jogo, em abrir novas áreas de socialização do indivíduo, tais como alegria, prazer, bem-estar, de importância capital nos dias de hoje”. (MELHEM, 2004, p.17)

Atualmente tem-se percebido uma grande demanda de pessoas com deficiência em busca da prática desportiva no Brasil, devido aos espaços cedidos pela mídia durante os Jogos Paraolímpicos (os quais ainda se julgam serem reduzidos) e aos benefícios funcionais, psicológicos e sociais que a prática desportiva proporciona. (Costa, 2001).

Mattos (1994) defende o desenvolvimento socioafetivo adequado para as pessoas com deficiência, para que elas tenham acesso à moradia, a saúde, à educação, aos locais de trabalho, ao esporte, ao lazer e à recreação, e acredita que a pessoa com deficiência tem o direito de ter acesso e possibilidade de conhecer e de decidir quando, como e onde quer praticar o esporte.

Existem duas maneiras de se organizar as manifestações esportivas. A organização vertical, no qual o esporte de alto rendimento prevalece, e a horizontal, em que se tem como objetivo agregar as pessoas e não segregá-las da possibilidade da prática esportiva. Ambas as manifestações são percebidas nas falas dos entrevistados, como na de Ricardo, em que se percebe a presença do que

o autor chama de “organização esportiva horizontal” quando o entrevistado fala do sentimento pelo esporte:

... é bom pra tirar muita coisa ruim; às vezes tu pensa uma coisa e tu, bá, daí o esporte... tu tá brincando; está te distraindo, te dá outro ânimo, conhece pessoas, entendeu? (Entrevista número 39)

E, na fala de Eduardo, tem-se a “organização esportiva vertical”:

Agora estou participando das competições de basquete; participei do campeonato brasileiro e ganhei medalha; faz três meses que eu comecei e está muito bom. Estou em treinamento para ver o que acontece neste ano.(Entrevista número 31)

Nos três grupos pesquisados temos dois que praticam o esporte adaptado visando o rendimento no caso a modalidade de basquete e futsal. Na natação fica claro o desenvolvimento das atividades visando dois objetivos: a participação e a competição. Foi possível perceber no caso da natação que as duas propostas conseguem ser desenvolvidas com qualidade e sem prejuízos o que para a pratica esportiva é relevante

#### **4.8 O significado da mídia no esporte adaptado**

A atividade física e desportiva, para a pessoa com deficiência, cresceu muito desde os anos de 1980. Eventos, publicações e ações governamentais, a partir desse período, marcaram esse crescimento.

Nota-se que o objetivo geral desses acontecimentos foi o de promover a integração social das pessoas com deficiência. Verifica-se que a integração dessas pessoas pode tornar-se uma realidade. Por intermédio da prática de atividade física e desportiva o deficiente pode participar de eventos nacionais e internacionais e chegar à realização das Paraolimpíadas. Não se pode deixar de enfatizar que essa integração, apesar de concreta, é apenas de uma minoria, considerando que, tanto para os ditos “normais”, nas Olimpíadas, como para os portadores de necessidades especiais, nas Paraolimpíadas, a efetiva participação é de uma minoria.

A integração e a inclusão através do esporte ainda são muito precárias devido ao pouco incentivo governamental e de mídia, eles existem sim, não podemos negar, mas ainda são muito insuficientes.

Segundo Cruz (1996), a integração encontra-se presente, de uma maneira geral, nos programas voltados à pessoa portadora de deficiência, aparecendo como objetivos gerais. E, para isso, envolve esforços de toda a sociedade.

Ainda para esse autor, nos objetivos específicos, a ênfase é se dá no desenvolvimento das condutas psicomotoras de base (percepção auditiva, visual e tátil; coordenação motora ampla, fina e óculo segmentar), além do desenvolvimento afetivo, cognitivo e das qualidades físicas (resistência, força, velocidade e agilidade). É possível notar que, na educação física e no esporte adaptado, não têm sido feitas ações ou práticas que levem as pessoas portadoras de deficiência a desenvolverem suas atividades entre pessoas que não sejam deficientes. Pode acontecer pelo fato de os professores não estarem aptos à desenvolver esse trabalho, não deterem o conhecimento necessário para lidar com pessoas com deficiência. Porém empiricamente a integração deve ser feita, assim como é feita em grupos de sujeitos ditos 'normais', com os estigmatizados deve ser feita também, porém buscando outras maneiras inclusivas que não segreguem mais ainda o deficiente do grupo.

O objetivo é de integrar socialmente, mas o caráter é segregacionista. Além da integração, Rosadas (1994) destaca outros princípios da educação física adaptada, como normalização e individualização. Para esse autor, o princípio da normalização preconiza a proposição de atividades que se aproximem o máximo possível das condições de normalidade, enquanto o princípio da individualização se refere ao incremento das potencialidades dos sujeitos em questão, sem perder de vista suas limitações e dificuldades. O princípio da individualização pode ser confrontado com os princípios do treinamento desportivo, que, em linhas gerais, potencializa as possibilidades e minimiza as dificuldades, ou seja, a partir de suas próprias características o sujeito é levado a desenvolver suas habilidades, no caso, técnico-desportivas.

O professor é responsável por desenvolver um trabalho extremamente complexo, mas sempre deve estimular as potencialidades desse aluno/indivíduo, justamente pela Educação Física ser, segundo Melhem (2004, p.22), “uma perspectiva metodológica de ensino e aprendizagem que busca o desenvolvimento da autonomia, da cooperação, da participação social e da afirmação de valores e princípios democráticos”. E não é pelo fato desses indivíduos apresentarem

deficiências que não podem ter suas potencialidades desenvolvidas, um desenvolvimento da sua autonomia (mesmo que pouca) e uma participação social.

Toda a atual abordagem sobre integração e melhor acessibilidade do deficiente na prática do esporte adaptado é pensada na vertente inclusão e exclusão social por meio do esporte. Fazendo uma ligação com o referencial teórico, tem-se Duarte (2005), que coloca a estrutura econômica como uma das responsáveis pela exclusão social do sujeito, corroborando com a ideia de outros autores, que destacam uma visão interessante de que a inclusão ocorrida em um campo específico, no caso, a esfera econômica citada por Duarte, é transcorrida para demais esferas da sociedade, restringindo o acesso do sujeito a elas, como a esfera cultural e política, por exemplo.

Com base na visão dos autores citados, pode-se analisar, no contexto do esporte adaptado, que, se o sujeito deficiente tiver acesso a sua vida social, aqui representada pelo esporte adaptado, ele terá também tendência a oportunidades de acesso às demais esferas, já citadas.

Essa dimensão é vista na fala de Ronaldo que pratica basquete adaptado quando diz:

Graças a Deus, hoje, muitas e muitas pessoas se espelham em mim; isso para mim é uma felicidade enorme e uma satisfação, eu poder estar ajudando hoje muitos atletas e muitas pessoas com deficiência, não só no lugar em que faço a natação mas na minha vida. Tudo parece ter melhorado um pouco, sei lá. (Entrevista número 16)

Não se pode negar que a mídia realiza um papel muito importante de informar, por intermédio dos meios de comunicação, aquele sujeito deficiente que não possui conhecimento sobre as possibilidades de acesso ao esporte adaptado e muito menos do que o esporte pode fazer por ele. A mídia também não tem essa noção ou tão pouco atua frente a esse objetivo.

Uma vez contendo elementos populares em uma forma de expressão corporal, a cultura deste local se faz presente. Determinada expressão corporal representa o que de cultura um povo ou local possui e por isso se torna um contexto com apropriações dirigidas à participação de todo sujeito. Com base em tal pretensão, pode-se dizer que, sendo a mídia difusora de tais expressões corporais,

estaria esta sendo promotora de informação, baseada em conhecimento cultural. Logo, a mídia poderia atuar na perspectiva de uma transformação social. Acredita-se ser a expressão “transformação social” comprometedor e fora do contexto do esporte de competição tratado e elucidado pela mídia esportiva. Porém existe um conteúdo cultural expressivo na mídia que deve ser levado em consideração. Concorde-se com Betti (2002) quando afirma sobre a relação televisão-esporte onde a televisão é a mídia mais importante para entendermos as relações entre as duas instâncias. E que de fato, o esporte ainda não teria alcançado a importância política, econômica e cultural de que desfruta hoje se não fosse sua associação feita pela mídia: o *esporte telespetáculo*”.

Dentre o que o autor chama de “características do esporte da mídia”, destaca-se a sobrevalorização da forma em relação ao conteúdo. Nessa característica, o autor chama a atenção para o apelo visual da televisão em transmissões esportivas, em que a imagem é mais importante do que o conteúdo. Poder-se-iam, aqui, relacionar as dificuldades de inserção do sujeito deficiente, que tem em sua imagem um estigma de sua ineficiência. Porém, ainda segundo o autor, a televisão possui um componente que em nossa percepção poderia ser encorajador para o ingresso do deficiente no esporte, que é o conteúdo transmitido muito mais por intermédio de um fator emocional do que racional.

A pobreza do conteúdo televisivo esportivo, e, por que não dizer, de uma maneira geral, conduz a uma massificação de pessoas que desenvolvem apreço por aquilo que lhe é oferecido como única coisa capaz de ser consumida ou obtida. E assim gira o mercado econômico. O aproveitamento de um produto barato, no caso, o esporte, e sua venda, por meio da exploração cultural, puramente para fins lucrativos, faz com que prevaleçam, unicamente, os interesses econômicos, em vez de uma verdadeira contextualização do fenômeno esportivo.

O esporte, visto como fenômeno esportivo, no atual contexto cultural, possui a tendência de conduzir o sujeito praticante à percepção do esporte como meio integrador, e ao sujeito que assiste a ele, a uma apreciação mais realista e livre, que seja racional e emotiva ao mesmo tempo.

Sobre algumas características do fenômeno esportivo como reproduzidor de uma cultura, e não como produto de venda em massa, Betti (2002) traz:

a cobertura de várias modalidades esportivas, inclusive as que ainda são predominantemente amadoras; a presença de informações/conteúdos científicos (biológicos, socioculturais, históricos) sobre a cultura esportiva; análises aprofundadas e críticas a respeito dos fatos, acontecimentos e tendências nas várias dimensões que envolvem o esporte atualmente (econômica, administrativa, política, treinamento, tática etc), considerando o passado, o presente e o futuro; as vozes dos atletas (profissionais e amadores) enquanto seres humanos integrais, e não apenas como máquinas de rendimento, nos falando sobre a *experiência global* de praticar esporte; uma maior interação com os receptores, considerados indivíduos singulares, instaurando um verdadeiro processo de *comunicação*.

Quando trata de “experiência global”, quanto de processo de “comunicação”, Betti (2002) não conclui ou cria uma solução de fato para o problema mídia, esporte e sociedade, mas abre oportunidades para se pensar, conforme já citado no referencial teórico, em uma sociedade civil que se torna um conjunto de ações voluntárias desvinculada da esfera pública. Ou seja, a criação de um espaço para a prática do esporte adaptado não influencia unicamente seus participantes, mas todos aqueles ligados por laços familiares ou de amizade aos praticantes. Reforçam-se tais características desses espaços, novamente, nas palavras de Costa (2002), tratando-os como espaços comunicativos primários, caracterizados por intensa e efetiva comunicação interpessoal e laços de solidariedade nos locais de moradia, formando contextos de mediação entre o mundo da intimidade da família e da cidade que se estendeu para além dos limites do bairro, efetivando, assim, o envolvimento com o entorno social ou territorial.

Muito foram analisadas as falas dos entrevistados, e percebeu-se todo esse envolvimento em torno do praticante e de seus pares no relato de Alvaro, que diz:

Fiquei um ano e meio no hospital. Daí, com 2 anos e meio, eu fui pra casa, e como minha mãe era professora de educação física e fisioterapia, ela sempre quis que eu tivesse uma vida normal. A primeira coisa que ela pensou foi na natação, que é um esporte completo, pra criança é bom, pois tem conhecimento da água, tipo no mar, na praia, para não ter uma fobia. Daí, o que aconteceu foi que ela me colocou no Golfinho, um clube de natação antigo, que tem desde de meus 2 anos e meio. Daí, eu fui nadando, nadando, mas sempre por brincadeira. (Entrevista número 10)

A influência da mãe e da namorada, na época, elucidam o envolvimento externo ao ambiente da prática. Porém, não somente as participações de familiares,



amigos e parceiros(as) caracterizam uma sociedade civil, mas também a falta de apoio das esferas públicas, conforme citado no referencial e trazido novamente para ilustrar a situação de que tal constituição de uma sociedade civil se faz quando a população não encontra retorno para suas reivindicações, quando o poder central se apresenta inacessível aos interesses da população, ou seja, quando a política deixa de ser o caminho natural para o exercício desses direitos, surgem, então, novas formas de organização. Isso porque a capacidade de sensibilidade e de percepção dos problemas e fenômenos sociais influencia diretamente a ação efetiva de intermediação que se realiza em direção a eles. E os fenômenos sociais podem ser melhor observados no mundo da vida por aqueles que participam ativamente da comunidade.

Pode-se, assim, considerar que o exercício de uma cidadania efetiva passa pela constituição de uma sociedade civil organizada e atuante.

Sobottka (2002) destaca as organizações que partem do princípio da solidariedade em espaço social, no qual as ações do tipo cooperativo são coordenadoras, baseadas na prevenção de interesses, normas e valores comuns, relativizando interesses individuais e uma interpretação comum da situação.

Na próxima observação, relato o dia em que a TV Record havia marcado uma matéria sobre o Projeto Paradesporto IPA, e todos os participantes que frequentavam o projeto no mês de janeiro de 2009 foram convocados para participar das gravações. Compareceram seis participantes, e notava-se uma mistura de ansiedade, excitação e motivação com a presença das câmeras de televisão. Compareceram um repórter, um cinegrafista e um motorista da TV, com certo atraso na chegada, o que deixou os nossos participantes mais apreensivos ainda. Pareciam “crianças” diante da situação. A assessoria de imprensa do IPA foi avisada sobre a matéria, cujo foco principal eram os participantes da Travessia de Natação na cidade de Guaíba (RS), realizada em 13 de dezembro de 2008. Participaram desse evento três competidores: Rogério (DV total), Celso (DV parcial) e Carolina (DF). A prova das pessoas com deficiência tinha a metragem de 500 metros. Três participantes completaram o percurso, conquistando medalhas de participação, e Carolina foi a campeã da prova. Retomando a observação do dia:

Foram iniciadas as tomadas de imagens de todos na arquibancada da piscina do IPA, e logo passaram para a piscina, para que cada um

demonstrasse, individualmente, e depois, em grupo, as suas habilidades dentro da água. Aparentemente, todos estavam muito felizes pelo reconhecimento do esforço que estavam tendo nas aulas e treinos, comprovando a superação de tantas limitações que o grupo apresentava. Após a piscina, foram chamados os três participantes da Travessia de Guaíba para uma entrevista falada, na qual cada um relatou o quanto o projeto tinha mudado suas vidas. O destaque ficou, novamente, com Carolina, que sempre trabalhou com muita naturalidade a sua deficiência. Também teve bastante habilidade com as palavras na frente do microfone. A matéria durou em torno de três minutos, com uma qualidade de áudio e imagem excelentes, e foi reproduzida em rede regional e nacional. Estavam presentes: Carolina, Celso, Rogério, Valter, Raquel e Fernanda. (Observação)

Foto 18 – Evento extra PPN IPA. Entrevista com uma participante (DV), após conquista de medalha na travessia de Guaíba (RS), em 2008.



O coordenador da ADIPA solicitou que o departamento de comunicação da instituição gravasse a matéria, para que todos pudessem vê-la e/ou ouvi-la. Além disso, essa ocasião poderia também servir como uma ferramenta importante na busca de parcerias e patrocínios, para adquirir mais verbas para futuros eventos fora do estado, para confecção de uniformes, alimentação e hospedagem em

competições fora de Porto Alegre, além de vale-transporte para auxiliar os mais necessitados no deslocamento para os treinos etc.

**Outro aspecto a ser analisado nessa categoria se refere a mídia escrita.**

Como se constitui na mídia impressa esportiva o discurso cultural a respeito dos paratletas. Essas reportagens são correspondentes ao período anterior, e também posterior ao Parapanamericanos 2007 – jogos realizados na cidade do Rio de Janeiro no mês de agosto daquele ano. O anúncio de um trágico acontecimento, que grande parte das reportagens analisadas inicia a história daqueles inscritos no Parapan-americanos 2007. A partir de seu anúncio, o fato é descrito de modo detalhado, salientando-se as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência para chegarem à posição de “prestígio” que hoje possuem. Como um elemento constante nas reportagens, a tragédia vai gradativamente se mostrando como fundamental na constituição da imagem das pessoas com deficiência praticantes do esporte adaptado, especialmente na relação que essa vai sorrateiramente estabelecendo com a construção do personagem heróico, aquele cai, sofre, mas supera as adversidades e vence.

Na investigação mais atenta sobre esse componente da narrativa desenvolvida na mídia sobre as pessoas com deficiência, o momento trágico emerge como ambíguo na vida de seus personagens. Ao passo que se apresenta como já superada, pois as pessoas com deficiência praticantes de esporte adaptado conseguiram mudar o destino infeliz traçado no momento em que nasceram – no caso daqueles possuidores de uma deficiência congênita –, ou ainda quando sofreram o acidente, concomitantemente a narração também denota a não superação, já que deve ser insistentemente referida como seu núcleo.

A repetição desse núcleo atribui aos paratletas um reconhecimento, pois um deficiente, “antes de vencer nas pistas, [...] passou por muitas dificuldades”.(CONDE, 2007c, p.14).

Nesse sentido é válido fazer referência, a Goffman (1988). Esse autor, ao operar com o conceito de *estigma*, destaca que o estigmatizado apresenta-se como se estivesse *em exibição*, de modo que suas condutas são inalcançáveis pelas outras pessoas, sobretudo se considerar que os *outros* não passaram por todas as provações que eles, já que não possuem nenhum tipo de deficiência. Assim, “Seus

menores atos, ele sente, podem ser avaliados como sinais de capacidades notáveis e extraordinárias nessas circunstâncias”.(GOFFMAN, 1988, p. 24).

Complementando esse aspecto da *exibição* que caracteriza a pessoa estigmatizada, está a *espetacularização da deficiência* promovida pela mídia escrita, pois o que emociona é a forma que estes corpos deficientes apresentam suas particulares performances. Configuram, portanto, seu espetáculo específico ao proporcionar àqueles que visitam o território paradesportivo a presença no espaço próprio de uma estética da anormalidade: As histórias de corpos diferentes, suprimidos, expulsos dos espaços culturais hegemônicos, remetem-nos a lugares proibidos, ora maculados pela piedade, ora escondidos pelas sombras das forças estéticas da normalidade. É no paradesporto, local de exposição dos corpos deficientes, que a deficiência transformada em espetáculo aparece em meio ao discurso de “piedade”.

Cabe a eles amenizarem socialmente o rótulo dos grupos a que pertencem. Os *representantes* também “são heróis da adaptação, sujeitos a recompensas públicas por provar que um indivíduo desse tipo pode ser uma boa pessoa” (GOFFMAN, 1988, p. 34). Certamente os paratletas acabam assumindo esse papel ao serem apresentados como detentores de qualidades morais como o fato de serem afeitos à caridade, à bondade, ao perdão; mas, principalmente, porque passaram por caminhos “tortuosos ou trágicos, mas superaram as dificuldades impostas pela deficiência tornando-se pessoas vitoriosas, moralmente corretas e felizes, tal como deixa perceber o discurso presente na mídia impressa analisada.

A partir do exposto vale questionar o próprio caráter de inclusão social que o paradesporto afirma assumir. Como o esporte, que busca legitimidade pelo viés da inclusão, mas que não a cumpre por ser incompatível com a lógica que lhe é anunciada, assim também acontece com o paradesporto, no qual vigora a máxima da performance e conseqüentemente da exclusão, notável pela presença unânime nas reportagens apenas daqueles que são promessas de medalhas; e ainda do privilégio de patrocínio ser concedido somente aos melhores. Assim como no esporte convencional, no paradesporto também é vitorioso somente o mais veloz, o mais forte, o mais ágil. A diferença é que velocidade, força e agilidade aparecem entre próteses, vendas nos olhos e outras adaptações estruturais.

Particularmente no evento sobre o qual estamos debatendo, é possível detectar, de modo mais específico a falácia do discurso inclusivo que ecoa cotidianamente em todas as esferas sociais.

Nesse sentido, tal discurso que enfatiza a deficiência, acaba em alguma medida retirando a dimensão de humanidade desses sujeitos. Dito de outro modo, o fato de alguém ter determinada deficiência, por esse único motivo, é tomado como suficiente para que esse seja apresentado às pessoas como moralmente correto, incapaz de cometer equívocos ou atos de crueldade. Novamente emerge a perspectiva de compensação – essa sempre associada ao *mas* –, expressando que é deficiente, *mas* é um excelente sujeito.

Conforme Goffman (1988), a análise indica ainda que a deficiência em determinados momentos pode ser encarada como algo bom, como se por meio da fatalidade algo divino estivesse atrelado a vida dessas pessoas. E isso, pretensamente os torna melhores que as pessoas não deficientes, assim como seus atos também se tornam melhores. Pensando no contexto do paradesporto, o esporte convencional pode ser equivocadamente reduzido ao “prazer”, ao descompromisso, à ausência de perseverança e de dedicação. Conceito esse de esporte totalmente errôneo e reducionista, pois é sabido que a história do desporto se faz através de muito sofrimento, muita labuta, independentemente dos sujeitos não possuírem alguma deficiência.

O que se presume aqui é que esse seja o meio encontrado para a constituição de uma identidade (e também de um prestígio) que seja singular ao paradesporto, uma vez que ambos operam em uma lógica comum. Mais do que isso, é possível afirmar que reproduzir a racionalidade do esporte convencional é o único fim do paradesporto, uma vez que este é dependente da dinâmica do desporto.

Com o auxílio de Goffman (1988), é possível dizer que o papel desempenhado socialmente pelos paratletas pode ser descrito como o de pessoas que ocupam o lugar de representantes do seu grupo. Esses sujeitos amenizam o peso de ser uma pessoa com deficiência. Afinal, mostram constantemente por meio do paradesporto, o que são capazes de fazer, o que proporciona certo consolo àqueles que de algum modo são sempre vistos pelas suas “incapacidades”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como propósito estudar as relações sociais das pessoas com deficiência, que frequentam e participam das atividades esportivas adaptadas regulares nos três grupos pesquisados, frente à inclusão e à exclusão.

Tenho a compreensão de que este estudo sobre as atividades esportivas adaptadas não se dá por acabado, aqui, por considerar que a realidade é um fator cíclico. Portanto, as respostas que foram obtidas nesta pesquisa têm um caráter provisório, uma vez que a vida possui caráter dinâmico, e as perspectivas no processo de inclusão e de exclusão são uma construção constante e permanente, realizada por meio dos enfrentamentos das pessoas, enquanto atores e sujeitos do seu destino, e dos movimentos sociais dos quais fazem parte, em uma sociedade eminentemente capitalista que se diz organizada.

As respostas foram analisadas e construídas a partir de algumas constatações, as quais vão ao encontro desta pesquisa empírica, e possibilitam a indicação de caminhos possíveis sobre as atividades esportivas adaptadas da pessoa com deficiência frente à inclusão e à exclusão.

Considero que as inferências neste estudo deixam lacunas que, na percepção e construção do todo, fazem parte desse arcabouço teórico, com características próprias desse conjunto de elaborações de uma concepção de ciência na qual o saber é inesgotável.

Compreendo, dessa forma, que aqui ficarão perguntas sem respostas, mas, entendo que outras pesquisas poderão suscitar respostas futuras a lacunas aqui evidenciadas. A exemplo disso penso que futuramente, possam ser estudadas quais representações as instituições que oferecem a prática esportiva adaptada têm sobre as pessoas com deficiência; dados que, na minha concepção, podem ser captados não apenas nas entrevistas, mas também no momento em que se analisam seus planejamentos anuais, sua aplicabilidade e sua resolutividade a esse segmento social.

Nesse sentido, meus objetivos foram os de mapear a atuação das instituições em relação às pessoas com deficiência e à comunidade por intermédio de seus projetos. A partir desse mapeamento, aferir as características socioeconômicas e demográficas dos participantes, os tipos de benefício recebidos

e como se processaram os vínculos entre as instituições e a sociedade. Levei em conta, nesse processo, se as pessoas com deficiência, atendidas pelas instituições, por meio de projetos, sentem-se integradas e acolhidas, se esses projetos têm proporcionado inserção na escola, no trabalho, e se essas instituições, efetivamente, proporcionam socialização, cidadania, resgate da autoestima e quais são as suas possibilidades e os seus limites para a socialização dos seus atendidos.

A especificidade do objeto em questão justifica-se no momento em que se procura desempenhar um papel transformador na sociedade, construído pela prática solidária. Nesse contexto, é importante o papel das instituições que procuram exercitar a cidadania, formando uma sociedade que reconheça, respeite e valorize as diferenças.

Diante desse cenário, observei que a participação das pessoas com deficiência nessas atividades é bastante comprometida, apesar dos problemas de acessibilidade urbana; existem mais dificuldades do que facilidades nesse processo. Os depoimentos dos participantes indicam que a cidade, como um todo, é carente no que diz respeito a adaptações ou ao cumprimento da legislação focada no indivíduo com deficiência física, o que impede sua autonomia.

Destaco também a dificuldade enfrentada pelos entrevistados em verificar o devido cumprimento da legislação pertinente ao tema. Por exemplo, a adequação das vias públicas nos itens rebaixamento de meio-fio ou paradas de ônibus próximas ao destino.

A ação prática da atividade do esporte ou do lazer não é, em si, o principal fator que impede as pessoas com deficiência de se integrarem ou de se inserirem nos poucos projetos existentes nos centros investigados, e sim a impossibilidade de acesso e deslocamento aos centros esportivos. O acesso às atividades está diretamente ligado, segundo os sujeitos pesquisados, à disponibilidade de “caminhos” e espaços com adequações suficientes para o ir e vir autônomo e independente.

Ao se pensar no que vem a ser “existir acessibilidade”, é importante ter o olhar do outro, do sujeito com deficiência. Por vezes, não se consegue entender o que é ter dificuldade na locomoção ou na percepção de algo. O simples ato de se deslocar, de ultrapassar uma pequena barreira, como a de subir uma calçada, que para indivíduos sem algum tipo de deficiência é tão simples e normal, para um

cadeirante, por exemplo, pode ser decisivo em sua participação em atividades de esporte ou lazer. Quando se amplia a visão para os diversos movimentos e/ou barreiras existentes, algumas naturais às práticas de esporte e de lazer, consegue-se ter uma vaga ideia das dificuldades enfrentadas por essa população.

Encontrar espaços, mesmo que modestamente adaptados, já é o suficiente para que uma pessoa com deficiência manifeste satisfação quanto à possibilidade de participação e desenvolvimento de sua prática esportiva ou de lazer.

No que se refere à percepção de pessoas com deficiência que frequentam esses centros esportivos e sobre sua participação e inclusão em atividades esportivas, verificou-se que a possibilidade de participação passa de igual forma por uma visão diferenciada. Ter estruturas esportivas com adequação, espaços adaptados ou, ainda, com farto material esportivo de apoio, não significa possibilidade de participação. Para que haja a possibilidade de participação, é preciso que os centros esportivos implantem, disponibilizem e mantenham projetos ou programas focados no atendimento das pessoas com deficiência. Assim como existem projetos para as pessoas idosas, conhecidos como “projetos para a terceira idade”, largamente difundidos, devem existir projetos destinados às pessoas com deficiência. Não se pensa apenas em espaços disponíveis; é imprescindível que ações sejam desenvolvidas. Ações sérias, estruturadas e bem fundamentadas; atividades organizadas por profissionais de Educação Física qualificados, com formação e conhecimentos específicos da área foco. Os espaços devem ter estruturas que permitam diferentes possibilidades de participação; diferentes na modalidade, nos horários, isto é, focados em deficiências físicas.

No que diz respeito à organização dos três grupos pesquisados, observei que os participantes demonstraram estar contentes com toda a organização, tanto no que diz respeito ao processo pedagógico de aulas e treinos quanto em relação à estrutura disponível para a realização das atividades. Mesmo que os projetos tenham passado por momentos difíceis, ora financeiros, ora organizacionais, essas dificuldades eram mínimas e irrelevantes ao andamento do todo. Penso que a organização dos projetos é adequada, mas sugiro a continuidade na busca de parcerias, pois os investimentos são fundamentais para a manutenção e progresso dos que já existem e de quaisquer outros projetos de cunho esportivo e social.



Em relação à acessibilidade, observei que os problemas com o elevador de acesso ao andar da piscina e dos vestiários do prédio G, assim como o fechamento da entrada do portão de chegada dos participantes do Projeto Paradesporto do IPA, localizado em frente ao prédio da piscina, não foram motivos impeditivos, que fizessem com que os participantes das atividades deixassem de frequentar as aulas e treinos, pois a motivação por estar participando do projeto superava as dificuldades apresentadas. Além disso, nas entrevistas os participantes demonstraram que a oportunidade de aprender a nadar e a possibilidade de competir são maiores do que as dificuldades de acesso, em especial dos cadeirantes, que necessitavam do elevador para chegar ao andar de cima, onde se localizam a piscina e os vestiários. Em termos de acessibilidade, sugiro a instalação de um novo elevador e a construção de uma rampa junto à escada de acesso ao prédio G (piscina) para que haja não apenas a manutenção do público, mas sim a ampliação deste. Sugiro, ainda, o retorno de uma entrada de acesso pela rua mais próxima do prédio G, como havia anteriormente.

Sobre as questões relativas às aulas e aos treinos propriamente ditos, pude constatar em várias observações que os pequenos avanços representam grandes evoluções para os participantes, assim como para o grupo de professores e estagiários. Como exemplo, destaco a maneira como os participantes lidam com novas experiências, demonstrando, de forma concreta, a melhora de suas condições de saúde física e de qualidade de vida, como se constatam nos relatos apresentados nas entrevistas quando os participantes falam sobre o prazer de se sentirem incluídos dentro dos projetos e da comunidade que frequentam.

Importante salientar as melhoras na autoestima e autonomia dos participantes, assim como nas práticas esportivas e na coordenação motora, o que traz melhora do equilíbrio – fato constatado por meio de observações e relatos.

Em relação às competições, notei que os participantes que puderam competir em eventos específicos do esporte adaptado sentiram-se motivados porque foram valorizados por suas conquistas; vivenciaram com seus “iguais” – portadores de deficiência – experiências esportivas competitivas, rompendo limites, seja pelo fato de simplesmente completar o percurso da prova ou jogo, seja pela conquista de medalhas; muitos participantes mencionaram o olhar diferenciado de amigos e familiares após os triunfos nas competições. Esses relatos demonstram as

evoluções conquistadas, pois, antes de iniciarem no projeto, os participantes não acreditavam que fosse possível atingir todas essas metas.

Baseado nas citações dos participantes, assim como no relato de Goffman (1988), que diz que o estigmatizado pode buscar corrigir a condição em que se apresenta por meio de formas indiretas ou de esforço individual pelo domínio de áreas, afirmo que o esporte fez com que eles se tornassem cada vez mais abertos ao mundo exterior e fortalecidos em seu mundo interior, pois aprenderam a valorizar as suas conquistas pessoais e esportivas. Por conta disso, sugiro a busca de mais competições e atividades no esporte adaptado, pois observei, pelos relatos dos participantes, que a falta de mais competições foi um fator de desmotivação, o que trouxe como consequência a diminuição da assiduidade nos treinamentos.

Quanto às relações interpessoais, pelos relatos apresentados nas entrevistas e pelas observações realizadas, pude constatar a valorização da oportunidade de convívio entre os pares (um grupo de pessoas com deficiência) com estagiários e professores, pessoas que demonstram atenção e que valorizam os participantes dos projetos esportivos para pessoas com deficiência. Tal relação foi fundamental para concluir que o esporte, ou, em especial, o formato com que se apresentaram os projetos em pesquisa, promoveu e estimulou o processo de inclusão social.

Os três projetos pesquisados possuem a proposta, em relação à cultura social desenvolvida, de oferecer, às pessoas com deficiência, atividades esportivas adaptadas recreativas e competitivas, oportunizando a melhoria na qualidade de vida dos participantes, democratizando o acesso desse público de diferentes níveis socioeconômicos. Com base nisso, afirmo que a cultura desenvolvida nos projetos é de cunho inclusivo, o que se comprova nos relatos das observações e entrevistas apresentadas nas categorias de estudo, em que o esporte adaptado é baseado na educação que, segundo os documentos, garante a orientação para o desenvolvimento físico e social, priorizando uma relação saudável com o corpo e movimento.

Cabe salientar que os fatores que motivam os participantes a se envolverem no esporte adaptado podem ser classificados de duas formas: os externos e os internos. O interno, ou intrínseco é relevante, uma vez que ele motiva a busca da satisfação afetiva de desejos e anseios; assim, os para-atletas têm a oportunidade de demonstrar suas capacidades e potenciais, tais como autonomia, perseverança,

capacidade intelectual. Ainda no que se refere aos fatores internos, pode-se notar que existem atletas/alunos nos grupos pesquisados que buscam apenas momentos de lazer e relações interpessoais, e isso caracteriza a busca da satisfação interna de seus desejos. Também se pode verificar que, no grupo de participantes, existem os atletas/alunos que desejam participar de competições de alto rendimento, o que caracteriza o que chamo de fatores externos ou extrínsecos, ou seja, algo externo os motiva a praticar atividade esportiva adaptada.

Tendo em vista a distinção entre os dois fatores, é possível perceber que os objetivos dos grupos de atletas/alunos vão além dos de buscar o desenvolvimento da saúde, o desempenho de atividade física, a promoção da qualidade de vida ou, até mesmo, as vitórias nas competições; os participantes destacam motivações impulsionadas pelo desejo de demonstrar tudo em que são independentes, apesar de suas deficiências.

Percebi que os atletas/alunos acreditam que a prática esportiva pode ser uma maneira de serem reconhecidos de forma mais ampla pela sociedade. É um momento em que podem demonstrar habilidades e buscar espaços de reconhecimento pessoal. Eles querem ser reconhecidos como cidadãos, independentemente de serem deficientes, querem fazer parte da sociedade, integrar-se realmente a ela.

Cabe salientar que as relações interpessoais – o convívio com outras pessoas que enfrentam semelhantes dificuldades – fazem com que as pessoas com deficiência superem e aceitem suas dificuldades tanto físicas como psicológicas. O grupo, os amigos e a família são muito importantes; eles são responsáveis pela participação da pessoa com deficiência nas atividades esportivas adaptadas. É possível compreender o quanto o esporte é fundamental na vida dessas pessoas pelas relações de afetividade criadas nos encontros de treinamentos.

As pessoas com deficiência relatam que a falta de conhecimento da sociedade ainda os mantém em uma condição de “coitadinhos”. Há um estigma social que perpetua a ideia de que as pessoas com deficiência são incapazes, são indefesas. Apesar de conviverem com essas percepções da sociedade, acreditam que o esporte pode ser um caminho para demonstrar o quanto são capazes; elas precisam de oportunidades, como as que o esporte oferece, para mostrar suas potencialidades.

Saliento que, por meio do esporte adaptado, as pessoas com deficiência conseguiram superar dificuldades físicas de deslocamento. Elas passaram a se locomover mais facilmente no dia a dia, devido à convivência com outras pessoas com deficiência visual, seus colegas de equipe, que já enfrentaram essas dificuldades e superaram-nas. Também passaram a confiar neles mesmos.

Verifiquei que, tanto nos eventos de apresentação quanto nos competitivos, há uma movimentação muito grande por parte dos atletas/ alunos. Além disso, existe sempre um grande número de pessoas acompanhando as atividades, como familiares e amigos dos atletas; isso gera um clima prazeroso e positivo.

Entendo que a tese a ser defendida está baseada na ideia de que o esporte adaptado é uma ferramenta importante para a inserção social das pessoas com deficiência. No entanto, está longe de ser a principal e mais eficiente ferramenta, pois são poucas as pessoas que têm acesso à prática esportiva adaptada, devido à falta de políticas públicas de incentivo à participação de novos atletas/alunos.

Tendo em vista o fato de que este estudo foi desenvolvido em um corte qualitativo, acredito que esses foram os resultados apresentados, neste momento, e com esse grupo de participantes de maneira bem específica.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam. et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO. BID, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Escolas de Paz**. Brasília: UNESCO. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Universidade do Rio de Janeiro, 2001.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da Prática Escolar**. 4. ed. Campinas: Papirus, 2000.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 7.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- AVRITZER, Leonardo & COSTA, Sérgio. 2004. **Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina**. Rio de Janeiro: Revista Dados. Vol. 47, nº 4. Disponível em <<http://www.scielo.com.br>> Acesso em 15/10/2010.
- BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. Traduzido por Pedrinho Alcides Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BECKER, Howard S. **Observação Social e Estudos de Caso Sociais**. In: Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. 4. ed. Traduzido por Marco Estevão; Renato Aguiar. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BECKER JUNIOR, Benno (organizador) e col. **Psicologia Aplicada ao Treinador Esportivo**. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2002.
- BETTI, M. Educação Física escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 73-82, 2002.
- BIRK, Márcia. **Do princípio da pesquisa qualitativa à coleta de dados: uma trajetória percorrida por todos os pesquisadores**. In: CAUDURO, M. T (Org.). Investigação em educação física e esportes: um novo olhar pela pesquisa qualitativa. Novo Hamburgo: Feevale, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **Como é possível ser esportivo?** In: Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Política Nacional de educação especial**. Brasília: MEC, 1994.

BULLA, Leonia Capaverde; MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz (org). **As Múltiplas Formas de Exclusão Social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CASTEL, Robert. **Desigualdade e a Questão Social**. São Paulo: EDUC, 2004.

COMITÊ Paraolímpico Brasileiro. **Natação**: descrição. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/esportes/modalidades/natacao>. Acesso em: 23 dez. 2010.

COSTA, Sérgio. 2002. **As cores de Ercília**: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: Editora UFMG.

DAMO, Arlei Sander. **Futebol e Identidade Social**: Uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS 2002.

DUMAZEDIER, Jofre. **A revolução cultural do tempo livre**. Tradução de Luiz Octávio de Lima Camargo. São Paulo: Studio Nobel, 1994.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo. 3ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ELIAS, Margareth; MONTEIRO, Lúcia; e Chaves, Célia. **Acessibilidade a benefícios legais disponíveis no Rio de Janeiro para portadores de deficiência física**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 13(3):1041-1050, 2008. Disponível em: [www.integrando.org.br/article.php3?id\\_article=654](http://www.integrando.org.br/article.php3?id_article=654) Acesso em: 4 janeiro de 2011, as 21:03

FREIRE, João Batista. **Educação de Corpo Inteiro**: Teoria e prática da Educação Física. São Paulo: Scipione, 1997

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GLAT, Rosana. **A integração social dos portadores de deficiências**: uma reflexão. 2. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

GODOLPHIM, Nuno. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 161-185, jul.-set. 1995.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

\_\_\_\_\_. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

HISTÓRICO da ACERGS. Disponível em: [http://www.acergs.org.br/default.php?p\\_secao=3&PHPSESSID=4ec0dbd76d17b990b967d652a99d4e9d](http://www.acergs.org.br/default.php?p_secao=3&PHPSESSID=4ec0dbd76d17b990b967d652a99d4e9d). Acesso em 23 dez. 2010, as 22h.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens: O Jogo Como Elemento da Cultura**. Cultural. São Paulo: Perspectiva, 1996.

HUMPHREYS, Laud. **A Transação da Sala de Chá: Sexo impessoal em lugares públicos**. In: A Observação sociológica. Matilda White Riley e Edward E. Nelson, orgs. Rio de Janeiro: Zahar 1974.

IBGE (2005-b). 2005: **Ano Internacional do Microcrédito e do Esporte**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/confraternizacao/micro\\_esporte.html&gt](http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/confraternizacao/micro_esporte.html&gt). Acesso em: 26 Jan 2011.

JOLY, Martine. **Introdução à Análise da Imagem**. Campinas: Papyrus, 1996.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LIMA, Sônia Maria Toyoshima; SOUZA, Nágela Terezinha de; TREVISAN, Renato Araújo. In: Duarte, Edison; Lima, Sonia Maria T. **Experiência integrativa com o voleibol: Apontamentos para o educador**. In: Atividade física para pessoas com necessidades especiais: experiências e intervenções pedagógicas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S/A, 2003.

LIRA, Bertrand. **Reflexões Sobre o Uso da Imagem**. Política e Trabalho 13, set. 1997. Disponível em: Acesso em: 10 dez 2005, as 11h.

LOPES, José Rogério. **Anthropsys: relações teórico práticas entre psicologia e antropologia**. Porto Alegre: Armazém Digital, 2006.

MATOS, Rafael da Silva; e LUZ, Madel Therezinha. **Sobrevivendo ao estigma da gordura: um estudo socioantropológico sobre obesidade**. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 19 [ 2 ]: 489-507, 2009. disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73312009000200014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312009000200014). acesso em: 4 de janeiro de 2011, as 21:28.

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

MAGNI, Claudia Turra. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 141-149, jul.-set. 1995.

MELHEM, Alfredo. **Brincando e aprendendo voleibol**. Rio de Janeiro: Sprint, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. et al. (Org.). **Pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 1999.

NEGRINE, Airton. **Terapias corporais: a formação pessoal do adulto**. Porto Alegre: Edita, 1998.

\_\_\_\_\_. **Instrumentos de coleta de informações na pesquisa qualitativa**. In: TRIVIÑOS, A. N. S.; MOLINA NETO, V. A pesquisa qualitativa na educação física: alternativas metodológicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Sulina, 1999. p. 61-94.

NEVES, Vanessa Ferraz Almeida. **Pesquisa-Ação e Etnografia: Caminhos Cruzados**. Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 1, n. 1, São João del-Rei, jun. 2006. Disponível em: Acesso em: 16 abr 2008, as 11h e 30min.

OMOTE, Sadão. **A integração do deficiente: um pseudo-problema**. In: Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, 1, 24., 1994. Ribeirão Preto. Trabalhos apresentados. Ribeirão Preto, 1994, p. 142-144.

OMOTE, Sadão. **Deficiência e não deficiência: recortes do mesmo tecido**. Revista Brasileira de Educação Especial. v. 2, n.1, p. 65-74, 1994.

PAIM, Maria Cristina Chimelo. **Visões Estereotipadas Sobre a Mulher no Esporte. Efdportes Revista Digital**. Buenos Aires - Año 10 - N° 75 - Agosto de 2004. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd75/mulher.htm>>; Acesso em: 5 jan. 2011.

PARADESPORTO. Disponível em: <[www.basquetesobrerodas.com.br](http://www.basquetesobrerodas.com.br)>. Acesso em: 26 dez. 2010.

PARAOLIMPÍADAS. Disponível em: <[www.paraolimpiadas.com.br](http://www.paraolimpiadas.com.br)>. Acesso em 26 dez. 2010.

PARKER, Sanley. **A Sociologia do Lazer**. Traduzido por: Heloisa Toller Gomes. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PEREIRA NETO, João Francisco. Conflito moral, solidariedade e reconhecimento. In SILVA, Jaqueline O. e STADTLOBER, Claudia de S. (org). Gestão social, solidariedade e cidadania. Porto Alegre: Palmarinca, 2009.

\_\_\_\_\_. **Programas de bolsa de estudo: Uma possibilidade de reconhecimento?** São Leopoldo, 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UNISINOS.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença** 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

REIS, T. **Como tudo começou: ABRADecAR**, 2006. Disponível em: [HTTP://abradecar.org.br/abrd/histor.php](http://abradecar.org.br/abrd/histor.php) . Acesso em: 24 dez. 2006.



RIBEIRO, S. M. **Inclusão e esporte**: um caminho a percorrer. In: Sociedade Brasileira de atividade motora adaptada: temas em educação física adaptada. [S.l.]: SOBAMA, 2001.

ROSADAS, Sidney de Carvalho. **1948- Educação Física e prática pedagógica: portadores de deficiência mental**. Vitória: UFES. Centro de Educação Física e Desportos, 1994.

SAINT-GEORGES, P. **Pesquisa e crítica das fontes de documentação nos domínios econômico, social e político**. In: Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva, 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SOBOTTKA, Emil. **Organizações civis, buscando uma definição para além de ONGs e “terceiro setor”**. In: Civitas – Revista de Ciências Sociais. v. 2, nº 1, jun. 2002.

STIGGER, Marco Paulo. **Esporte, lazer e estilo de vida: um estudo etnográfico**. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

STOER, Stephen R.; Magalhães, Antonio M.; Rodrigues, David. Os lugares da exclusão social: um dispositivo de diferenciação pedagógica. São Paulo: Cortez, 2004.

SUASSUNA, Dulce; ALMEIDA, Arthur. **Políticas públicas para o esporte e o lazer no Brasil (1996-2005)**. 30º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa Sessão Temática 03 - Esporte, política e cultura [2006]. Disponível em: <[www.unb.br/fef/cedes/arquivos/texto\\_anpocs-%20politicass\\_publicas-27-08-06.doc](http://www.unb.br/fef/cedes/arquivos/texto_anpocs-%20politicass_publicas-27-08-06.doc)>; Acesso em: 12 de Jan 2011.

TEIXEIRA, Luzimar. **Atividades Física Adaptada e Saúde**: atualidades e perspectivas. Informe Phorte. Abr.-set. n. 19, ano 8, 2006.

TUBINO, Manoel. **O Que é Esporte**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

\_\_\_\_\_. **Dimensões Sociais do Esporte**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Educação Física e o Esporte do Ocidente no Século XX**. In: Arquivos em Movimento, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 99-100, jul-dez. 2005.

WERNECK, Claudia. **Inclusão Social** – Todos Somos Responsáveis. 2007. Disponível em: [HTTP://www.portaldovoluntario.org.br/site/pagina.php?idconteudo=916](http://www.portaldovoluntario.org.br/site/pagina.php?idconteudo=916). Acesso em: 15 mai 2007.

